



4037477



00135.206603/2023-92



Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania
Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

Ata da 320ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA)

Datas: 28 e 29/11/2023

Local: Reunião Presencial – Escola Salesiana Brasília - SHIGS 702 - Bloco A - Asa Sul Brasília - DF

Nos dias vinte e oito e vinte e nove do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três, no auditório da Escola Salesiana Brasília - SHIGS 702 - Bloco A - Asa Sul Brasília - DF, foi realizada a Tricentésima Vigésima Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA. **No dia 28/11/2023** estiveram presentes na reunião os seguintes membros: Amanda Anderson de Souza (MPS); Ana Angélica Campelo (MDS); Clóvis Alberto Pereira (ONCB); Cristina Mosquetta de Moraes (MJSP); Dayse César Franco Bernardi (NECA); Débora de Carvalho Vigevani (Instituto Fazendo História); Deila do Nascimento M. Cavalcanti (GAJOP); Edmundo Ribeiro Kroger (CECUP); Elisa Tauáçurê da Silva Ferreira (Associação Mães na Luta); Elói Gallon (CNBB); Erasto Fortes Mendonça (MEC); Lucinete Correa Tavares (Instituto EcoVida); Ana Lúcia Canetti (MinC); Marina de Pol Poniwas (CFP); Marta Volpi (ABRINQ); Rozângela Borota Teixeira (FEBRAEDA); Victória Garcia Celestino (MFAZ) Ana Cláudia Cifalli (Instituto Alana); Bruna Bragança Boreli Volponi (MS); Carlos Frederico dos Santos (União dos Escoteiros do Brasil); Cláudio Augusto Vieira da Silva (SNDCA); Marcelo Aguiar Cerri (MPlan); Renato César Ribeiro Bonfim (Casa de Cultura ILÊ ASÉ DÓSOGUIA); Edilma Nascimento (MIR); Iyaromi Silva Ferreira (MIR). Estiveram presentes: Milena Andrade (CEDCA-MT); Elaine Itacarambi (FNDCA); Laurenice Alves de Castro (Secretária Executiva do Conanda); Sara M. Garcia (Flacso); Nancy (Flacso); Miriam Praguaita (ANDI); Luís Carlos Cipriano (RNPI); Pedro Hartung (Alana); Fabiane Borges (CGCFC-SNDCA). Apoio: Cleide, Érica, Andrea e Carlos Herinque (Secretaria Executiva do Conanda); Representantes do Comitê de Participação de Adolescentes (CPA): Camila Ferreira de Souza (MG); Inácio Júnior da Silva Moraes (MT); Igor Gabriel Silva Apolinário (AL); Willian Eleuterio Azevedo dos Santos (SE). Convidados presentes: Vital Didonet (RNPI); Carolina Velho (Unicef Brasil); Dr^a. Ivania Ghesti (CNJ); Juíza Rebeca (CNJ); Juiz Edinaldo (CNJ), Roseli Alves (Conselho de Participação-PR). **No dia 29/11/2023** estiveram presentes na reunião os seguintes membros: Amanda Anderson de Souza (MPS); Ana Angélica Campelo (MDS); Clóvis Alberto Pereira (ONCB); Cristina Mosquetta de Moraes (MJSP); Dayse César Franco Bernardi (NECA); Débora de Carvalho Vigevani (Instituto Fazendo História); Deila do Nascimento M. Cavalcanti (GAJOP); Edmundo Ribeiro Kroger (CECUP); Elisa Tauáçurê da Silva Ferreira (Associação Mães na Luta); Elói Gallon (CNBB); Erasto Fortes Mendonça (MEC); Lucinete Correa Tavares (Instituto EcoVida); Ana Lúcia Canetti (MinC); Marina de Pol Poniwas (CFP); Marta Volpi (ABRINQ); Rozângela Borota Teixeira (FEBRAEDA); Victória Garcia Celestino (MFAZ) Ana Cláudia Cifalli (Instituto Alana); Bruna Bragança Boreli Volponi (MS); Carlos Frederico dos Santos (União dos Escoteiros do Brasil); Cláudio Augusto Vieira da Silva (SNDCA); Marcelo Aguiar Cerri (MPlan); Renato César Ribeiro Bonfim (Casa de Cultura ILÊ ASÉ DÓSOGUIA); Edilma Nascimento (MIR); Iyaromi Silva Ferreira (MIR). Estiveram presentes: Milena Andrade (CEDCA-MT); Elaine Itacarambi (FNDCA); Ana Potyara Tavares (ANDI); Thayse Bauer (Coalizão pela Socioeducação) (CEDCA/MS); Laurenice Alves de Castro (Secretária Executiva do Conanda); Sara M. Garcia (Flacso); Nancy (Flacso). Apoio: Cleide, Érica, Andrea e Carlos Herinque (Secretaria Executiva do Conanda); Representantes do Comitê de Participação de Adolescentes (CPA): Camila Ferreira de Souza (MG); Inácio Júnior da Silva Moraes (MT); Igor Gabriel Silva Apolinário (AL); Willian Eleuterio Azevedo dos Santos (SE).

28/11/2023 – Abertura da 320ª Assembleia do Conanda: Às 9h20, a Vice-Presidente Marina de Pol Poniwas iniciou a reunião cumprimentando a todos. Em seguida, foi realizada a chamada dos conselheiros e conselheiras presentes e cada um fez sua respectiva audiodescrição. Ato contínuo, o Presidente Cláudio Augusto Vieira da Silva cumprimentou a todos e ressaltou que conforme deliberado na última assembleia no mês de outubro a pauta deste dia 28 de novembro seria pauta única sobre o Plano Nacional da Primeira Infância. Explicou que para a análise e debate das disposições sobre o Plano Nacional da Primeira Infância foram convidadas 4 organizações que durante esse dia vão expor, as principais proposições do plano, para subsidiar o produto da ação e envolvimento do CONANDA. Então cada expositor/expositora terá 40 minutos de falar e abriremos para dúvidas. 10h às 10h40: Com a palavra, o Senhor Vital Didonet declarou que era um prazer poder estar dividindo o espaço naquele momento com o CONANDA. Informou que vários órgãos estão realizando a análise do documento. Explicando o contexto histórico do Plano Nacional da Primeira Infância por meio de uma apresentação em power point. O Plano Nacional da Primeira Infância foi aprovado pela Assembleia da RNPI em 8 de dezembro de 2010 e aprovado pelo CONANDA em 10 de dezembro de 2010. Foi atualizado e ampliado em 2019/2020 e lançado pela RNPI em dezembro de 2020. Em ato contínuo explanou sobre o que está em causa são as crianças no começo da vida; seus direitos à vida plena como pessoas e cidadãos; as diversidades das crianças e as diversas infâncias em nosso País; o dever compartilhado e complementar da família, da sociedade e do Estado (art. 227 da CF); e a redução da desigualdade começando no momento em que ela se instala e perpetua – a quebra do círculo vicioso da pobreza e o começo do círculo virtuoso do desenvolvimento pessoal e social. Explanou sobre oportunidade da análise e aprovação do PNPI pelo CONANDA. Este é o *momento favorável*: O Governo Federal acatou com entusiasmo a proposta de se construir a política nacional integrada – intersetorial e interfederativa – para a Primeira Infância. O *GT Primeira Infância do CDESS* propôs e está fazendo a escuta de Organizações e pessoas de grande relevância na proteção e garantia dos direitos da criança na Primeira Infância para compor a política nacional integrada da PI. O dever compartilhado e complementar da família, da sociedade e do Estado (art. 227 da CF). A redução da desigualdade começando no momento em que ela se instala e perpetua – a

quebra do círculo vicioso da pobreza e o começo do círculo virtuoso do desenvolvimento pessoal e social. Continuou falando sobre o porquê de rever e ampliar o PI uma vez que o crescimento da RNPI (de 70 organizações em 2020 para 230 em 2020): ampliação e diversificação dos olhares e da experiência; acúmulo de experiências de nove anos de esforços de implementação; a construção de políticas e planos setoriais (e alguns intersetoriais) para a primeira infância; a elaboração de novos Planos: Municipais, Estadual e Distrital: mais gente na área com experiência; novos contextos de vida das crianças (COVID, retorno à pobreza e à fome, problemas de saúde física e mental, distanciamento família – criança – escola, o aumento da violência, relação das crianças com os meios digitais...); os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e a criança; a Justiça atuando com foco na Primeira Infância (“A Justiça começa na Infância”); Pacto Nacional pela Primeira Infância/CNJ; e a expressão de um “novo direito”: toda criança tem direito à beleza. Manifestou que houve um processo de construção e que participaram: Organizações governamentais e não governamentais, Conselhos setoriais e Conselhos amplos paritários, especialistas, profissionais, trabalhadores na área dos direitos da criança, famílias e crianças. O modo de participação se deu por meio de reuniões de trabalho, GTs por temas, oficinas, seminários, entrevistas, envio de textos preliminares para análise e aperfeiçoamento, contribuições pela Internet, sucessivas revisões, aprovação em Assembleia. Por fim tratou sobre as características do PNPI: o que o Plano traz de novo para as crianças e seus direitos. *Avanços conceituais*: visão holística da criança; capaz, cidadã, participante; superação da fragmentação conceitual, institucional e operativa, posta em prática da inseparabilidade e complementaridade dos direitos; *Estratégia da intersectorialidade*; *Proposta interfederativa*: PNPI – PEPI – PMPI; *Ampla participação* (de todos os que têm algo a dizer sobre criança); *Participação da criança* por meio de processos qualificados de escuta; *Visão de longo prazo*; *Aprovação* pelo Conselho de Direitos e pelo Poder Legislativo; A ampla e diversa experiência da RNPI com o PNPI contribuiu significativamente para a elaboração das sucessivas versões do Projeto de Lei 6.998/2013 e sua aprovação, tornando-se a Lei 13.257, de 8 de março de 2016, mais conhecida como MARCO LEGAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA. Ao terminar sua fala agradeceu novamente e se colocou à disposição para dúvidas e esclarecimentos, devolvendo a fala ao presidente da mesa. O Presidente abriu inscrições para as perguntas. Conselheira Dayse César Franco Bernardi salientou que devemos encarar a criança como pessoa na sua integralidade humana e não sob o ponto de vista fragmentado, pois todas as fases são importantes. A gente tem um conselho da ciência de uma criança universal, uma criança igual todo mundo. Como a visão holística como a gente vai classificar as faixas etárias como ver a infância com um todo? Com olhar para a primeira podemos ver todas as infâncias? Como olhar a integridade e não o recorte apenas até os 6 anos? A Conselheira Lucinete Correa Tavares parabenizou e falou da diversidade da reunião norte e especificidades de cada crianças, ou seja, as crianças indígenas, as negras, a ética racial e religiosa. Outra preocupação são os planos municipais que na prática não funciona. Infelizmente muitos planos são construídos para conseguir o selo UNICEF. Há muita fragilidade na implementação. Ou seja, nós precisamos de um plano municipal de um plano estadual de plano nacional que realmente ele seja utilizado na prática. Como fazer acontecer e acompanhar esses planos? O Conselheiro Edmundo Ribeiro Kroger falou que a sua instituição tem quase 50 anos na área e estamos participando dos debates no Brasil, não somente sobre a primeira infância, mais sobre a política da infância no Brasil. Gostaria de entender o que CONANDA e Rede espera, pois, há uns anos, a pastoral da criança criou um programa, né? Aquele do da multimistura, a preocupação da pastoral da criança naquele momento era salvar as crianças. Os pequenos de pouca idade que morriam no Brasil de maneira desesperadora. É com essas que poderiam ser facilmente evitáveis. E naquele momento, se fazer um debate, aí eu disser que tem um papel importante nesse debate, que se constituía, que era o seguinte. É a preocupação com o crescimento e a infinidade de ter até dando 15 anos, uma população crescente de adolescentes e jovens. E qual era a perspectiva que o Brasil apontava para uma política para esse público crescia de maneira, é muito grande? A pastoral da criança, com muito êxito, conseguiu salvar muitas vidas, mas muitas dessas vidas salvas na primeira infância se perderam e foram assassinadas pelo estado brasileiro. Por que não ofereceram e não tem oferecido nenhuma política consistente par a adolescência e a Juventude? O que nós estamos assistindo é um verdadeiro genocídio da nossa dessa faixa populacional por isso que eu estou dizendo que é uma imagem grotesca que eu estou possuindo. Salvamos pequenos para morrer ou matar, mas como sociedade, num segundo momento, em que momento é? A fragmentação é o que se pretende é criar um conselho para a primeira Infância? A fala foi devolvida a Vital Didonet, que em resposta esclareceu que acha que as três falas trouxeram um ponto de convergência, para o olhar holístico para a existência humana. Antes de chegar à plenitude o Plano busca dá qualidade a infância e que se entende a vida como um ciclo. A política da primeira infância tem que ser articulada com todos os seguimentos. E já estão buscando entender a vida como ciclos e que é importância isso se dá desde a concepção. A gente recomenda que todos os planos estaduais municipais, da primeira infância, sejam aprovados olhando a realidade próxima. É então uma coisa interessante que essa construção do plano nacional da primeira infância seja participativa. E é nessa visão holística que o intersectorial serviu de inspiração, de sugestões, de ideais para nossa contribuição ao projeto. A gente tem um guia para elaboração dos planos municipais. O presidente Cláudio Augusto abriu a fala para mais perguntas. O adolescente William Eleotério manifestou que gostaria de saber como foi feita a escolha das crianças para a escuta na construção do Plano? Os conselhos estaduais e municipais participaram dessa escolha? Como se fecham tudo sobre círculos? Sabemos que o Brasil, ele teve várias políticas públicas aprovada, mas quanto vamos olhar para efetuação delas, né? E a questão que do orçamento público, não adianta fazer uma política pública e não pensar no orçamento público, ter essa natureza, e destacar o adolescente, pois o estatuto da criança adolescente trata disso. A Conselheira Cristina Mosqueta trouxe as observações da CDHAP. Acharmos muito pertinentes algumas cenas que vocês colocaram foram colocados no plano, acho que contempla a realidade mesmo. As recomendações também foram superbacanas, mas a estrutura dele é ficou às vezes repetitiva de um para o outro de forma que ficou intenso, né? E a gente pensa assim, como é que isso vai se dar na prática? Assim, por muito que indicador de inspiração só que plano para ser executado, a gente precisaria, ser mais firme com isso, porque se não tivesse só mais um documento produzido sem nenhuma efetividade. Então, a gente pensou discutir mais sobre isso, sobre a necessidade do plano ser mais efetivo de repente com blocos e juntem alguns capítulos lá dentro. E tem, esse caminho de juntar e falar de vários eixos, e aí se propor uma maneira estratégica. Pensando sobre responsáveis pelas decisões, enfim, quem vai executar, né? E de maneira, a gente pode avaliar se esse plano foi efetivado ou não através dos indicadores? Então assim, até os meios de como a gente vai avaliar isso, quem vai avaliar. É importante que tenha o plano. Esse é um plano, ele tem que ser executado. Se ele vai ser executado, há uma política dele, não é executado, é que eles executados? Então assim foram feitas várias recomendações, mas recomendação que vai ficar no ar e não tem as responsabilidades que tem em vários planos. Alguns têm, mas vários que não tem. Então, ver este uma coisa um pouco mais ligada, estruturada, é e talvez com menor volume, uma coisa mais sucinta, possa fazer mais efeitos. A construção dos capítulos, que é muito boa, estava na sua profundidade. Então a gente pensou assim, uma coisa talvez seja documento norteador falando sobre a primeira infância, as necessidades, mas uma outra coisa é um plano para ser efetivado. Eu estou falando uma maneira mais prática. E gente percebeu também esses capítulos são muito bem

fundamentados neles mesmos, mas a relação entre eles precisa ainda de uma postura. Eu sei que pelas frases a gente consegue ver a postura, mas a gente não consegue ver. Então, quando você ler fica parecendo muito fragmentado, tipo vamos falar sobre esse assunto agora, vamos falar sobre esse assunto. Por isso que em blocos menores, juntando os assuntos seria muito melhor. E assim tentar diminuir ou realmente dele tentar fazer 2 documentos. A gente colocou várias pontuações também de alguns termos que precisam ser revisados que apareceram lá no texto, que já não tem mais muito proposta agora em 2023. A questão dos dados também precisa ser atualizada, pois tem dados antigos. É mais uma análise, mas isso pode contribuir. Assim acredito, por exemplo, que teria que discutir aqui no CONANDA e construir. E a gente considera que é quando acontece o fortalecimento, né? Todos esses participantes que você mostrou e a gente gostaria de fazer parte disso. Sentir de ver acontecendo. Documento nós direcionado para o trabalho é isso, é aqui, vamos ser os responsáveis. Teve de demora um pouquinho mais para poder juntar as pessoas que dispensáveis e colocar sobre espaço. O Conselheiro Renato César Ribeiro Bomfim saudou a todos/as, salientou a importância da sua ancestralidade. Quero saudar o professor e Vital pela apresentação de plano da primeira infância, mas eu vou abrir algumas divergências no intuito de pausar a atenção do que o conselheiro já colocou. Indicando algumas preocupações do nosso segmento. Primeiro, o senhor fala sempre em pedagogia construtiva, coletiva, participativa, holísticas. Eu gostaria de incluir a pretagogia como uma forma de incluir todos esses pontos vinculantes que o senhor já falou. Para ter a sensação de pertencimento, afro-brasileiro, pois acho que há fuga, porque podemos falar do nosso corpo, da nossa dança, da nossa ancestralidade, da nossa tradição moral, da nossa formação, que pode incluir professores. E devo incluir isto a professores nessa formação. Educação infante juvenil. Eu quero comentar isso que o senhor chama de criança cidadã, pois para ser criança cidadã tem que ser completo. E aí me bateu 2 preocupações, professor. Primeira, eu não encontrei um lá representação dentro do plano nenhuma entidade que participou do meu segmento. Então eu cuidado para não fazer um plano nacional de branquitude. Eu tenho estudado, até porque nós estamos no desenho do afrodescendente estado, não há pela ONU de feliz 2024. Falo isso porque nós temos um material humano na universidade Federal do Ceará, da doutora chamada Sandra Hayoée Petit, ela é especialista em educação da pretagogia. Então eu estou fazendo essa menção para que a gente consiga de alguma forma identificar o pertencimento do povo negro, pois, estamos falando de preto, de preta, desse país. É nesse local que nós estamos falando, e aí foi uma preocupação. Hoje o Bom Dia Brasília, foi mostrado uma matéria em que o número de denúncias de racismo religioso ou intolerância religiosa, que não é, porque ele já foi pacificado pelo STF como racismo, aumentou 70%. Então, se a gente quer mudar esse quadro, que intolerância nós temos que formar partidos dos pequeninhos, e das pequeninhas, pretos e pretas, brancos e pardos. Fico bastante preocupado com essa visão de mundo eurocêntrica. Me pareceu ser eurocêntrica. Eu trabalho o afrocentrismo. Salvo engano, inclusive a doutora Sandra Petit, tem vários livros publicados desta matéria da pretagogia. Acho que era de bom tamanho, o CONANDA pedir a presença dela para a gente ouvir um pouco o que seria pretagogia para os meninos e meninas, pretos e pretas do país. De que forma a educação que o professor vinculou inclusive alguns temas ao selo Unicef que acontece lá na prefeitura, mas de que forma isso está acontecendo? Isso é muito preocupante. O Conselheiro Carlos Frederico agradeceu a apresentação e disse estar muito mais preocupado com a visão mais prática como a execução. Há alguns pontos que nós sentimos falta. Nós não conseguimos discutidos isso, esse tipo de falta. Sentimos falta de um estudo detalhado, real da questão orçamentária da criança e do adolescente. Então, que o recurso não são os recursos destinados para crianças, adolescentes, como o tal do OCA? A gente sabia que esse orçamento perpassa por saúde, educação, segurança pública, enfim, todos. E há série de políticas públicas que acabam envolvendo de alguma maneira essa já estabelecidas, mas é necessário ao meu, que nós tenhamos uma visão real, concreta, do quanto? de onde? e como viram esse recurso para a execução do plano de replicar com tamanha magnitude e êxito. É isso, obrigado. A Conselheira Ana Angélica Campelo cumprimentou e parabenizou o trabalho apresentado. E coloco uns pontos que a CPP também discutiu sobre o plano que vai na linha do que a Conselheira Cristina falou. O texto é muito rico, mas tem alguns pontos e ações de melhorias pontuais, mais que isso pode passar, mas basicamente se achou necessário, eu estou reforçando, o que foi discutido na CPP. Que o plano também, além daquelas recomendações, tivesse realmente um plano de ação com objetivos, com metas, com responsáveis para conseguir dar concretude. E para isso pensarmos em se propor um grupo para alguma discussão entre os órgãos que operar e que possa pactuar realmente, discutir os objetivos dessas ações e metas para que realmente a gente consiga é concretizar as várias coisas que estão no plano. Também uma coisa só, com uma questão de dizer até a convidada a receber, colocou isso quando não se dá concretude, é, às vezes pode ter uma interpretação em alguns temas de um certo feminismo. A família pode ser muito responsiva, cuidadosa, mas se você não coloca muito objetividade, tem que ter orçamento, tem que ter universalizado, precisa disso, precisa daquilo, para dar esse apoio, pode acabar se tendo esse entendimento que a família tem que ser aquela família ideal sem dar essas condições. é difícil. E para isso tem que ter creche, orçamento, tem que ser universalizado, precisa disso, precisa daquilo, desse apoio, pode acabar em temos entendimento que tem que ser para família ideal, sem dar essas condições. Então objetivamente, seria isso a gente que o plano, além dessa parte mais teórica e das recomendações, tinha que pactuar os objetivos, ações, metas que de fato continue do conversando com os órgãos que operam a política. A Conselheira Débora de Carvalho Vigevani iniciou sua fala agradecendo pela apresentação e pelo esforço que acho que a RNPI está fazendo. E que essa articulação com o CONANDA, e que essa construção possa também composta por todos nós. Gostaria de fazer uma pergunta que eu já tinha levado nas assembleias e a gente ainda não teve retorno disso. Acho que por parte é talvez mais do governo, mas talvez você tenha preocupações por isso, é que a gente teve notícias que o conselho de desenvolvimento social e sustentável, ligado à Presidência da República, o chamado conselho, também está debruçado sobre esse tema do plano nacional pela primeira infância. Então eu já venho tentando entender, mas eu ainda não tive informações sobre isso. Se há alguma integração ou mediação entre, a RNPI e o que está sendo trabalhado aqui no CONANDA e o que está no conselho? E quem é no conselho que está conduzindo o trabalho de pular buraco ou utilizar esse plano que já existe, e fazer aprimoramento? Estou um pouco preocupada é de estar sendo feito retrabalho ou está tendo um trabalho duplicado aqui, que não seja titulado, é que não seja em diálogo. Pode ser que esteja e a gente não está sabendo, mas eu acho que se isso está sendo debatido lá, pelos mesmos atores ou por outros atores, a gente precisaria entender melhor para ver uma titulação, inovação a isso. O Conselheiro Clóvis Alberto Pereira cumprimentou o professor Vital e iniciou falando que como sociólogo, jornalista e um pessoa cega, tenho uma preocupação muito grande com essa fragmentação também. E aí passa pela cabeça se devemos criar a primeira infância, segunda, terceira. E no ECA não é estar determinado o que é a infância, o que é criança, o que é adolescência, não é? Segundo o ECA é apenas uma, com suas inúmeras diversidades. Professor, eu trago aqui, não dá 93,9% de crianças, sem deficiência, entre 6 e 14 anos, estão na escola. Dados da pesquisa de amostra por domicílio contínua do IBGE de 2023. 93,9% entre 6 e 14 anos. Quando a gente vai para essa mesma faixa etária, pensando nas crianças com deficiência, esse número cai da 89,3%. Vejam com uma diferença de quase 5% entre crianças da mesma faixa etária matriculadas, quando nós comparamos com e sem deficiência. Queria que o senhor trouxesse

para gente um pouquinho se foi mapeado, se o plano contempla dentro das diversidades também o segmento das pessoas com deficiência, das crianças com deficiência visual, física, intelectual, múltiplas ou qualquer que seja ela. É importante também pontuar que já passei por conselho nacional da assistência social, pelo conselho nacional de saúde, da pessoa com deficiência e cheguei a esse conselho no começo deste ano, mas a importância de os conselhos serem consultados já no começo da elaboração dos planos. Nas primeiras palavras, nas primeiras linhas, os primeiros estudos, nas primeiras pesquisas, para que o conselho possa sobre eles colocarem seus olhares, suas avaliações, trazer as angústias, as aflições e os sentimentos das suas bases. Ao invés de virem algo pronto ou semipronto apresentar ao conselho. Acho que essa construção coletiva desde o início só fortalece um governo mais democrático como nós estamos vivenciando agora. O senhor Vital Didonet retomou a palavra para os esclarecimentos. Primeiro que dizer que concordo que o plano não é ativo. Ele é um plano de longo prazo, a realidade é cambiante, ela tem uma dinâmica, pois o Brasil é um país de uma diversidade imensa. Como que você vai atender um plano longo prazo? Para realidades cambiantes na diversidade, sendo muito pesado e preciso? Por isso que nós pensamos em plano nacional, que é grande essa diversidade em nós procuramos o máximo possível com participação da diversidade brasileira, mas nunca está completo. Você tem razão, é que sempre quando eu. Em 2010, consultamos na internet com a participação de mais de 500 pessoas que a gente nunca sabia, mas insistiu e tiveram acesso. Os planos de longo prazo eles têm normalmente uma determinação de que no meio do período se faça uma atualização, revisão. Então, bem-vindo, já conversei com o senhor, professor, vamos entrar na rede para a gente aprender como é que é essa cultura da sua região, do seu povo. É então nós pensamos aí, no caso da Cristina, trouxe como faço para que cada governo não mude, mas que o poder executivo possa colocar seu DNA aí, sem alterar a essência com critérios? Por isso um plano nacional, não pode ser uma coisa amarrada demais, tem que ser um plano que a sociedade construiu para o governo poder exercer o seu mandato. O plano nacional não é plano operativo, e sim um plano de definições de estratégias, de princípios de determinações conceituais e de políticas. Os capítulos, você tem razão estão profundos e preciso ser atualizado por parte de cada Ministério, ao participar dos grupos. Nós não conseguimos opinar isso porque foi construído muito ampla e participativa. Imaginamos uma forma, essas diferentes, de diferentes olhares ou setores trabalharem juntos para chegar até aqui. Na elaboração do plano estadual do Espírito Santo é, teve uma ideia interessante que foi assim, só com a saúde da criança, mas envolvendo várias temáticas, com a secretaria de saúde, da educação, da cultura, do meio ambiente, da segurança, dos transportes, da justiça, fazendo parte de super temático da Saúde da criança. A educação infantil, também é super temático, pois a própria constituição já tinha ali um olhar holístico. Acho que podemos fazer isso, pois temos capacidade de mobilização intersetorial, mas procurando sim as pessoas mais qualificadas e mais experientes na área. Como por exemplo a criança negra foram organizações que fazem parte da rede, pessoas especialistas de universidade que ajudaram a construir esse plano. Temos um capítulo específico sobre a criança com deficiência, as crianças diferentes, e também temos três ou quatro organizações na rede que trabalham a diversidade da abordagem global das infâncias. Sob o ponto de vista épico ele contempla o que há de mais avançado são os mais experientes na área. Existem um cuidado e uma abordagem global, mas como cada setor trabalha isso. Nós pensamos que o plano municipal seja mais fácil porque se leva mais com esse diálogo intersetorial. Já temos municípios que fazem assim. Todos esses são relacionados a família, um trabalho em rede. Trabalham todos os aspectos desde a gestação, o parto, o nascimento, a saúde e as intervenções sociais, transporte de gestante. Trabalham com grupos temáticos com o tempo de aprender, não só escola, é tempo de brincar e aí vai sucessivamente. Sob o ponto de vista operacional ela indica uma forma de trabalhar em conjunto. Se de um lado nós temos uma falha operacional ou uma incompletude dele não ter sido para operacionalizado na intersetorialidade por outro nós pensamos que isso pode ser complicado na primeira infância. Sobre o orçamento, nós temos um capítulo sobre isso que conta a história da tentativa de construção do orçamento primeira infância. Esse capítulo descreve as últimas ações que foram feitas no sentido de encaminhar uma definição no planejamento. O Ministério do Planejamento definiu uma metodologia de quantificação de apropriação de quanto se está gastando com primeira infância, e pasmem é muito pouco. 1,5 % dependendo do orçamento geral, quando a criança representa quase 10% da população. E é uma fase que apresentação uma dependência bem mais substancial. Essa quantificação ajuda a argumentar com os decisores de orçamento a necessidade de acrescentar mais recursos. Mas o ideal é que se tivesse uma rubrica chamada primeira infância. Não chegamos ainda, por isso chamamos de orçamento primeira infância. Outros países já têm, mas não sei o quanto isso está sendo aplicado. Isso é uma decisão do Presidente da República e se ele sai o outro pode não querer e por não ser definido por lei temos essa fragilidade. Mas essa questão do orçamento é fundamental. No nosso plano apenas indicamos caminhos para a construção desse complexo olhar orçamentário por faixa etária em função da prioridade absoluta em que a criança, o adolescente e o jovem têm que ter na garantia dos direitos. É uma garantia que não cabia a rede fazer, mas suscitar que ela fosse feita. Para finalizar em 2010 foi aprovado o plano pelo CONANDA e em 2011 a ministra Maria do Rosário, começou com um trabalho convidando todos os ministérios que têm ações dentro do plano a se identificarem aí. Como eu me leio dentro desses temas aqui dentro do plano? Um planejamento de ação conjunta. Isso andou durante alguns meses, mas houve percalços e não prosseguiu. A ideia é que o Conanda faz um monitoramento por meio dos ministérios que fazem parte do conselho. Quanto ao processo de escuta. O primeiro foi uma instituição chamada ato cidadão que tinha prática de pesquisa de opinião nacional. Em cada região do país foi feita uma escuta e se pediu para uma organização local que se procurasse uma diversidade de crianças. Crianças de escola pública, de escola privada, de faixa de renda diferente, brancas e negras etc. Indígenas não me recordo se teve nessa primeira etapa. Depois foram feitas outras escutas. Agora estamos reunindo falas e expressões das crianças para a política nacional da primeira infância e aí tem várias organizações que vem trazer para a gente que eles já escutaram. Por exemplo, a aliança pela infância que fez um estudo em São Paulo com criança e adolescentes de 5 a 18 anos. Em todas as regiões da cidade de São Paulo, pegando diversidade de etnias, tem indígenas, tem quilombolas, brancos, negros etc. e faixa de renda também. O Instituto Alana fez um estudo também nacional em todas as regiões do Brasil, com representatividade das diferentes infâncias e com crianças migrantes e refugiadas da Venezuela. Quando fomos colocar essas informações vamos dizer a região, etnia e idade. Nesse documento vamos demonstrar que procuramos trabalhar com todas as diversidades brasileiras. E para concluir sobre o GT da primeira infância do Conselho de Desenvolvimento Social e Sustentável, propôs a elaboração de uma política. Então eles irão trabalhar na elaboração de uma proposta de política para a primeira Infância. O presidente Cláudio Augusto Vieira da Silva agradece ao Professor Vital Didonet. Sei que talvez tenhamos novas questões, mas nós vamos até o final da tarde com essa temática e teremos a oportunidade de colocar. Antes de passar para a segunda expositora, Carolina Velho, solicito que quem ainda tenha se apresentado faça nesse momento. Então passamos para a Senhora Carolina Velho, representante do UNICEF Brasil. Bom dia! Eu queria começar a minha fala dizendo também a alegria de poder voltar ao Conanda nesse momento importante para quem já foi conselheira. É importante para o debate do plano nacional pela primeira infância e pelos direitos das crianças e dos adolescentes. Quando o Conanda

entrou em contato com o Unicef, a gente intimamente ficou pensando a melhor forma de contribuir para esse debate, que é apresentar um pouco do que a UNICEF vem fazendo a partir do plano nacional, nessa instigação dos planos municipais pela primeira infância. Acho que a nossa colega teve uma fala bem importante, contundente sua fala, mas vou passar, não vou me ater exatamente ao PPT, ele vai ser um guia aqui, para a gente dialogar um pouco como é que isso já chega no município. Então o plano nacional, mesmo não sendo exatamente um plano organizado, produzido e conduzido pelo governo, vem de alguma forma provocando os municípios no debate da promoção e da garantia do direito da primeira infância. Com uma especificidade territorial no Brasil, em especial no Norte, no semiárido e na Amazônia, o que chamamos de Amazônia Legal, no território amazônico, e nas grandes cidades, em especial São Paulo, Rio de Janeiro e nas capitais. Desde o outro ciclo, então, 2017, 2021, a gente vem conversando, dialogando com os municípios no âmbito do selo, de alguma forma, para que eles privilegiem, nas suas políticas municipais, a primeira infância. No selo anterior, os planos municipais vinham dialogando junto com as semanas do bebê. Então assim, município, se você faz semana do bebê, dentro da sua semana, conversa e dialogue sobre os planos municipais pela primeira infância. Busquem aí, intersetorialmente, conversar, trazendo saúde, educação, assistência, cultura, planejamento, enfim, todos os atores possíveis para esse diálogo. Dentro do ciclo 2021-2024, o plano ganhou centralidade no que a gente chama de resultado sistêmico 1, que é o resultado da primeira infância. Então, a gente tem sete grandes resultados. Então, desenvolvimento na primeira infância, estar na escola, que é o carro-chefe da educação, que é a busca ativa escolar. Então, estar na escola e aprendendo, ter acesso à água, saneamento, informações sobre hábitos de higiene. Ter a oportunidade de trabalho decente, então, já entendendo a adolescência, a juventude. Contar com apoio para a saúde mental e bem-estar, oportunizando a participação cidadã, ser protegido contra a violência e ter acesso à proteção social. Esses são sete grandes eixos de trabalho dentro do selo. É o que a gente chama de sete resultados sistêmicos. E aí nós temos, no âmbito do selo, 2.023 municípios inscritos. E desses 2.023 municípios inscritos, 1.347 fazendo parte do semiárido e 676 na Amazônia, 87% dos municípios brasileiros. Então, a gente tem, desses municípios, um quantitativo de municípios que nos mandaram seus planos municipais pela primeira infância. Para isso acontecer, pode subir. Para isso acontecer, a gente fez principalmente durante o ano de 2021, 22, pode subir. Realizamos mais de 29 encontros em estados que participam, na grande maioria do selo, para debater a primeira infância. Então, ali entre julho e setembro de 2022, a gente foi presencialmente conversar, dialogar com os estados que participam do selo. E aí esses municípios tinham um prazo para elaborar o plano e um prazo para executar o plano. Então não basta só elaborar. Vamos elaborar o plano e vamos executar o plano que o Unicef vem trabalhando, junto com os planos municipais, muito fortemente com o orçamento da primeira infância. Então, não basta planejar, não basta elaborar, não basta executar, precisa que orçamentariamente, termos de orçamento, a gente precisa designar orçamento para a primeira infância nos municípios. Tínhamos um prazo até 31 de março de 2023, para os municípios nos mandarem os planos, e até agora, 31 de dezembro, para nos dizer como é que está a implementação do plano. Então, o que eu vim aqui apresentar para vocês é um pouco esses números de municípios que nos apresentaram os planos e que estão nos contando da sua execução. A gente disse lá, olha, município, quando você planejar o seu plano, organizar para o planejamento do plano, é essencial três grandes áreas estarem nesse plano. Saúde, educação infantil e assistência social. E é essencial que a gente tenha metas prioritárias e ações. Então, na saúde, a busca ativa vacinal das crianças atingindo a cobertura de pelo menos 95% das crianças até o primeiro ano com a tríplice vacinal. Buscando ativamente as crianças na primeira infância, que a gente sabe que teve uma super queda, principalmente por conta da Covid no âmbito da vacina. Na educação infantil, metas como a qualificação e a garantia de que pelo menos 30% das crianças que estejam matriculadas em creche e pré-escola estejam recebendo ou sendo beneficiadas por práticas de qualidade, isso impacta muito na qualificação desse profissional que está com as crianças, ou seja, essas crianças precisam ter a garantia de ter profissionais, professores com qualidade, que sejam profissionais de creche e para a escola uma qualificação profissional, um plano de qualificação em serviço e que estejam... Que a gente tenha práticas que estejam alinhadas à BNCC da educação infantil, ou seja, com os direitos de aprendizagem, com os campos de experiências, com as vivências do cotidiano na educação infantil. Na assistência social, a gente e que dialoga com as metas de CRAS e o PAIF dentro dessa ação, dentro da assistência. Então, acho que os planos, da saúde, da educação e da assistência foram os mais considerados, essencialmente, precisam estar dentro dos planos municipais. Dito isso, a gente recebeu, até ali março de 2023, mais de 1.416 planos, se eu não me engano. E aí fomos avaliar de alguma forma esse plano. Fomos avaliar como é que a gente fez isso. Fizemos isso com a ajuda do IFAM, lá do Ceará, que nos ajudou sensibilizando, envolvendo os atores. Fizemos muitas webs conferências que estão aí no YouTube. Então, montamos uma cartilha para apoiar os municípios a organizarem os planos. Então, com sensibilização, com organização do trabalho em conjunto com os atores principais dos municípios, envolvendo o legislativo. Falamos assim, olha, para que vocês possam fazer esse plano, façam um diagnóstico baseado nos dados dos municípios. Façam um diagnóstico a partir do marco legal da primeira infância, dentro do território, organizem os documentos do município, os documentos que estão linkados com os dados e com o que vocês têm de primeira infância. E aí fizemos essas capacitações presenciais e implementamos um documento que é um painel que nos ajuda a organizar esses dados que os próprios municípios nos trouxeram. Então, nós temos 1.416 planos municipais dentro do âmbito do selo. Nós temos mais de 13 mil unidades de educação infantil que implementaram a autoavaliação, o INDIQ, e que nos contaram aí mais de 13 mil unidades que nos contaram das suas práticas. Então, como é que estão realizando as práticas na educação infantil? E mais de 1.489 municípios que realizaram e aderiram à busca ativa vacinal, a BAVE, para buscar crianças de 0 a 6 anos para as suas vacinações. Dentro dos planos, desses 1.400 planos, aí eu trouxe um mapa por estado. Temos no Acre 12 planos, em Alagoas 67, no Amapá 14, no Amazonas 39, na Bahia no Pará, 83, na Paraíba, 135, Pernambuco, 107, Piauí, 112, Rio Grande do Norte, 109, Rondônia, 39, Roraima, 15, Sergipe, 52, Tocantins, 57. Temos um instrumental de monitoramento, porque foi exatamente isso que a nossa colega, Lucinete, nos disse. Não basta só apresentar o plano, queremos entender como é que esse plano está sendo implementado. Eu tirei uma fotinha, mas, se tiver internet, a gente pode entrar, se vocês quiserem. A gente tem um dashboard que nos mostra, um painel que nos mostra. Desses 1.400 planos enviados, 392 municípios já estão nos contando como é que estão implementando os planos. Então, olha aí, nesse plano tem orçamento? Como é que está a educação, a proteção e as ações integradas? Como é que estão sendo realizadas? Se o Conanda quiser, inclusive, ficar com o link e guardar, posso mandar a apresentação. Ontem tinha 396, hoje já tem 407. Os recursos, como estão sendo utilizados? Esse plano tem validade pelo CMDCA do município, pelo Conselho Municipal de Direita da Criança, qual é o prazo desse plano? Então, adesão à plataforma da busca ativa vacinal, avaliação da cobertura vacinal, desses profissionais. É uma ação a ser implementada, é uma ação que está em execução, é uma ação já finalizada pelo município, dentro do plano. Então, em saúde, em educação, em proteção, em ação nas ações integradas. Vou passar para as ações integradas. Como é que a gente extraiu essas ações dos próprios planos? Então, plano nos fala. Nós temos semana do bebê. Aqui nós temos projetos de conscientização sobre aleitamento materno, projetos de parentalidade, projetos voltados para o

enfrentamento ao racismo desde a primeira infância. O município vai nos dizendo o que tem dentro do plano e que eles estão implementando, a gente faz o acompanhamento. Então, o que eu queria trazer para além disso? Queria dizer que, para além disso, o UNICEF junto com o IPEA e o Ministério do Planejamento. A gente desenvolveu uma metodologia de orçamento da primeira infância baseada no OCA e que está disponível no Siga Brasil. Então, se a gente entrar hoje no Siga Brasil, lá no Senado, a gente vai ter o orçamento da criança e do adolescente e o orçamento da primeira infância por pasta e por linha de implementação orçamentária. Então, por exemplo, no ano passado, o professor Vital participou de uma audiência pública porque o orçamento para a educação infantil tinha reduzido, a 97% do orçamento tinha sido reduzido, tinha sido extraído. Conseguimos acompanhar, sim, atualmente, como é que o orçamento está sendo empenhado, desenvolvido, executado, desde o que é executado ao que é empenhado e que não foi executado, inclusive, para fins de cobrança social dessa execução. Então, é importante dizer que o plano nacional da primeira infância, como disse o Vital, é um plano de sonho. Ele é um plano de sonho, mas que busca organizar esse sonho nessas áreas de atuação. E que já pode ver aí no norte e no nordeste, porque a gente sabe também que outros estados tem se organizado nas suas redes estaduais da primeira infância e em seus municípios para escrever e implementar os planos municipais, mas a gente vê que já é realidade. Já é realidade em muitos municípios que começam a olhar e priorizar os seus orçamentos, inclusive, para a primeira infância. Então, aqui a minha fala é muito mais uma fala de Conanda, vamos olhar como é que o plano nacional pela primeira infância pode ser, obviamente, melhorado, ampliado, mas também indicando que este plano ele já é uma realidade quando a gente olha para os municípios. E aí a gente precisa realmente, de alguma forma, regulamentar isso. Seja ele dentro de uma política nacional pela primeira infância, seja ele dentro de um plano que, como a colega Daisy colocou precisa ter metas, objetivos e algo que a gente considere que a gente possa avaliar essa implementação de como ela está sendo organizada dentro dos municípios. Eu acho que o selo é um instrumental, um mecanismo, um apoio que o Unicef vem dando ao país há muitos anos, desde 1999 o selo é implementado nos municípios. Ele mudou muito, inclusive do ciclo passado para esse. No ciclo passado a gente tinha 20 metas, a gente tem 7, 7 resultados sistêmicos. Acho que movimenta processos importantes dentro do município e, de alguma forma, podemos dizer que a primeira infância tem sido olhada. E, a partir do selo e desse ciclo em especial, temos a garantia de que as crianças de 0 a 6 anos estão sendo cuidadas como devem. Então, encerro minha fala e estou aberta, enfim, para dialogar, discutir, colocando, inclusive, ao Conanda, a disponibilidade de alguém do Unicef que trabalhou, em especial no orçamento, lá do socialpolish, possam vir contribuir, se quiserem, entender a metodologia. A gente fez com o governo federal, mas fizemos agora, estamos finalizando, com Fortaleza e com o estado de Pernambuco. Então, para termos aí também experiências diversas, experiências no âmbito municipal e estadual também para orçamento. O presidente Cláudio Augusto Vieira da Silva abriu para o debate. A senhora Fabiane Borges. Começou dirigindo sua fala dizendo: Acredito que a minha fala vai ser tanto para o professor Vital quanto pra Carol, porque afinal as falas de vocês também dialogam. Então assim, falando mais especificamente do documento do plano nacional pela primeira infância, quando ele foi apresentado na Comissão de Políticas Públicas no primeiro semestre, eu era coordenadora da Comissão. Tive a oportunidade de assistir, uma primeira apresentação e de conhecer o documento. Depois já estando na coordenação geral de convivência familiar e comunitária, pude também fazer uma reanálise. E assim, a minha impressão do documento na parte que eu tenho mais experiência, que é a assistência social, acolhimento, convivência familiar e comunitária. Percebi que é um documento que conversa bastante com o que tem sido discutido no governo federal. Então, assim, do ponto de vista de princípios, de estratégias, do ponto de vista mais conceitual, que me parece que é o principal objetivo do plano. Acho que ele dialoga bem com as discussões que a gente tem feito. Fiz algumas pontuações por escrito, encaminhei para a CPP, pode ser considerado em algum momento, mas são questões mais assim, de necessidade de atualização de alguns dados, alguns conceitos que precisam ser aprimorados, alguns ajustes que podem ser feitos, alguns aprimoramentos. Mas assim, nada que invalide o plano. Acho que o plano conversa bem com o que está no estatuto da criança e do adolescente. E assim, a gente vê que a questão da primeira infância é uma questão que vem crescendo nos últimos anos, tanto no governo federal. Vemos vários órgãos mobilizados, a própria presidência da república, o Conselho. O sistema de justiça também tem olhado de uma forma mais especial para esse público. As organizações da sociedade civil também. Recentemente nós abrimos um processo seletivo lá no Ministério para que as organizações da sociedade civil possam em parceria com o Ministério dos Direitos Humanos executar algumas ações para esse público e nós tivemos uma demanda muito grande. Então assim, a gente vê que toda a sociedade está voltada para isso e esse olhar é importante na medida em que a gente sabe que a primeira infância ela determina muito ali do desenvolvimento da criança e do adolescente. Considero que é importante, sim, tem um plano nacional que trate sobre isso, mas precisa também fazer coro ao que os conselheiros colocaram aqui hoje. Não basta olhar para a primeira infância, temos que olhar para todas as infâncias, olhar para a adolescência. Como essa prioridade absoluta que o ECA garante em sua integralidade. Vamos olhar de um modo especial para a primeira infância, mas sem perder jamais esse olhar para a diversidade das infâncias e das adolescências no nosso país. O Conselheiro Elói Gallon começou falando que estava pensando, por exemplo, que nós como CNBB, acordou um pouco tarde para essa questão pós primeira infância. Como pastoral da criança, desde muito, vem fazendo um trabalho muito intenso nessa área da primeira infância, mas depois, mais especificamente mais ou menos, da década de 70, que a gente se atentou, mas não. Depois da primeira infância, tem um largo espectro aqui de crianças e adolescentes que está numa situação muito mais vulnerabilizada. E daí não vou repetir o que os companheiros e companheiras falaram aqui. Entrar nessa questão da fragmentação, que para mim é uma coisa muito séria, eu queria pontuar algumas coisas importantes. O primeiro, é preciso ter presente o problema de que também alguma coisa já foi dito, que nós ainda vivemos sob a égide de uma sociedade fundamentada no homem branco adulto. Então, é isso que ainda define muito as nossas relações precisamos ter isso presente em toda e qualquer ação, sobretudo na primeira infância. Porque é ali que começa o desenvolvimento, essa coisa das relações de você. Eu sou uma pessoa que eu demorei muito para superar o machismo, o racismo, não sei se superei, acho que não, acho que isso é uma coisa por resto da vida. Que a gente diariamente tem que fazer um esforço e um exercício por conta daquela educação que teve. Uma outra preocupação, e que eu acredito que tem que estar muito presente, é a coisa do cuidado como cuidador. Porque tem presente aí a questão da formação acadêmica, mas depois eu vou falar um pouco da questão do marco legal. O marco legal já prevê essa questão da formação acadêmica para o cuidado do cuidador, de estar preparado para aquilo que vai desenvolver. Uma outra questão que o Vital abordou de uma certa forma, é essa coisa que acho que a gente tem que ter presente o direito, a questão da criança, seja da criança ou adolescente, do cidadão, da cidadã, do direito à cidade. Então acho que nessa figura da praça sem um semáforo, traz um pouco presente essa coisa do direito à cidade. Então eu tenho que ter a questão do acesso, por exemplo. Então, vamos considerar o acesso à educação não é só garantir escola, não é só garantir vaga na escola, que lamentavelmente, inclusive, tem falta de vaga na escola hoje. A gente tinha superado isso na minha cidade, e nós tínhamos isso muito bem superado, e hoje, de novo, voltamos a ter esse problema. Mas esse é o primeiro passo para garantir a educação, a vaga na escola,

um plano do transporte, tem o acesso como um todo, enfim, tem uma série de questões, assim é na saúde, assim é na assistência social etc. Então, para ir concluindo, eu queria trazer, para além desses questionamentos, dessas reflexões, em que momento, por exemplo, o plano vai de que forma o plano dialoga com o marco legal que nós temos presente e que já tem toda uma fundamentação, tem toda uma previsão, inclusive de investimentos, de discussão, de política etc. A senhora Carolina Velho respondeu as questões levantadas. Então, eu considero, Elói, suas reflexões maravilhosas. A gente tem muitos avanços, inclusive o avanço do próprio marco legal da primeira infância no Brasil. Mas é isso, temos muitas leis e muitas questões ainda não resolvidas no direito mesmo das crianças ao acesso a essas políticas mais básicas, mas primordiais para a construção da democracia, da cidadania, enfim. Considero que o plano nacional da primeira infância, que foi revisto em 2020, já traz e já carrega consigo muito do marco legal de 2016. A gente precisa aqui, eu acho que muitos trouxeram sobre as questões dos dados que a gente tem. Nessa revisão de 2020, que a gente precisaria atualizá-los, com certeza. Mas a gente não pode perder a memória de que, em 2020, inclusive, a questão dos dados foi muito complexa. Tivemos um apagão de dados no Brasil. Então, assim, os dados da educação infantil, que são os que eu acompanho mais aproximadamente. Infelizmente, no Brasil, temos na creche um grande desafio. 34% só dos bebês estão matriculados em creche. Mas dos 34%, se a gente olha para a Amazônia, se a gente olha para a região norte, a gente cai para 18%. Agora, é porque não temos o estabelecimento também, isso é uma dívida histórica com os bebês. A gente teve no âmbito de muitas expressões, falas, narrativas, e que pode até não concordar, mas a população está envelhecendo. Mas isso não pode ser uma prerrogativa para a gente não atender bebês em espaços qualificados em bons espaços. Hoje ainda tem muitas casas caindo aos pedaços, atendendo os bebês, com um banheiro, com uma pia para dar banho. Às vezes a mesma pia que dá o banho é a pia que a professora lava a roupinha para mandar para casa. Tivemos muitos avanços. Que bom! Mas precisamos olhar muito atentamente, porque os dados são desiguais. Quando a gente vai olhar para as crianças pretas, as crianças da Amazônia, as crianças mais vulnerabilizadas, o atendimento é menor. E, para além do atendimento ser menor tem uma questão da qualidade do processo. Então como você disse, eu não me lembro se é o artigo 10 ou 11 do Marco Legal, nos diz sobre a qualificação dos profissionais que atendem as crianças de 0 a 6 anos, sejam profissionais da saúde, da assistência, da educação, profissionais que transportam essas crianças, enfim, qualquer um que atenda, profissionais públicos que estão aí atendendo as mães e os bebês. Como é que isso é feito no Brasil? A gente teve aí um boom de informações sobre o EAD no Brasil, esses profissionais, as pessoas que infelizmente pagam 49,90 por uma graduação à distância, como é que a gente vai atender com qualidade crianças e adolescentes, quando a gente tem uma grande maioria de profissionais sendo formados à distância. Como é que a gente segura no colo um bebê? Enfim... É... Não sei se respondi, se... Melhorarei aí o processo de reflexão. O conselheiro Renato trouxe suas considerações. Primeiro agradecer a presença da senhora do Unicef, muito nos honrou estar aqui conosco nessa luta, mas ouvi do conselheiro Elói e outros companheiros que me antecederam e trouxe algumas palpitações, inquietações, dentro desse processo de defesa da garantia do direito da criança e adolescente. Eu ia colocar o estado da Paraíba, porque eu sou de lá, apesar de vir de África, mas eu sou de lá atualmente, moro em Paraíba. E 60% dos municípios estão conduzindo pelo selo UNICEF, pelo número que a senhora apresentou. Para mim foi uma surpresa. 223,635, mas me trouxe uma inquietação assim, sabemos que o Selo é dirigido ao semiárido. E aí eu vou fazer uma pequena propaganda, com toda a permissão dos companheiros e companheiras. Nós temos o Criança Esperança no semiárido. A Casa de Cultura toca um projeto chamado projeto Sankofa no semiárido, cerca de 60 quilômetros da capital. Qual é a inquietação? Olha, o semiárido, ele é bem característico, já está bem dimensionado, geograficamente, mas que vamos pensar comigo, o selo é dado depois que o município cumpre uma série de exigências para ganhar o selo, né? Parabéns para o prefeito. Que nada, não vejo dessa forma, mas serve de propaganda eleitoral. Isso é uma preocupação. Ou nós trabalhamos dentro da política pública afirmativa e efetiva, ou a gente vai fazer propaganda de prefeito, que não é o nosso caso aqui. Acho que nenhum de nós aqui está para fazer defesa de político nenhum, porque nenhum está merecendo o nosso voto. Essa é a minha visão de mundo, com todo o respeito a quem pensa diferente. Esse município chamado Pedra de Fogo, logicamente é a cidade que vai receber o selo. Aí eu pergunto, eu estou numa zona rural, com um projeto que eu já mencionei, que fica a 28 km da Sete, chamado Escolas Rurais. E esse município tem 24 escolas rurais. E o selo vai para onde? O selo UNICEF chega lá, de que forma isso está acontecendo? E depois que a prefeitura ganhou esse selo, como é que é feito esse monitoramento? Porque aí, logicamente, eu não quero colocar nenhuma dúvida nas respostas que vêm da prefeitura, mas é muito estranho atingir tudo assim, né? Tudo maravilhoso, tudo bacana. Então, eu queria saber se depois que vocês entregam esse selo, como é que é feito esse monitoramento? Ele continua recebendo pela vida inteira esse selo? É assim, ou não é? Tem outra metodologia? E como chega à política dentro das escolas rurais? O presidente Cláudio Augusto Vieira da Silva falou pessoal, eu perguntei aos adolescentes, eles não têm nenhuma pergunta. Tem mais alguém que tem alguma pergunta para nós fazermos o último bloco? Vital, você tem até direito a falar mesmo, porque você foi citado muitas vezes. Obrigado, doutor Claudio. Eu não faria uma pergunta, mas eu gostaria de comentar algumas questões que foram postas aqui, uma vez que tem a ver com o Plano Nacional e com a minha casa. Primeiro, por que um plano pela primeira infância? Não tem o Plano Decenal dos Direitos da Criança Adolescente? Então a pergunta, por que um plano de antirracismo? Por que um plano de convivência familiar e comunitária? Não tem o plano de direitos aqui na adolescência? Por que um plano do governo, um plano nacional de alimentação escolar? Porque é um plano e assim por diante. Esses planos são lentes de aumento sobre uma realidade complexa para que ele consiga ter as especificidades daquele setor. Havia uma época em que a gente pensava que criança era uma trouxinha que podia enrolar numa fralda e deixar num bercinho. Mas a hora que a ciência mergulhou sobre o desenvolvimento na primeira infância, percebeu como é importante ter um olhar especializado para atender a necessidade específica de estímulos daquela criança, por exemplo, o brincar. O que há de pesquisas e estudos sobre a influência do brincar na construção da inteligência da criança, na descoberta do mundo, das regras e das leis que fazem a realidade? Quando começamos a trabalhar nesse tema, eu trabalhei na criança constituinte, a gente trabalhava desde 0 a 18 anos. Era o Movimento Nacional Criança e Constituinte, mas criança era como o conceito da ONU, de child. Então, a Convenção dos Direitos da Criança da ONU não é só criança, eram 6 anos, a criança e adolescente até 18 anos. Então nós trabalhávamos para essa faixa etária, 0 a 18 anos. Mas na sequência vimos que o ECA, 70% das páginas do ECA são sobre adolescência, porque se conhecia pouco e o problema da primeira infância, o da criança não era muito presente no âmbito social e das instituições. E o ECA deu a resposta e a necessidade de dar atenção à adolescência. Mas quando a ciência veio despertando o conhecimento das primeiras experiências infantis que determinam em grande parte toda a trajetória da existência humana, percebeu-se a necessidade de a gente entender de criança. E aí o plano nacional da primeira infância é uma lente de aumento para ver o que é específico nessa faixa etária. Não está contra plano da adolescência, não está contra plano da juventude, não está contra plano nenhum. Ele apenas diz assim, nós acrescentamos um olhar especializado para essa faixa etária. Então ele é um específico. E por isso que ele tem que dialogar com os outros planos, evidentemente. Qual é a importância do plano nacional de

primeira infância? A Carol foi muito lúcida ao dizer o seguinte, uma revolução nos municípios. Os municípios estão fazendo planos municipais. O Conselho Nacional de Justiça, dentro do pacto, deu cursos para milhares, milhares de profissionais da área do direito e não só de todos os outros ambientes, para entender de primeira infância, entender o marco legal da primeira infância e encaminhar-se para o plano municipal da primeira infância. Se a gente muda o território, se muda o olhar vai mudar o país todo. Acho que a gente tem que ser de baixo para cima. Então o Plano Nacional é apenas um farol. Ele é um alerta, ele é uma referência, mas ele só pode ser entendido nos seus desdobramentos em planos estaduais e municipais. E isso que está acontecendo, eu confesso a vocês que viagem para os municípios que fizeram planos, eu trouxe aqui uns exemplos, mas podia mostrar centenas de planos que transformaram o oriente local para a primeira infância. A criança começa a ser enxergada. Então, o plano, ele tem um desdobramento que é uma verdadeira transformação ou revolução no âmbito municipal. Quanto ao que o Elói falou sobre a relação entre o plano e o marco legal, eu não sei se eu fui claro ao dizer o seguinte. Quando estava sendo elaborado o projeto de lei 6998, em 2013, a Rede Nacional participou muito em seminários locais, regionais, envolvendo, chamava várias organizações para ajudar a melhorar o projeto de lei. Então, a experiência da Rede, que já estava presente no Plano Nacional de Minha Infância, levou para o texto do projeto de lei, que veio seu marco legal, com a distribuição de, por exemplo, visão holística da criança, intersetorialidade, a estratégia da abordagem intersetorial com a participação social, a escuta da criança, comitês intersetoriais, no âmbito federal e estadual municipal, plano nacional da primeira infância, está mencionado no marco legal da primeira infância, e os planos estaduais e municipais, articulação interfederativa, não está escrito a palavra pacto interfederativo, mas uma das diretrizes do artigo 4º do marco legal da primeira infância para as políticas públicas interfederativa. Então o marco legal da primeira infância foi densamente beneficiado com a experiência da rede na construção do plano nacional. E finalmente sobre a estatística. Eu também gosto de estatística, mas havia uma época, eu trabalhava no Ministério da Educação, que os municípios, os estados mandavam planos de educação. O primeiro volume era dessa grossura, só sobre diagnóstico e estatística plano operacional era dessa finurinha. Havia um fascínio pelos números. Mas vejam, temos que ter atenção ao número porque ele é um diagnóstico da realidade, ele nos mostra gravidade ou não de alguma situação. Mas eu vou dar um exemplo de como a gente não deve ter um paciente exagerado com a precisão milimétrica das mensurações. O Plano Nacional de Educação diz meta 1 que 50% das crianças de 0 a 3 anos devem estar na creche até o final da diegese do Plano Nacional de Aplicação. Isso não é um número nacional, mas São Paulo tem 80% de demanda, ou seja, 80% das crianças de 0 a 3 anos precisam de creche. Então São Paulo não pode cruzar os braços assim, não, o plano nacional pede de 50%. Já o município da zona rural, o município do campo, na floresta, como é que vai levar um bebê de um ano para creche? São horas de barco, perigo do rio. Então, lá não pode exigir 50% quando o plano nacional fala em metas mais ou menos gerais, prestem atenção a isso, a diversidade da aplicação daquela meta pelos municípios. Por isso que é importante o plano municipal, mas ele tem que ter uma luz nacional porque ele pertence a uma federação, ele não é um Estado independente. Então a visão que o plano nacional da primeira infância dá é daquilo que é o desejo, mas que é também pé no chão da realidade complexa que nós temos, que só é resolvida na medida em que a gente descentraliza para estados e municípios e cada um no seu território tem o colorido local para aquela realidade. Eu acho que o plano nacional tem uma relevância fundamental para a transformação social do país no olhar para a primeira infância. Renato, não sei se vou conseguir responder todas as suas perguntas, mas a primeira coisa é que o número que eu mostrei de 135 municípios da Paraíba foram os que já nos enviaram os planos municipais pela primeira infância, porque a gente tem mais municípios na Paraíba participando do selo. Então, assim, o que eu posso te dizer do selo. A gente tem uma preocupação, obviamente, também com as questões políticas. E por esse motivo, o selo é de quatro anos, é dentro daquele pedaço da política municipal, daquele prefeito, com aquela equipe. Mas só entregamos o selo para a prefeitura depois da votação municipal, das eleições. Porque ele perdendo ou ele ganhando é o município que está aprovado, não é o prefeito. Como é que a gente monitora? A gente não tem essa pretensão de monitorar a área eterna, até porque o município pode aderir esse ciclo do selo e no próximo não aderir. Isso acontece. Inclusive, o mesmo prefeito, às vezes, aderiu esse ciclo 2021-2024, ganhou as eleições. No próximo ciclo de quatro anos, ele pode decidir não aderir ou readerir. E outra questão é que não temos como monitorar ad eterno, até porque os indicadores sociais monitorados naquele ciclo mudam. Então, por algum tempo, muitos indicadores foram o mesmo, alguns ciclos do UNICEF. Mas como eu disse, no ciclo passado a gente tinha 20 indicadores, nesse a gente tem 7. E como você disse, é uma autodeclaração do município. A gente está acreditando no que o município está nos contando. Não tem como ser diferente, não temos uma equipe... E acho também que todo o processo de certificação é um processo de sensibilização para o direito da criança e adolescente. Então, é o tema do direito na pauta do município. Ele precisa ser central e ele não pode sair. Se sair da pauta, a gente já viu de municípios que vinham bem em seus dados, e sai da pauta e piora os dados. Então, sensibilizar estar na pauta é também uma forma de apontar para onde vai o orçamento, para onde vai o olhar como o Vital bem colocou. Eu queria encerrar a minha fala, não sei se vão ter outras perguntas, com uma frase que sempre me toca, de uma psicóloga que é a Ariana Oshiro, que diz que infância é chão que se pisa a vida inteira. A gente sabe que o que a gente vivencia, por mais que a nossa memória, às vezes apague, nossa memória consciente fica marcado. Fica marcado e nos leva, inclusive, a fazer escolhas, nos leva a e nos guiam, né? Nos guiam pela vida. Eu acho que se a gente proporciona uma infância com esse chão mais verde, com mais alimentos para o espírito e para o corpo, acho que damos condições para os bebês e as crianças pisarem uma vida mais afetiva, mais saudável, com mais aprendizagens. E aí a cidade que ganha é o mundo que ganha. Então, é isso. Acho que o plano nacional pode ser e é, vem mostrando que é um chão melhor para os bebês e para as crianças. O presidente Cláudio Augusto Vieira da Silva com essa agradecemos ao professor Vital, Carol, Unicef, Rede da Primeira Infância, acho que nós cumprimos parte do nosso objetivo, que é escutar, dialogar, levantar questões para melhorar e para nos entendermos enquanto promotores de política pública. Sim, eles estarão conosco aqui. Então paramos para o almoço e retornamos as 14h. A Ivânia vai fazer a próxima exposição e voltamos às 14 horas.

28/11/2023, às 14h10. O presidente Cláudio Augusto Vieira da Silva reinicia a reunião convidando para apresentação do CNJ. Convidou a psicóloga Ivânia Getsi e os juizes Ednaldo e Rebecca. Explicou que era necessário dividirem as falas, pois teriam de aproximadamente 40 minutos. A Edinaldo César Santos Júnior iniciou cumprimentando a todas as pessoas presentes. Para mim é uma alegria, uma honra estar aqui com os senhores e senhoras nesta tarde, na reunião do Conanda. Esse conselho que tem uma tarefa tão importante que é pensar as políticas públicas para crianças e adolescentes em todo o Brasil. Eu vou iniciar fazendo uma breve apresentação. Sou Ednaldo César Santo Júnior. Eu sou juiz de direito lá no estado de Sergipe. Venho da Bahia, mas fui em Sergipe há 18 anos como magistrado e nos últimos 10 anos trabalhando na área da infância, seja no socio educativo, seja na área protetiva. E no último ano, desde setembro do ano passado, fui chamado pela ministra Rosa Weber para atuar na condição de juiz auxiliar do Conselho Nacional de Justiça nessa área da infância para além de outras questões que acabam tocando também o nosso trabalho, em especial como homem negro que sou, os trabalhos relacionados à equidade racial lá no poder judiciário no seu MJ. E então, para além do Socioeducativo, lá trabalho no

DMF, que é o departamento que monitora e fiscaliza o Sócio Educativo e o sistema carcerário do país. No final de janeiro deste ano, fui nomeado pela ministra Rosa na condição de gestor do Pacto Nacional pela primeira infância. E desde então, nós temos trabalhado em equipe, uma equipe muito pequena, que na verdade éramos eu e a Ivânia que vai se apresentar, embora já conhecida por demais da maioria de vocês. E depois, agora mais recentemente, na gestão do ministro Barroso, que iniciou no final de setembro passado agora, a doutora Rebeca chega também como juíza da infância para estar conosco agora na condição de gestora de junta do pacto. Logo no início, quando nós chegamos, nós não chegamos, nós estávamos assim chegando junto com o poder executivo e com o poder legislativo. Então, estávamos ao final de janeiro nessa condição e estávamos com o novo presidente, com novos ministérios e com uma nova legislatura. Houve uma necessidade de nós darmos um tempo, para que nós reconhecêssemos as pessoas que estariam pensando em primeira infância em cada ministério do poder executivo. Logo depois, no mês de junho, nós fizemos uma reunião do que nós chamamos de comissão intersetorial para discutirmos a questão do pacto, um pacto nacional pela primeira infância que acaba lá em junho, na verdade, faz quatro anos, e é um pacto que embora gestado pelo CNJ. Ele é intersetorial e interinstitucional e numa perspectiva de fazer valer o marco legal pela primeira infância. Nós estamos nesse momento precisando pensar mais profundamente sobre o pacto, mas mais especialmente sobre um plano de ação para a primeira infância e queremos dizer e noticiar como será feito pela Ivânia que nós enquanto o Poder Judiciário, Marina, estamos fazendo o dever de casa. Há uma resolução que cria uma política nacional do Poder Judiciário para a primeira infância. Nós estamos nesse momento trabalhando firmemente em cima disso, como será devidamente apresentado. Mas é chegado o momento também de nos reconhecermos como atores e atrizes importantes para celebrarmos e realizarmos um plano de ação que tenha metas, que tenha indicadores, que a gente possa de aqui a algum tempo verificar se esse plano vem sendo realmente observado. Enfim, mas essas são as minhas primeiras palavras para que a gente, mesmo de uma apresentação, de nos reconhecermos aqui como atores. Alguns de vocês a gente já tem tido a oportunidade de conversar, mas outros estamos conhecendo hoje pela primeira vez. Vou passar a palavra aqui à doutora Rebeca também para sua apresentação. Ato contínuo, Juíza Rebeca Mendonça Lima, Boa tarde! Sou juíza titular do Juizado da Infância da Atividade Civil de Manaus, há 12 anos. Recentemente fui convidada pelo ministro Barroso para integrar a equipe dele de juízes auxiliares da presidência, e aí eu tive o prazer de passar a trabalhar com o Edinaldo, que já era um colega que eu admirava muito, e com a Ivânia, quem trabalha com a infância, especificamente com o Marco Legal da primeira infância. E a minha experiência, primeiro, é uma alegria muito grande estar aqui, poder estar aqui nessa assembleia do Conanda, porque como juíza da infância, eu sei a importância que é o Conanda a se reunir, todo sistema de garantia de direitos se reunir. Eu falava pouco com a Daisy, como a gente ainda tem muito trabalho para fazer no sentido de sensibilizar, pelo menos no âmbito do Poder Judiciário, a importância de termos, por exemplo, equipes técnicas, que é essencial para que o nosso trabalho na infância possa fluir, para que a gente possa realmente prestar a jurisdição em infante adolescente. Mas falar também sobre o plano de ação da primeira infância, plano nacional da primeira infância, para mim é muito simples, porque a partir do momento em que eu conheci, eu pude estudar, eu pude me capacitar em relação ao marco legal da primeira infância, foi um divisor de águas na minha vida pessoal e profissional. Porque eu passei realmente a olhar a criança na primeira infância, é com o olhar que ela merece ter, com todo cuidado, para que ela não fique muito tempo em acolhimento, com todo cuidado para que ela realmente tenha seus direitos garantidos. Para que a gente possa fazer um trabalho também com a família, porque é importante isso. As pessoas têm essa visão de que o judiciário só tira a criança, só tira a criança da família e coloca no acolhimento, e não é bem assim. A gente faz todo um trabalho ou tenta fazer um trabalho de rede, para que a gente encontre uma solução adequada para essa criança. No entanto, temos dificuldades. Então, é importantíssimo nós estarmos aqui para falar sobre esse plano nacional da primeira infância. Acho que precisamos, claro, unir forças. E todos nós aqui temos um trabalho, todos nós aqui temos um trabalho muito importante na área e que a gente precisa é realmente unir forças para que a gente faça um trabalho só em prol das nossas crianças e adolescentes. Aqui a gente especificamente fala falando de primeira infância, mas como um todo também nos nossos adolescentes no nosso país. Porque primeiro fazer a tarefa o dever de casa, não é, Edinaldo, conscientizando o Poder Judiciário sobre isso, mas também, o Edinaldo até fala assim, que a gente fica numa posição confortável porque não cabe a nós, judiciário, estarmos ali na frente, a frente, estabelecendo, enfim, tratando de políticas públicas, porque na verdade a gente vem aqui, a gente recebe já o produto que é para a gente resolver aquela situação. Então o ideal, e eu acho que a gente tem que pensar, eu sou uma pessoa que eu tenho muita esperança, é que a gente nunca perca a esperança, nunca perca a vontade. nunca perca o estímulo para nós trabalharmos para que realmente essas políticas públicas que estão no marco legal da primeira infância efetivamente saiam do papel e que a gente possa então proporcionar uma infância de qualidade e com o devido desenvolvimento integral que toda criança na primeira infância no nosso país merece ter. A Juíza Ivania deu continuidade na fala. Nossa equipe no CNJ da infância é a Ivânia. Bom, gente, vou tentar ser rápida porque são muitas informações, mas vou me permitir e agradecer muito. Não é fácil ter dois juízes aqui do CNJ e junto com Conanda. Quando eu vim para cá imaginando Conanda e CNJ junto, todos vocês, eu falei, nós temos uma grande esperança, todos os ministérios. Mas eu gostaria de trazer uma dentro, em relação a fala de vocês, principalmente que a doutora Rebeca falou, que a gente recebe o produto final. Porque as pessoas me associam muito com a primeira infância, mas eu queria lembrar que eu comecei sendo psicóloga judiciária em 1999, no namorado da infância, trabalhando com adoção. Mas antes de ser psicóloga, eu fiz o ano de direito e mudei para psicologia porque eu queria ir na origem e naquela época o judiciário só atendia justamente depois que tudo tinha acontecido. Então hoje, para a gente, o que a gente vai apresentar é um novo judiciário, representado aqui personificado. Um judiciário que não fica esperando sentado o problema acontecer para então fazer a inclusão perversa. Então o que o pacto tem a dizer sobre o plano e o marco legal é isso. Como foi bem colocado, é uma revisão do próprio papel do judiciário, das políticas públicas e do direito à prevenção, do direito a ser tratado pelo sistema de garantia antes na fase primária e o judiciário tem uma tradição judiciária. Depois de ter trabalhado cinco anos na vara da infância com adoção, e o meu doutorado até foi sobre isso, como é difícil tratar crianças como sujeitos de direitos até hoje, e adoção mostra isso ainda por predominante interesse do adulto, depois eu trabalhei com vara de violência doméstica contra mulher e usuários de drogas. E quando vi a primeira infância foi justamente essa esperança de parar de enxugar gelo e começar a ir às situações aonde tinha acontecido o problema que desemboca na violência, na dependência química e a psicologia realmente ajuda muito nessa compreensão da ciência do desenvolvimento humano. O Que vou falar muito fácil. Então como a gente fala do pacto, ele não veio do nada, na verdade o próprio judiciário na origem do marco legal, ele era tangencial, embora eu fui cedida pelo judiciário desde 2013. Então aqui também agradeço ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal, que ajudou estar nessa raiz, mas parecia que eram as políticas públicas. E só em 2018, teve essa presença do Judiciário que virou o grande esqueleto de dar seriedade a lei e virou o pacto. Mas só faz sentido o marco legal no histórico das legislações. Então, o que ele representa é uma estratégia de implementar todas as legislações anteriores. A gente nunca o vê como uma lei separada. Inclusive, como eu participei da origem, eu estava aqui

lembrando que quando foi proposto, ele era para ser uma atualização do ECA, era para trazer o que os avanços científicos mostraram, da janela de oportunidade diferenciada da primeira infância e da sensibilidade diferenciada, dentro do ECA, e foi um pedido do comando na época que fez ele não mexer no ECA e ser uma lei independente. Então, acho que é importante diante das discussões anteriores a gente lembrar isso. Nunca se quis ter uma legislação independente separada. Foi na época, na verdade, o Conanda que pediu com medo das mexidas que tinham no ECA. Embora de 43 artigos dele, pode passar por favor, só 17 são próprios e os outros acabaram alterando o próprio ECA. A primeira infância é essa noção que o tempo no começo da vida ele tem uma urgência diferente em outra época. Se a gente fica sem comer um dia não tem problema, mas se um bebê fica sem se alimentar três horas, ele deixa de formar as células, que naquele momento são diferentes de outro momento da vida. Então é uma urgência mais urgente, porque é a maior dependência, um bebê não consegue fazer nada ele sozinho. E ao mesmo tempo é uma oportunidade. O que ele tiver acesso vai impregnar para o resto da vida mais do que em outros momentos da vida. Então a mesma pessoa tem tempos diferenciados e na primeira infância é a maior urgência. E inclusive essa imagem mostra, eu me sensibilizei muito com o que a Dayse falou no início, porque a gente que trabalhou com acolhimento hoje as pesquisas mostram. O stress tóxico. Além da violência física, sexual, que é terrível, o abandono, a falta de responsabilidade, a falta do afeto, ela vai deixar marcas que hoje não são mais invisíveis. Hoje a neurociência visibiliza na formação da arquitetura cerebral a ausência desse cuidado. Então, tem alterações que vão ser necessárias, não é por falar do cérebro, mas é que o cérebro coordena as funções executivas, do exercício da subjetividade, da memória, da capacidade de saber quem é, de ter consciência. E isso, o estresse recorrente deixa danos nas células, em todos os níveis. São memórias cerebrais e memórias psicológicas que estão escritas. Mostra que a gente só vai entender uma criança quando a gente não separar mais a biologia, da psicologia, do direito, porque não é uma criança diferente de uma pessoa, ao mesmo tempo é uma pessoa, ao mesmo tempo já é a semente do adulto, ao mesmo tempo o adulto traz dentro de si o que ele viveu na primeira infância, do jeito que o adolescente também, não dá para considerar uma criança fora da família, fora da comunidade. Então, na nossa visão, isso tudo é junto e misturado. E cada vez a gente vê mais áreas necessárias para a gente cuidar da integralidade do ser humano e todos os momentos que são contínuos na vida real. Então, na nossa compreensão, a primeira infância trouxe pelas ciências que comprovaram que já era muito falado antigamente, né, da importância da infância, mas a neurociência e até a economia mostraram que nem faz sentido, o meu próprio doutorado de 2008 ainda separou genética e ambiente, não faz mais sentido. Genética e ambiente não são dissociáveis, não são dicotômicos, a epigenética mostra que vai depender da experiência, então é epigenética, a experiência fica inscrita geneticamente e vai se transmitir para as próximas gerações. Do mesmo modo, não são fases stanks. A pessoa não tem a partir de agora, de adolescente, a partir de agora, de adulto. Na verdade, é todo um processo de desenvolvimento humano, que hoje eu penso até que a gente não deveria ter chamado de primeira infância. Se a gente tivesse chamado a lei do desenvolvimento humano, talvez ficasse mais fácil da gente perceber que está tudo realmente conectado. Então, assim, e por outro lado, nós temos ciência. Eu não conhecia, apesar de ser psicóloga trabalhar com infância. Eu só conheci, por exemplo, a pesquisa de César Vítora, que é praticamente um prêmio novo do brasileiro, quando eu fui trabalhar na câmara. E ele fala dos mil dias, que são realmente os mais determinantes da vida inteira, que ali a gente não vai repetir que o leite materno, por exemplo, vai estar implicado na capacidade cognitiva. Então, os mil dias são realmente, segundo a Ciência, hard. Ele foi presidente da Sociedade Internacional de Epidemiologia ajudou a escrever os ODS, mudou as curvas de amamentação de todo mundo e é um brasileiro, mostram que o que essa fase da vida viabiliza ou não vai ter um impacto sim, orgânico, social, emocional, cidadão para os outros momentos. Então, essas janelas de oportunidades são definidas, vistas na ciência, na primeira infância e na adolescência. Nós já fizemos até um seminário no Senado que era essas duas janelas de oportunidade conectadas. O próximo slide, por favor. Então, na nossa visão, o pacto, ele tem tanta respeitabilidade no CNJ também, por essa consciência de que é responsabilidade compartilhada, é sério. O que não existe nada mais sério, porque é uma oportunidade que a gente não pode continuar privando as crianças. E a dependência na rede de proteção só vai conseguir fazer seu papel todos juntos. Então assim, por que a gente valoriza a primeira infância? Porque reconhece, esse filme é muito bonito se alguém não tivesse assistido ainda o documentário Começo da Vida, que traz essa frase, mudando-se o começo da história, muda-se a história toda. Então é isso que a gente está falando, não é só de criança de 0 a 6, é a história do ser humano. Inclusive na nossa compreensão, se a gente tivesse levado a prioridade de absoluta a sério, desde 1988, desde o ADEKA de 1990. Desde o CODIP que foi criado no Brasil, na comunidade solidária em 2000, e veio a Rede Nacional Primeira Infância, nós teríamos adolescentes hoje com outra qualidade de vida, adultos com outra oportunidade de vida. Então, é realmente nossa urgência de não continuar repetindo essa inclusão perversa que a gente não olha antes do problema acontecer. Então, assim, vários avanços que foram feitos, mudando o significado da infância, políticas públicas, nos juízes próprios, se vendo como atores de promoção da implementação de políticas, como apoiando a Rede. Inclusive criar uma política judiciária, que é isso que a gente quer trazer, é algo que há dez anos não faria sentido para o judiciário, fazer uma política judiciária. Então, a gente deve ter essa consciência de um país quase um contingente do Canadá de 0 a 18, inclusive a política judiciária. Quem aqui já ouviu falar que existe no Brasil uma política judiciária da primeira infância? Já conhecia? Então, isso a gente deveria ter trazido para apresentar no Conanda, nós não conseguimos isso falta de tempo, mas um dos resultados do Pacto da Primeira Infância, que foi todo esse histórico, foi se construir uma política específica. E eu vou aproveitar para falar disso, que não é separado do resto. Teve essa discussão no CNJ. Vamos criar uma política para a primeira infância ou para toda infância e adolescência? E qual era o dilema? Se criasse para toda infância e adolescência, a gente conseguiria continuar só no âmbito da justiça da infância e juventude. E quando foi para a primeira infância, pode passar, por favor, o Marco Legal. Ele trouxe algo que se refletiu no Judiciário entendendo que não é mais só o ECA que a criança precisa para ter os direitos respeitados. Precisa a CLT. Precisa que os pais tenham direito à licença maternidade e paternidade. Então, o judiciário, por exemplo, quando foi falar com a Justiça do Trabalho, a resposta era ah, infância, eu vou colaborar com o trabalho infantil. E a primeira infância trouxe à luz que a gente tem que cuidar antes do trabalho infantil tem que cuidar do direito ao vínculo que depende da liberação da pessoa quando nasce um filho para formar um vínculo. A criança se constrói a identidade no olhar nos olhos da mãe do pai e o Brasil tinha cinco dias só para um homem quando nasce um filho. Então aí a gente nem devia estranhar a violência do pai contra o filho dentro de casa, porque se o pai sofreu a violência de algum trabalhador de não poder estar presente e o filho sofre essa privação. Durante esse primeiro início da vida em que a ciência mostra que o ingrediente mais importante é a interação, mas dependia da empresa, do direito trabalhista. Então a gente está mudando a própria justiça do trabalho. Aí o código penal, a mesma coisa, o pacto tirou da invisibilidade as gestantes grávidas protegendo filhos que... como é nascer no cárcere? Como é ser gestado e formar essas primeiras memórias? Como é você ser mãe no ambiente do cárcere? Mulheres que davam uma luz algemadas. Isso não vai ter impacto para a vida dessa pessoa porque nasce criança, mas é uma pessoa. E os adolescentes, que hoje a política judiciária, inclusive, ela tem

26 eixos. Um é só sobre o socio educativo e o outro só sobre o prisional. Nós conversamos, tem aqui o adolescente de Alagoas, né? A gente conversou porque teve, o doutor Edinaldo vai falar da ação lá que aconteceu, e lá eles são muito cuidadosos com o socioeducativo. O colega fica sábado e domingo 24 horas por dia para nenhum adolescente que chega não ter a audiência. E aí eu perguntei, mas, Amilton, você pergunta para esse adolescente se ele já tem filho? Qual é o impacto de um adolescente que já é pai ser, né, submetido a medida protetiva para o próprio filho? Deixa-me fazer só uma parte já que você falou sobre o socioeducativo e o trabalho. Eu venho pelo país inteiro conversando e conhecendo unidades de social educativo e me surpreendeu muito pensando nesses adolescentes e nessas adolescentes em uma roda de conversa e que eu estive com eles e eram oito adolescentes. E essa pergunta que a Ivânia está dizendo que muitas vezes nós juízes no dia a dia não fazemos, eu fiz. Eu falei assim, de vocês oito aqui, quantos são pais? Vocês querem me dizer quantos dos oito me disseram que eram pais? Cinco. Cinco. Não... alguém talvez tenha dito só, porque é mais ou menos isso. Na verdade, isso está invisibilizado para nós que muitos desses adolescentes e dessas adolescentes que estão indo para essas unidades já vivem a maternidade, já vivem a paternidade e a gente precisa conversar sobre eles e sobre esses filhos e filhas que eles têm. Só isso. E inclusive uma das ações do PAC foram cinco eixos de diagnóstico nacional e no sócio educativo feminino se observou que as meninas em sócio educativo eram privadas de fazer o pré-natal. Então a gente tem muito esse problema no Brasil. Para cumprir uma medida você negligencia outra. Então a gente não pode mais falar só da negligência das famílias. A gente está vendo a negligência das políticas públicas pela fragmentação. E então assim, ali o código de processo penal também trouxe uma mudança no mar legal que foi perguntar, em prisão flagrante, se os adultos tinham filhos. Teve criança de três anos de idade em São Paulo, saiu na notícia, que ficou cinco dias sozinha em casa. Com três anos porque os pais foram presos e ninguém se preocupou se esses pais tinham alguma criança que dependia deles. Então a outra empresa cidadã ali que a gente falou da licença paternidade. Assim hoje a gente faria outras leis? Percebe que tem mais leis que influenciam diretamente nos direitos da criança. Para além da proteção, que a doutrina da proteção integral do ECA já era uma superação paradigmática, mas o marco legal é visto na nossa compreensão como um outro paradigma da promoção do desenvolvimento humano integral. Tem juízes que não concordam, mas a gente tem interpretações que a lei do direito ao desenvolvimento humano integral, que é um período que não pode ser negligenciado que se chama primeira infância e que envolve a gestante, o pai, a família, a comunidade, a cidade e que, inclusive, quando cuida da primeira infância, tudo fica melhor. Isso está acontecendo no judiciário. Então eu queria, até por causa do tempo, passar lá para o final, que lá no final mesmo, vou direto para a política judiciária, que é o nosso grande exemplo, porque o doutor Edinaldo fala que a gente está cumprindo o nosso dever de casa. O que aconteceu? Essa política, ela instituiu determinação para que todos os tribunais. Todos os tribunais, criam um comitê. É um processo de desenvolvimento. Vem várias coisas, o Marco Legal, o PACO, até a política judiciária. Olha que interessante, a gente se sente se desenvolvendo junto. Que todos criem, olha que interessante, a integração operacional entre os diversos segmentos do judiciário. Isso significa o quê? Que tem que conversar a vara da infância com a vara de família, com a vara criminal, com a vara de violência contra a mulher, com a justiça do trabalho, com a justiça federal, com a justiça restaurativa. Isso é muito difícil no tribunal. Para isso acontecer, a gente vai nos tribunais e fomenta com a força do CNJ, porque os juízes têm muita autonomia. E às vezes se acha que só o juízo da infância tem que dar conta da criança. E não é assim. Então essa integração operacional significa que agora vai ter que criar uma integração para se saber se a mesma criança é atendida em diferentes locais do judiciário e se faça o que a gente aprendeu, com um arco legal, uma atenção integrada. Vamos fazer um plano junto se essa criança chega pro judiciário e está atendida em diferentes setores. E ao mesmo tempo que é uma política que a gente tem que amarrar internamente, e a gente tem equipe na vara da infância, equipe na violência doméstica, equipe no socioeducativo que está ali, trabalha outro tribunal, não é simples, mas o CNJ comprou esse desafio graças à rede que já existia, aos seminários que foram feitos, a perceber que existem políticas públicas que foram já avançadas e que dá pra dialogar com o sistema de justiça, porque uma medida judiciária sem ter a contrapartida de um serviço que atenda a criança e a família não tem efetividade. Então é um trabalho interno, externo e intra. Criar em todos os tribunais de justiça a integração desses atores de diferentes judiciais. Então, a nossa opção por criar a política da primeira infância não foi para desconsiderar a adolescência e infância, foi porque senão a gente não daria conta de fazer essa organização interna, não dava para fazer os dois ao mesmo tempo. Mas olha que fantástico que a gente espera ter feito a nossa contribuição. E que foi construída por estarmos todos juntos hoje, 352 instituições no Parque da Primeira Infância, a gente aprendeu muito com todo mundo, que ela vai ter um plano de ação, pode o próximo slide por favor? Esses comitês com essa função, o próximo slide. Um plano de ação que vai ter a duração de seis anos com ações de curto, médio e longo prazo. E quando terminar seis anos, que é o período convencionado de primeira infância vai da sequência de 7 a 12 virando uma política da infância. Vai crescendo junto com a pessoa. E que quando chegar a 12 anos, vai ser, na sequência, ser de 13 a 18 e vai virar política judiciária da infância e adolescência. A gente até tem que corrigir, porque a gente fala, juventude, mas não é juventude, certo. Então, assim, só que o que a gente percebe, que sem ter um comitê, que significa pessoas legitimadas, responsáveis pelas ações que tem que ser executadas, a gente tem o risco de ser proforma. Então o plano da primeira infância, o que a gente vê nessa construção, que é muito importante que ele seja também feito com a participação das pessoas que são os legítimos responsáveis pelas políticas públicas que ele prevê. Então isso a gente está fazendo no judiciário. E depois que a gente se une internamente, isso vai dialogar com os comitês que têm no Executivo, que têm agora nos Tribunais de Contas criados, que não sei se todos sabem, em função do pacto, também foi criada uma rede de primeira-infância, se integrando todos os Tribunais de Contas do Brasil, que estão mudando também a forma de trabalhar, estão reconhecendo, não podemos só fiscalizar, temos que ajudar tecnicamente para eles darem conta de cumprir a sua atribuição para a gente poder cobrar. E essa é a lição que a primeira infância trouxe para o judiciário. Temos que ajudar as famílias cumprir a sua função e não só retirar as crianças das famílias. E isso só dá certo com todas as políticas e o plano é uma ótima introdução a isso. Acho que o meu tempo está acabando. São 20. Já temos hoje 20 comitês judiciais da primeira infância. Então, parece a lógica do marco legal, né? Que a gente tem que ter essa capilaridade, um comitê nacional que coordene e os estaduais e que depois vão descer nas comarcas também dos municípios de cada estado. Sem essa conexão não funciona e o CNJ está fazendo esse papel de coordenação nacional. E no próximo slide, por favor, primeiro até alinhar de um comitê gestor nacional, porque o plano da primeira infância, ele precisa entender isso, quem vai ser o responsável pelo plano nacional da primeira infância? Então a gente queria chamar hoje essa contribuição no Conanda. Vamos pensar de novo os atores e as funções de quem vai coordenar o que está no plano, o que está no marco legal de tema política é integrada não só do judiciário, de todas as áreas que já são as mais conhecidas. Articular, divulgar, participar de eventos, fazer reuniões sistemáticas, acompanhar a execução, ajudar a própria instalação dos comitês, elaborar o plano de ação de referência nacional, orientar. Então sem ter pessoas, e aí eu gosto muito de ser psicóloga nessa hora as coisas, as políticas não ganham vida própria. Então o comitê é a integração das pessoas que vão dar vida para as leis. Olha só, isso foi inédito. Nós temos

o conselheiro Richard Paekin, que foi também no início, a organização do pacto, juntamos todos esses juízes de todo o Brasil para construir esse plano de ação de como implementar a política judiciária da primeira infância. Que virou, uma consulta pública, uma minuta, que foi para consulta pública, que tem 26 eixos. Então, esses eixos, eles são muito ao encontro do que está no considerando o marco legal do Judiciário. Direita a educação, direita a planejamento familiar, direita a filiação, direita a moradia, direito a questão do socioeducativo nessa compreensão, direito a atenção no sistema prisional, direito ao trabalho, direito à renda, justiça restaurativa especificamente. Então, 26 eixos que estão sendo algo impensado no Judiciário. Violência contra mulher, muito importante. Por exemplo, em Alagoas agora em função da ação que o doutor Ednaldo participou lá, 17, a juíza que coordena o comitê judiciário da primeira infância, ela é da vara de violência contra mulher e coordena a primeira infância. E ela vendo tudo isso, o que ela fez? Ela já foi na delegacia para pegar o formulário de avaliação de risco quando a mulher vai fazer denunciar a lei Maria da Penha e ver se tiver dizendo que está gestante ou tem criação da primeira infância vai ser atendida com prioridade. Porque realmente a gestante tem uma atenção diferente. E aí também que vai ter uma medida protetiva de afastamento do lar que vai ter facilidade de transferir a creche do filho para onde ela for. Olha, isso é trabalho em rede. E uma violência contra mulher te colocou na primeira infância e realmente vai ter uma diferença na vida real que a criança está nessa família. Então assim, no próximo slide, mostrando o que está trazendo. Quando a gente leva a primeira infância, não puxa só as crianças, puxa tudo. Integrou com a Restaurativa em Passo Fundo, virou. Ali esse seminário foi muito emblemático, porque ele trouxe infância, Restaurativa, Socioeducativa e Prisional, tudo nessa compreensão. E até vou dar um depoimento, nós estamos fazendo um piloto em Santo Antônio do Descoberto, inclusive para levar mais o apoio dos ministérios para fazer um plano municipal, porque essa articulação interfederativa é um dos objetivos do pacto. A gente visitou o presídio, a sala de aula do presídio é uma sala de primeira infância. Isso foi muito emblemático, porque eles não tiveram essa oportunidade quando eram crianças e aí tem que ser preso para ter educação infantil dentro da prisão. Então é essa nossa tentativa de prevenir que a pessoa só consiga ter o acesso fundamental a esse desenvolvimento integral quando entra numa inclusão terrestre, mas que no momento certo que é ali no começo. O IPEA também para mostrar que a primeira infância está levando tudo. Ajudou a implementar os serviços de família acolhedora, a pesquisa já mostrou que o Marco Legal e o Pacto contribuíram para entender por que a prioridade da família acolhedora que estava na lei desde 2010 não se conseguia estruturar. A juíza que articulou com a violência contra mulher em Alagoas articulou com a entrega voluntária para adoção, que está previsto há muito tempo e não se consegue implementar e aí, a partir da primeira infância, se entende melhor essa sensibilidade, está puxando, foi uma resolução nova que o CNJ fez e essa é uma contribuição. A gente também concorda, como os ministérios disseram, que vale a pena atualizar o plano nacional, porque tem normativos novos, tem estratégias novas que vão ajudar ele a ser referência com mais detalhes de implementabilidade. E essa é uma recomendação do CNJ de abril, se não me engano, do ICI, da entrega voluntária para adoção que merece ser incluída no plano nacional da primeira infância, como a própria política judiciária. Amapá, essa foto é muito emblemática. O CNJ, porque foi lá para falar do pacto da primeira infância, levou juízes criminais, que não achavam que tinham a ver com a primeira infância. E começa a pensar o que tem a ver na área deles, que parecia só de adultos, que vai apetar e que é resultado da falta de oportunidade no começo da vida. A gente entende diferente um preso quando a gente vê a história dele desde o início. Bom, eu vou passar a palavra para o Dr. Ednaldo, que é outra grande novidade do pacto, porque senão a gente teria muitas coisas para falar. Mas, na verdade, é o seguinte, eu acho que a Ivânia é muito feliz quando ela começa a falar e deixar para todos nós muito claro que quando nós pensamos em primeira infância, nós não estamos pensando apenas nessa criança de zero a seis anos. Quando nós estamos pensando em primeira infância, nós estamos pensando nesse pai, nessa mãe, nessa família, no meio ambiente, na ausência de oportunidades que essa criança vai ter se ela não tiver um pai presente, uma mãe presente, se essa mãe não tiver direito a uma creche para que ela vá trabalhar, se esse pai não tem um trabalho decente, se eles não têm acesso a benefícios previdenciários, enfim. E é isso que nós juízes e juízas no país precisamos compreender quando nós estamos falando de primeira infância. Esperamos que o Conanda nesse sentido esteja conosco, de compreender que quando nós estamos falando de primeira infância estamos pensando em algo muito mais amplo e que vai fazer com que eu gosto muito de dizer isso sempre. Que na verdade, quando nós estamos hoje do jeito que nós estamos, num grau de violência, num grau de abandono, enfim, é porque nós, enquanto sociedade e estado, fizemos uma escolha lá atrás que não foi boa. E que nós agora, está no nosso colo, como conselheiros do Conanda, fazermos novas escolhas para que amanhã nós tenhamos uma sociedade muito melhor. Está agora no colo dos magistrados brasileiros e das magistradas fazermos novas escolhas como juízes para que nós amanhã tenhamos uma sociedade melhor. Quando eu fui colocado alçado na circunstância de gestor do Pacto Nacional pela Primeira Infância, eu não tinha como não olhar para o Marco Legal e não botar uma lupa, sabe, Daisy, bem grande quando se falava sobre a diversidade e a valorização da diversidade das primeiras infâncias. Porque eu vivi uma infância, Renato, diferente da sua, simplesmente porque eu era um menino negro e você era um menino branco. Mas se a gente parar para pensar numa infância de uma criança com deficiência, ela vai ser diferente também. E se a gente pensar numa infância de uma criança indígena, ela também é. Então não há como nós pensarmos em primeiras infâncias sem pensarmos, Cláudio, nessa diversidade que ela tem. Então quando pensamos na segunda fase do pacto, nós pensamos nesse projeto que nós denominamos o CNJ de diversidade das primeiras infâncias. A ideia então, quais são as ações e propostas? E veja, eu não estou aqui como gestor do PACTO para apenas fazer uma apresentação.

Atto contínuo – Juiz Edinaldo: Então eu quero deixar, dar um passo para trás aqui, para dizer o seguinte, só faz sentido que eu diga qualquer coisa para vocês do projeto se vocês se implicarem nele. Então quando eu estou falando desse projeto Diversidade das Primeiras Infâncias para vocês saíssem daqui como parceiros nossos nesse processo. Porque a ideia é que a gente pense nessas infâncias como nós estivemos em Alagoas, o Igor é de Alagoas, é Igor? Que cidade lá? Maceió mesmo? Não. Campo Alegre. Então nós estivemos em União dos Palmares, subimos a Serra da Barriga e fomos conversar com as crianças quilombolas. E as crianças quilombolas, elas têm necessidade de pernas. E quando nós estamos aqui pensando em conselheiros do comando aqui, representam o país inteiro, a gente precisa na verdade trazer e sermos parceiros para que nós compreendamos essa diversidade. Por exemplo, a gente vai fazer uma semana da primeira infância ribeirinha, uma semana da primeira infância de terreiro, uma semana da primeira infância com deficiência. E a gente precisa entender que dentro dessa perspectiva eu preciso logo de início mapear as instituições que atuam na proteção, promoção e defesa dos direitos relacionados à diversidade das primeiras infâncias. Quem são essas instituições? Vocês. Aqui eu tenho ministérios, aqui eu tenho uma série de representantes da sociedade civil e eu tenho absoluta certeza que a gente precisa, nesse mapeamento vocês estarão neles. Para além disso, entender quais são os indicadores de vulnerabilidade dessas mais diversas crianças. Eu preciso ter dados sobre isso, eu preciso pensar numa interoperabilidade entre nós e mais do que isso, não adianta eu ir para a União dos Palmares, brincar com as crianças quilombolas, botar lá a foto muito bonitinha e sair de lá sem pensar em deixar algo que seja estruturante para essas crianças. E para isso nós precisamos conversar. É a psicologia conversando com a

gente, é a assistência social conversando com a gente, porque eu já percebi, nesses 18 anos, é há muito tempo que o direito não resolve. Tudo só isso. Ele não resolve. Não adianta eu chegar aqui, falar um pouco antes de entrar aqui, não dá para pensar como poder judiciário de maneira verticalizada. O juiz, que é o juiz da infância, ele precisa compreender que ele trabalha em rede. E que se ele não trabalhar dessa maneira, não adianta. Então, quando nós precisamos desse projeto, nós estamos pensando em mapear as nossas instituições, pensar nesses indicadores de vulnerabilidade, pensar na integração das políticas públicas, foi isso que fizemos lá. Não éramos só o judiciário. Era o judiciário, era os técnicos trabalhadores era pensando em violência doméstica porque essa criança da primeira infância, se ela tem uma mãe que sofre violência doméstica, isso implica necessariamente na vida dessa criança. Enfim, imagina o que é a gente pensar nesse adolescente e a gente pensar, na verdade, nessa, como eu falei há pouco, nesse adolescente que está numa unidade socioeducativa, ele precisa de um projeto de vida. Ele precisa olhar aqui para além daquilo ali, para aquele momento, porque é essa sociedade que nós queremos. A gente quer a sociedade que esse adolescente vá para uma unidade socioeducativa e que ele saia diferente de lá. Mas é muito fácil para a gente não se implicar. A gente simplesmente vai dizer que não adianta, que esse menino que foi para a unidade, mas eu preciso me implicar. E a pergunta que eu faço para os juizes quando eu falo com os juizes é a pergunta que eu vou fazer para vocês agora. E eu gostaria que vocês individualmente me respondessem o que é que eu tenho a ver com isso? O que é que eu tenho a ver com a adversidade das primeiras infâncias? O que é, Elisa, que você e a sua instituição têm a ver com isso? Porque na verdade só vai fazer diferença se você sair daqui hoje e dizer assim, poxa, eu preciso estar lado a lado. Dentro desse projeto eu preciso fazer alguma coisa, porque eu digo sempre, sabe, Deila, que simplesmente não está se conhecendo. A gente está se reconhecendo como a todas as pessoas que, na verdade, pensam muitas vezes as mesmas coisas, a gente só não se conhecia, a gente só não sabia onde nós estávamos. E eu preciso dizer que eu não sei quanto tempo me resta e eu não gosto de passar do tempo. Para que vocês, então, possam nos questionar sobre o projeto e que a gente se coloque aqui à disposição. Esse projeto foi lançado em setembro agora, e a ideia é que nós mapeemos para o ano que vem que semanas da primeira infância nós faremos. Então, pensamos em comunidades tradicionais, semana aí da criança, por exemplo, ribeirinha, mas eu falei romã e enfim das mais diversas e nós contamos enquanto Conselho Nacional de Justiça e Pacto Nacional pela Primeira Infância com todos os senhores. Então essas são as minhas palavras. Eu não sei se a Rebeca quer continuar colocando, mas já me deixando aqui dando a palavra a Marina para os questionamentos que os senhores têm. O presidente Cláudio Augusto Vieira da Silva passa para a perguntas informando que teremos 20 minutos para os debates. Vamos fazer então as três perguntas e depois a gente reabra para uma outra descrição. Primeiro gostaria de agradecer a explanação dos colegas que estiveram aqui, dizer que teria sido muito importante e que, de fato, esse plano tivesse sido apresentado ao Conanda no seu tipo de construção. É nosso papel contribuir com a construção dessas políticas, e vem sendo muito importante. E aí eu queria perguntar qual é o nível de implementação desse plano dentro do âmbito do judiciário, nas comarcas, nos estados, porque o que a gente tem visto na praga tem um caminho diferente. É um caminho onde a gente percebe um sistema de justiça que não considera essa diversidade e esse cuidado objetivo com a criança e com o adolescente. Então, em que nível está essa implementação? Qual é o diálogo que está sendo estabelecido também a nível de Ministério Público para que, de fato, a gente consiga uma garantia efetiva dos direitos da criança e do adolescente dentro do âmbito do sistema de justiça? A conselheira Dayse Bem da continuidade da trabalho, a gente falou aqui da necessidade de um trabalho interdisciplinar. Nós fizemos, há algum tempo, um levantamento das varas da infância e juventude especializadas, que nós temos no país hoje, não são varas da infância e juventude especializadas, são pouquíssimas, são juizes gerais, e sem a equipe técnica interdisciplinar, até por uma política de terceirização de serviços. Então entre a proposição e a realidade cotidiana existe ali o mesmo vácuo que existiu quando nós pusemos o nosso colmo e fizemos acontecer o Estatuto da Criança e do Adolescente. O Estatuto da Criança e do Adolescente traz a dimensão de uma doutrina que é doutrina de proteção integral. Eu queria entender a diferença entre doutrina de proteção integral do clima de desenvolvimento, porque toda criança, o estatuto da criança adolescente afirma que toda criança, independente da sua faixa de idade antes de 0 e 18 anos, tem direito, tem direitos fundamentais a serem garantidos pela família, sociedade e estado. Então veja, o que eu consigo perceber de novo, vocês estão falando da infância toda. É uma tentativa de falar da infância toda, mas que efetivamente, lá no município, significa um orçamento só para crianças de geração e idêntica. É essa a questão que nos pega, porque na hora de operacionalizar, uma ideia que é transformadora, que é de pensar a criança como sujeito histórico, como sujeito de direitos, como o Estatuto nos traz, como a Doutrina de Proteção Integral nos traz há muito tempo. Então eu acredito que o recorte na parte etária facilitou e muito a possibilidade dessa integração. Mas a preocupação que vem é exatamente a fragmentação da infância. E essa fragmentação é orçamentária. A gente não tem o aumento das várias infâncias de gente, a gente não tem o aumento das equipes interdisciplinares, nós não temos juizes especializados e nós temos a grande maioria da infância dependendo de decisões desses juizes. Então quando a primeira infância consegue fazer um pulo com todas as justças. Do trabalho, por que isso não é feito para todas as crianças? Se eu posso fazer uma política judiciária para a primeira infância, por que que eu não tenho uma política judiciária para a infância? O conselheiro Renato Boa tarde, eu vou me identificar com meu nome africano, me chamo Oba Miobert, Renato é apenas meu nome colonial e dizer que é um prazer muito grande receber vossas excelências e eu quero me dirigir especificamente, se assim o senhor me permitir, a vossa excelência em reação ao plano que está sendo apresentado logicamente, dentro dessa cultura brasileira, o senhor identificou minha pele como branca, isso me incomodou bastante, viu, doutor? Porque quem conhece a minha trajetória, doutor, logicamente eu percebo que o senhor não me conhece, mas quem conhece a minha trajetória sabe muito bem de onde eu venho. Eu sei de onde eu vim, eu conheço o processo da diáspora, o meu povo é o povo FOM, Eketifom, norte de Nigéria, nós chegamos aqui nesse país 32 anos depois do povo Ban, que veio de Angola, Congo, Moçambique, né? Então eu fiquei um pouco incomodado com Vossa Excelência, mas compreendo toda a sua trajetória, aliás, de Barapeniso, de ver um homem negro, distinto, correto, falando em diversidade deste país. E aí que vai todo esse contexto, que a gente não ficar só no discurso. E a gente precisa cuidar daqueles que são chamados grupos minoritários, porque eu detesto essa palavra, de excelência. Não gosto de ser chamado minoritário, muito, muito, muito menos de outros nomes que já me chamaram. E aqui eu acho que não vale nem a pena mencionar, por uso de uma instrumentária, por uso de um cordão, por uso de um équite de fazer e permanecer e difundir e resgatar a cultura afro-brasileira desse país. É isso que eu faço desde 9 anos de idade. Eu já sou um idoso. E quero acrescentar a excelência, além de parabenizá-lo toda a sua equipe, a gente fica muito preocupado que esse plano fique só no papel. Por que isso? Nós temos uma justiça hegemonicamente, falando branca e aí não vai nenhuma conotação pejorativa ou negativa. É o status que me apresenta dentro da própria justiça. E essa justiça, além de ser hegemonicamente branca, é evangélica. E nós sabemos da luta dos povos e comunidades tradicionais de manter uma política de difusão e preservação dos terreiros. E dentro desse plano, excelência, eu gostaria de saber o que tem para os povos de terreiro. Todo dia se mata um pai de santo e uma mãe de santo nesse país. Aqui em Brasília, já mencionei de

manhã, houve um acréscimo de 70% de denúncias de intolerância religiosa, mas é racismo, excelência, já pacificado pelo STF. Então eu termino agradecendo, a presença das senhoras e dos senhores, que vossas, excelência, possam contar não. Já podem ter certeza de que as entidades que estão aqui representando o governo, a sociedade de julgamento, temos total interesse em apoiar esse plano. Agora que ele não fique só no papel, excelência. O Juiz Edinaldo com a palavra falou: A Ivânia vai responder alguma, na verdade como houve uma questão especificamente para mim, então eu começo com o Renato. Renato, primeiro meu querido que aí foi uma hetero identificação. Uma hetero identificação. Então, daí esse é um tema que inclusive está no CNJ hoje sendo trabalhado para aqueles que serão os beneficiários das cotas ou não nos concursos públicos. Então, eu digo sempre quando eu falo, eu sou professor de questões raciais, que ninguém mexe na autodeclaração de ninguém. Então as pessoas se veem e elas se autodeclaram e ponto final. Agora para que nós sejamos beneficiários das ações afirmativas haver-se-á de se buscar como a sociedade lhe enxerga e lhe vê. E dependerá muito e por isso que se eu faço uma comissão de hetero identificação no Rio Grande do Sul, essa comissão e o resultado dela, ela não pode ser aplicada na Bahia, porque talvez na Bahia a gente consiga enxergar de um jeito, no Rio Grande do Sul de outro, enfim. Mas efetivamente, primeiro então, só para dizer que foi uma hetero identificação, mas eu respeito e fico feliz e até com uma invejinha de você que me diz que sabe tanto da sua origem, coisa que eu ainda não sei e que preciso buscar. Segundo dizer também que eu realmente sou muito feliz de ser esse homem preto na magistratura brasileira, em uma magistratura que eu absolutamente concordo com você, porque as pesquisas corroboram o que você diz é uma magistratura majoritariamente branca, 84,5% dos juízes são brancos. Eu faço parte de apenas 1,7% da magistratura como homem preto, a partir de uma pesquisa realizada agora em setembro, chamada Diagnóstico Ético-Eco-Racial. Eu também consigo perceber uma certa animosidade ou dificuldade com o poder judiciário brasileiro uma animosidade ou dificuldade que é histórica, exatamente porque nós vivemos um poder judiciário que ainda não vem conseguindo dar as respostas necessárias à população. Porém, é importante, muito importante, que a gente celebre as pequenas vitórias. Porque senão a gente vai estar sempre com o discurso de terra arrasada e isso não nos vai colocar no segundo passo, no passo adiante. Então hoje eu chego aqui para dizer que o Poder Judiciário elege um homem preto para ficar como gestor de um pacto nacional pela primeira infância. Por causa disso a gente cria um projeto chamado Diversidade das Primeiras Infâncias. A gente hoje tem um pacto nacional do Judiciário pela equidade racial que foi colocado desde o ano passado. A gente criou um fórum permanente do Judiciário para a Equidade Racial, tudo isso no último ano. O que significa dizer que a gente só está começando, de que essas implementações que a gente, e aí já me respondendo a você, elas precisam acontecer, mas elas estão no início e elas só vão acontecer, e aí já respondo um pouco aqui o que a Dayse colocou, a partir de provocações também da sociedade civil. Porque esses dados nós temos, Dayse. Nós sabemos que temos poucas varas da infância. Nós sabemos que temos poucos técnicos, analistas e psicólogos. Nós sabemos que estamos lutando enquanto Conselho Nacional de Justiça para termos dentro do Conselho Técnicos para trabalharem conosco. Mas sem sombra de dúvidas, da mesma maneira que eu chego aqui para trazer essas novidades e dizer de coisas boas, eu preciso ter a capacidade de ouvir as coisas ruins? E elas existem, são muitas, e dizer que na verdade nós precisamos estar juntos para as mudanças que precisam acontecer. Então sim, não seria nada ruim receber do Conanda nas Regiões algum tipo de provocação nesse sentido, para saber na verdade como é que tem sido, como é que tem acontecido, porque nós vamos responder com os dados que nós temos e numa perspectiva de melhorarmos esses dados, porque é todo dia. Todo dia um pouco melhor a partir do que cada um de nós somos. Então realmente, ainda somos uma magistratura, eu não estou aqui para dizer o que não é verdade. Somos uma magistratura ainda branca, masculina, não diria evangélica, mas cristã, os dados trazem essa perspectiva do cristianismo, mas na verdade nós precisamos para sairmos desse lugar, irmos para outro, e a nossa luta hoje é essa é pensarmos nessa diversidade, nessa diversidade da magistratura, nessa diversidade, nessa especialização com técnicos, com psicólogos, com assuntos sociais, com pedagogos, por que não com antropólogos para compreender essas relações dos indígenas, dos quilombolas e tantas outras, mas estamos caminhando. O que vocês podem sair daqui absolutamente certos é que eu e a doutora Rebecca e a Ivania conhecemos essa realidade e estamos lutando lá no último ano para que ela mude e que melhore. Não é por outro motivo que saímos de lá, porque eu vou terminar dizendo o seguinte, há um ano Renato, eu era o juiz que estava lá no interior dizendo o seguinte, o CNJ fica mandando para a gente um monte de resolução, estão lá em Brasília no ar-condicionado e não conhecem a realidade da gente, talvez vocês falem isso de nós, mas a gente estava dizendo isso também lá do CNJ. Por isso é que eu tive que sair do meu gabinete do ar-condicionado, ainda bem que tinha ar-condicionado aqui também, para conversar com vocês e mostrar que os juízes fazem isso e que eles estão fazendo um pouco diferente. Então é essa realidade que a gente quer mostrar que ela está mudando e que ela precisa do apoio de vocês. Vocês precisam sair daqui e dizer assim, olha, eu conheci um juiz, uma juíza que vieram, que falaram, que disseram que tem pacto, que tem diversidade. Vai demorar um pouquinho, mas a gente está acreditando que os passos estão sendo dados para as mudanças que precisam acontecer. Eu só gostaria de complementar aqui o que o Edinaldo falou e colocou muito bem. A minha vara é uma vara especializada na infância protetiva. Eu tenho equipe técnica, mas eu até comentei justamente com a Daisy, porque é que uma vara de violência doméstica tem tanto apelo em relação a uma vara da infância. Muitas vezes, para conseguir alguma coisa, uma melhoria ou um profissional a mais no meu tribunal, eu tinha que tirar foto de uma criança amarrada, que estava num processo, e mandar e mostrar para a corregedoria ou mostrar para a presidência para ela dizer que eu estava precisando de ajuda. Então assim, as coisas infelizmente funcionam ainda dessa forma. Mas, assim, a partir do momento em que a gente começou a trabalhar essa sensibilização dentro da nossa casa, dentro do CNJ, mostrando realmente a nossa necessidade. Então, assim, nós não estamos de braços cruzados, não. Nós estamos trabalhando no sentido de melhorar. E isso foi uma coisa que eu coloquei. Olha, não adianta o CNJ cobrar do juiz se o próprio CNJ não tem uma equipe. Então, vamos fazer a nossa equipe, vamos fazer o nosso dever de casa. Então, é importante que a gente diga isso. Mas, Daisy, como o Edinaldo falou, seria tão bom que a gente recebesse uma provocação, Renato, sobre essas deficiências. E a gente corta, assim, na própria carne, a gente sabe das nossas dificuldades. Mas imagine um juiz que está lá no interior do Amazonas, por exemplo, o meu estado, que até para chegar na comarca é difícil. Então, ele também não tem um CRAS que funcione, um CREAMS. Ele não tem um conselho tutelar que tenha sequer um carro para verificar uma denúncia. Esse trabalho a gente tem que fazer de mãos dadas mesmo. Para que realmente a criança seja protegida. Então vamos fazer de mãos dadas, porque nós também temos dificuldades. E vamos lembrar, vamos tentar o que a gente pode fazer para poder sensibilizar e mostrar, olha, por que a pauta da violência doméstica, e eu não estou desmerecendo em nenhum momento essa pauta, porque é uma pauta muito triste e em ascensão no nosso país, mas por que tem tanto apelo enquanto a questão da criança, todas as violações de direitos que a criança sofre, não tem o mesmo apelo? Vamos pensar juntos o que a gente pode fazer para tentar mudar um pouco isso. Pois é, prioridade absoluta. Só complementando, então, a questão da colega que perguntou por que a gente não veio apresentar a consulta pública, nós tivemos um prazo muito curto, porque nós temos que já levar para o plenário em dezembro, mas ela teve 20 dias que foi encaminhada

por e-mail para o Conanda que é signatário. A gente sempre quis vir aqui no Conanda, na verdade, antes da política apresentar o próprio pacto, e não, também deu certo, então assim acho que realmente é um médico. Dos dois lados e que a partir de hoje a gente vai fazer algo que já deveria ter acontecido, que já tem quatro anos. Mas que os resultados, na verdade, vão começar a partir do ano que vem, a gente espera. A gente estava numa estruturação e o ano que vem que vai ter realmente essa implementação. E a gente, o Dr. Ednaldo já conversou com o Secretário Cláudio, inclusive queria agradecer aqui na pessoa da Cristina o Ministério da Justiça e Segurança Pública, porque o financiamento para o pacto veio do Ministério da Justiça, então já é um orçamento do governo. E dizer quem falou do orçamento à Deila, que a gente vê o contrário, Deila, que na verdade a primeira infância é quem tinha menos orçamento de tudo. O que a gente está fazendo ao falar da primeira infância é quem mais era privado. O orçamento para o socioeducativo no CNJ, por exemplo, é infinitamente superior, porque é zero de primeira infância, do que infância, primeira infância. O prisional é infinitamente superior ao socioeducativo. Então a nossa visão é o contrário. É que onde tem menos é na primeira infância. O que a gente quer é que também haja. Então, mas quando a gente lê na primeira infância, a gente faz com que a própria infância seja valorizada, entende? Porque assim, a neurociência trouxe um argumento, existiu uma rede formada que está sendo colocada pelo pacto a serviço de tudo. Nós não fizemos um pacto, tanto que o nome do projeto original é Justiça Começa na Infância, mas para começar a gente quer começar do começo, que toda criança nasce na primeira infância. Então, para a gente até dói o ouvido, os juízos que chegaram menos tempo ainda, a gente não consegue ver essa dicotomia. Então só para a gente alinhar isso aqui: i. Então o plano da Primeira Infância talvez seja o encaminhamento, que ele seja mais conectado, inclusive muitos foram mobilizados a fazerem os planos estaduais e municipais em função do pacto e essa é a nossa responsabilidade, a gente quer que haja assistência técnica para cumprir isso, que não sejam planos para formas como foram falados. O orçamento também, por exemplo, foi apresentado no seminário do pacto, é 0,5%. para a primeira infância. Isso é improbidade administrativa se a gente parar para pensar. Então eu acho que a gente tem que olhar o contrário. Se não tivesse esse advoca, se a gente manteria a invisibilidade da pessoa no momento que ela não consegue ter voz sozinha. E a gente tem o compromisso de mudar e automaticamente a gente tá cuidando da pessoa no momento que não vai voltar atrás. Então assim, e o Ministério da Economia aderiu ao pacto e fez pela primeira vez uma análise de financiamento da primeira infância que não existia. Então a gente está completando a infância. A gente não se vê tirando nada da infância. A gente se vê complementando onde não tinha nada. Então assim, e a política judiciária, a gente gostaria então de sugerir, quem sabe, se convidar para vir apresentar talvez esse plano de ação para ser combinado melhor para que também não é isolado assim só o cuidado da criança, é o cuidado da governança colaborativa, que isso está influenciando outras políticas e outras áreas e a gente não tem conseguido tanto, a gente tem visto muita sobreposição e ações paralelas, gostaria realmente dá mais efetividade ao parco, às vezes ele também não saiu tanto da teoria como nós gostaríamos. A [conselheira Iyromi](#): Boa tarde, primeiramente eu gostaria de agradecer muito a CNJ a sua apresentação. Fico muito contente que haja essa possibilidade de ter semanas de discussões sobre a primeira infância e na sua diversidade. Inclusive, coloco o Ministério da Igualdade Racial à disposição, principalmente porque a gente está tocando também o plano de juízo de negra viva. Em breve a gente vai apresentar um plano como todo. É um grupo de trabalho interministerial e as nossas questões tentam dialogar não apenas com a justiça, mas em sua amplitude e principalmente em sua diversidade da juventude negra, especificamente. Mas como tem batido muito na tecla, o Sr. Renato e tudo mais, sobre essa necessidade de a gente compreender a primeira infância não pensando numa hegemonia, porque não apenas a questão racializada, mas também a questão social e regional. Fala sobre a diversidade de como é tratado das necessidades da primeira infância, ter infância como um todo, a adolescência e a juventude. O Brasil é um país continental, então acredito que ter esses momentos, do qual seja contemplada a sua diversidade, faz com que a gente promova políticas públicas muito mais palpáveis e capazes de realizações e reações efetivas. Não só uma reprodução, porque às vezes você vai numa região que é muito mais difícil você reproduzir determinada forma de tratar a infância, mas com outras metodologias, outras estratégias, a gente conseguiria alcançar uma proximidade que acho que acabar com a vulnerabilidade é uma luta de muitos anos, mas uma proximidade para erradicar essas questões. E é isso, eu gostaria de colocar muito certo a igualdade racial à disposição para diálogo, que muito nos interessa a proposta feita. A [conselheira Elisa](#): Boa tarde. Vou fazer minha aula de descrição. Eu tenho 1,62m, sou uma mulher mediana de pele clara, mais indígena-aguató. Aproveitando aqui o Renato, que nem sempre, porque a gente tem um fenótipo, não quer dizer que a gente não conheça nossas raízes ribeirinhas do Pantanal. Tenho os olhos castanhos e os cabelos castanhos também, dessa vez, repicados, extremamente repicados. Sobre a primeira infância, a gente tem notado aqui, eu gostaria de endossar as palavras da senhora Daisy, quanto a necessidade da equipe interdisciplinar e de técnicos que sejam servidores públicos que gozem de estabilidade em seus cargos. Porque senão o papel da psicologia jurídica fica restrito às perícias, à escuta especializada e uma série de ações enviesadas é imprescindível não só que tenha um magistrado negro, mas um magistrado comprometido com as pessoas negras, comprometido com a diversidade, né? Porque quando a gente fala do impacto da violência doméstica é por causa da relação intrínseca entre a criança e o seu cuidador principal. E algo que me chamou a atenção daqui no plano nacional da primeira infância é que a misoginia é democrática. Ela vai desde a pessoa da favela até mais rica. Então, a mulher loira alta com 1,60 de perna. Então a gente tem que pensar aqui como ao invés de fazer uma política assistencialista pensar que, por exemplo, uma política de empregabilidade do cuidador principal dessas crianças e critérios de elegibilidade na educação infantil, uma vez que a criança na educação infantil, enquanto ela está ali de certa forma cuidada pelo Estado, é um fortalecimento daquela família e o reconhecimento de uma família monoparental. Não sei se isso aqui já foi levantado, não quero repetir o que outros conselheiros devem ter falado bem melhor do que eu, mas o reconhecimento de que há uma família monoparental e que a maior parte do Brasil é essa família. É, a família monoparental. É porque eu tenho até medo de mencionar a palavra mulher e mãe. Então é melhor falar família monoparental, que a misoginia é muito democrática. Então, assim, talvez a gente como a gente fortalecer essa família. Porque essa e pensar em regime de trabalho, eu penso assim, não existe regime de trabalho, por exemplo, vamos fazer creches à noite, porque não dá, não tem cota racial? Por que não fazer uma cota de trabalho para essas mulheres? Ao invés dela colocar o filho dela na creche até meia-noite, trabalhar no shopping, no McDonald's. E assim, estar olhando nesse pacto da primeira infância para esse lado de repente ter com a mãe trabalhando menos tempo, uma carga horária de 6 horas, de 4 horas diárias, pensar que é um fortalecimento. E esses 0 a 6 anos é uma idade delicada. Assim, pensar biologicamente, como eu falo com as minhas colegas, depois de 6 anos que a criança se torna autolimpante. Então ela precisa sim, tem base científica para isso não querendo excluir as outras infâncias, mas querendo só ressaltar a necessidade de cuidado maior. Até alguns pediatras falam sobre o Dr. Roberto Cooper. Gestaçãõ extrauterina, essa gestaçãõ extrauterina. Só isso. Desculpa, a minha dúvida é isso. Como fortalecer essas mulheres? A [conselheira Amanda](#), passou a falar, agora até eu vou me colocar no calço para falar a paridade mesmo, agora vou me colocar no calço. Assim, muito me contempla a sua fala, mas uma coisa que eu quero compreender, por exemplo, como que a gente

pode fazer uma análise nessa primeira infância do sócio percepção, porque a sócio percepção infantil a gente sabe que é a construção do ID dessa criança. E aí quando você vem para dentro do Conanda, com uma apresentação com 120 slides, e a gente para pensar, que a gente entende o que é a construção de uma criança, por isso que nós estamos aqui, dentro de um Conselho Nacional de Criança Adolescente, a gente precisa também compreender como a colega que me antecedeu disse, as famílias não somam no parentais. E aí a gente traz como o Estado, como esse judiciário, ele está atendendo essas crianças. Eu sempre trago problema, eu nunca trago solução. Já te deixar aqui bem orientado quem sou eu aqui no Conanda. O que acontece? Quando vem essa, quando vocês citam, principalmente as famílias acolhedoras, por que esse judiciário não dá a mesma assistência para a família de origem que dá para uma família acolhedora. E essa foi a nossa discussão a duas reuniões atrás. Porque quando a criança fica na família de origem, o judiciário simplesmente está com a vota, com a vota, está com Deus. Mas quando vai para uma família acolhedora, essa criança tem todo um auxílio psicológico, ela tem um auxílio educacional, ela tem um auxílio assistencial, que a família de origem não tem. E aí se está falando de primeira infância, a gente está falando de uma criança que vai precisar de um assistencialismo contínuo. Então a gente precisa pensar exatamente isso. Essa criança ela passou por uma margem gigantesca de violências, de abusos, de separação familiar. Como a gente, como já foi dito aqui, a primeira infância ela vai do zero ao seis. O Conanda sempre é o último a ser consultado quando aparecem essas coisas. As coisas chegam prontas para a gente. A gente tem que assinar praticamente igual abaixo. Nós, enquanto conselheiros aqui, temos que só ler e aprovar, que é o que nos resta. E eu acho que a gente tem que parar pra pensar que se existe um Conselho Nacional com membros da sociedade civil e dos ministérios que vão contribuir para a construção desse projeto de vocês. Esses ministérios também deveriam estar envolvidos e isso deveria ter sido apresentado no final. É uma briga que eu faço enquanto governo. Enquanto governo, porque nós enquanto ministério queremos exatamente isso, construir com vocês. Porque é muito legal quando chega do judiciário para a gente engolir, quando chega do legislativo para a gente engolir. Só que nós somos executivos, nós somos executores. E mais ainda, que no Ministério da Previdência é o Ministério Pagador. É Ministério Fim, o dinheiro passa pela gente. Dessa assistencialista. Então a gente precisa pensar como que a gente vai construir junto agora isso. Mas com o CONANDA. Não sem o CONANDA. Aí a gente fala muito de vocês, do CPA, né? É não falar de adolescentes sem os adolescentes. Não falar de travesti sem a travesti, mas também não falar de governo sem o governo. E não falar de criança sem quem é responsável hoje pelas demandas de infantis no Brasil, que é o Conselho Nacional da Criança e do Adolescente. A gente precisa também pensar sobre isso. E quais são os trajetos que a gente tem que respeitar uma certa hierarquia? Eu como jurista, assim como você, a gente tem um sério problema em hierarquia. Sério, é um problema hierárquico, porque o judiciário não está acima do legislativo e não está acima do executivo, é um poder paritário. Se ele é um poder paritário, isso deveria ter sido trazido para os ministérios, para dentro dos ministérios. Se fosse trazido para dentro de um ministério dos Direitos Humanos, a exemplo, que seria a pauta primordial, isso estaria dentro do clima. E isso não nos foi apresentado no CONANDA de primeira instância. Pronto, eu resumi o que é hierarquia. Não? E o que seria hierarquia para você? Não, porque isso é uma hierarquização. Se nós estamos na equivalência de poder, a gente precisa ter essa consciência. De que se nós estamos falando de direitos humanos básicos, começa pelo Ministério dos Direitos Humanos. Bom, isso é direito básico constitucional. Mas de qualquer forma eu acho que a gente precisa pensar um pouco mais sobre como tratar o Conanda em si e qual a importância que a gente tem. Porque essas fragmentações parecem que a gente vai ficar cada vez menor. E eu preciso entender enquanto poder público qual vai ser nosso papel aqui dentro. Para que a gente possa realmente construir um futuro lindo como que foi apresentado nos slides. Que é isso que a gente quer. É isso que a gente luta aqui dentro. E eu sempre trago problema. O presidente Cláudio Augusto Vieira da Silva informa que abrirá mais duas inscrições aqui. Eu quero dar uma interação para ele passar a palavra para vocês, porque eles possuem um recurso de profissão de idade. O Adolescente William Eleotério, inicia dizendo que complementando as nossas falas antes, eu sou também de Sergipe, representante de adolescentes de lá, comitê de participação de adolescentes dentro do Conanda. Queria também reforçar que hoje debatemos várias políticas sobre a primeira infância, mas temos que ter a consciência que não precisa somente debater, precisa também ser aplicada, porque debater é fácil, mas aplicar que é o ideal ainda no Brasil não é aplicado. E nós falamos muito sobre primeira infância, mas não é somente a primeira infância, porque enquanto estamos aqui falando sobre a primeira infância, há várias crianças e adolescentes no Brasil tendo seus direitos violados, sendo mortos e a justiça não é feita, porque é uma falha de interlocução entre o judicial e as demais faixas, como também em vários outros temas como a violência sexual de crianças e adolescentes, o trabalho infantil, entre outros. Há uma falha, há um déficit nessa interrogação. E que todas as políticas públicas que falem de criança e adolescente ela precisa passar pelo comando. Porque se o Brasil tem o Conselho Nacional do Direito das Crianças e Adolescentes, todos os assuntos que são relacionados a criança e adolescente precisam passar pelo Conselho Nacional. É isso. A conselheira Marta Volpi continuou gente, desculpa, estou aqui atrás porque estou plugada na tomada. Eu queria, vou fazer uma fala um pouco fora de contexto, pegando um gancho que Elisa deu e que é isso. A maior parte das famílias monoparentais que a gente tem são famílias cujo principal responsável financeiro é a mulher. Então estamos falando de realmente um contingente, como já foi dito em várias falas, que precisa desse suporte de políticas para cuidar dos seus próprios filhos. Eu só queria fazer um apelo pela creche, porque a gente tem a creche como um dos órgãos de rede de apoio a essas famílias, mas queria ressaltar a importância dela como uma etapa de educação. E tanto para a mãe que trabalha, a mãe e o pai que trabalha, quanto para aqueles que não trabalham, mas que é necessária essa etapa de educação para criança. Eu só queria trazer esse resgate, desse conceito, para a gente não cair de novo nesse lugar em que ela faz parte da assistência e não, ela faz parte da educação. E, assim, embora ela exerça esse papel de suporte à família, para a mãe que trabalha, ela é uma etapa de educação direito da criança. Por que eu digo isso? Porque senão precisa de mecanismos nesse momento para garantir o acesso e a gente tem os critérios de elegibilidade às vagas, mas a gente não deveria falar de direito de elegibilidade ao acesso a uma etapa de educação infantil. Inclusive o STF já deu uma decisão assim há pouco tempo, é um direito da criança, é um direito relativo ao direito da educação e havendo a demanda o Estado é obrigado a fornecer. Como a gente falou um pouco de educação infantil, como a gente tem falado um pouco sobre o trabalho das famílias, eu queria trazer só esse cuidado para a creche, que de vez em quando cai-se nessa tentação de falar, então vamos deixar para assistência, porque daí ela volta a ser para aquelas crianças que realmente precisam. E não, a gente entende como educação é lá que ela tem que ficar. O presidente Cláudio Augusto Vieira da Silva devolve a palavra para as respostas já e para as considerações finais. O Juiz Edinaldo, começa a responder; acho que essa resposta da horizontalidade, na verdade o pacto na nossa visão era essa intenção, porque o CNJ fez um projeto, o Justiça Começa da Infância foi contemplado com o recurso da FDD e poderia muito bem ter realizado o projeto sozinho. Então quando chamou para o pacto e fez uma reunião no STF para convidar foi reconhecendo os atores, na época eram 40, todos os ministérios. E o Conanda foi signatário e o Conanda também recebeu a consulta pública pelo WhatsApp, mas na verdade eu acho que inclusive a gente que também foi sugestão do CNJ incluiu o Conanda na

recomendação conjunta de família acolhedora, porque as recomendações conjuntas começaram também a aumentar depois do pacto, nós tivemos a da Covid com quatro, aí a família acolhedora já vai ser com o Conanda e com o Ministério Público do Orçamento na nossa intenção. Então nós não podemos dizer que nós representamos todo judiciário brasileiro, tem judiciários de judiciários, tem CRAS, CREAS, por exemplo, essa questão que você sugeriu bem do apoio às famílias de origem, não é papel do judiciário de oferecer o apoio pós, isso é a política pública da assistência social, mas aí tem que ser criada a política pelo executivo, que é o que a gente está fazendo aqui. Então, acho que essa fala a gente compartilha no sentido de que o que a gente está tentando fazer quatro anos desde o lançamento do pacto é romper essa distância. E a gente queria estar aqui há muito mais tempo, não tínhamos conseguido. Então, eu acho que talvez o que nos deixa é o compromisso para a gente reinterpretar que o nosso objetivo é justamente nesse sentido que a gente esteja junto e que inclusive acho que nós temos um potencial de conectar outras instituições que estão fazendo muitas coisas sobre as crianças e que não tem também o contato com vocês. Então tem os tribunais de contas que foram mobilizados, que a gente mesmo perde controle porque nós somos três, 352 instituições, então existe uma limitação real da gente dar conta de fazer tudo como seria o ideal. Mas a gente pode ficar com esse compromisso. Vários outros atores que também a gente percebe que estão tomando decisões e ações sem estar aqui compartilhando e construindo junto. Mas acho que nesse sentido de construirmos juntos, eu acho que a gente dê um exemplo, quando a gente faz o pacto junto e que a gente está pensando junto e a gente chama todos os ministérios. Agora, eu acho que é isso. Eu tenho uma postura de vida de não ser reativo e de que a gente deve, na verdade, aprender a dialogar sempre e ouvir mais até do que querer ter razão. Então, assim, na verdade, hoje a gente está abrindo uma porta de diálogo com o Conanda, que parece que não havia, né? E que a gente está hoje a partir do Claudio, ouvindo a gente estar aqui, conhecer a Marina e dizer a vocês que nós estamos à disposição para esse diálogo. Evidentemente que eu tenho particularmente alguns posicionamentos. A pessoa física, o CPF, Ednaldo, tem alguns posicionamentos. Mas eu estou aqui e preciso me entender como Conselho Nacional de Justiça. E como Conselho Nacional de Justiça eu preciso, e me parece que fiz isso disse que, na verdade, precisamos não ter uma visão verticalizada, que precisamos ter uma visão horizontalizada e de que desde que chegamos estamos tentando fazer esse trabalho de mudança de posicionamento dos colegas. É muito difícil, e aí eu também admito e repito, é muito difícil para nós que enquanto judiciário entramos no judiciário e aprendemos que temos o dever de decidir e que esse dever de decisão é muitas vezes solitário de enquanto juiz da área da infância aprendemos ou reaprendemos que precisamos trabalhar em rede. Esse é um trabalho que a gente vem buscando entre os colegas. Se você é um juiz da infância, e não só da infância, se você é um juiz da área da violência doméstica, se você é um juiz da área da família, você precisa... Eu digo sempre, até sou um pouco até enfático. Se você não gosta de trabalhar com os demais saberes, pede para sair. Vai para uma outra vara, vai para um outro lugar onde você possa trabalhar de maneira solitária. Então, mas esse é um entendimento que aos poucos vem acontecendo. E aí, Amanda, você chegou para mim e disse assim, me conheça, porque eu estou aqui já, não veio trazendo solução, eu sei o meu jeito de ser e tal. E o meu jeito é de lhe chamar para trabalhar comigo. É da gente trabalhar juntos, porque eu não tenho todas as respostas para lidar. Mas eu tenho uma vontade enorme de fazer diferente. E esse fazer diferente só pode acontecer a partir da escrita. Então, só ouvindo você e as suas demandas, é que eu posso agir diferente a partir daquilo que você me trouxe. Saiba que você tem em mim alguém que vai lhe escutar sempre para tentar fazer outras propostas a partir da escuta sua, da escuta do Renato, da escuta do tão ceguinho que eu não consigo, Elisa, de todos aqueles que chegaram aqui e trouxeram muitas vezes as suas impressões que não são equivocadas, mas também são limitadas. Porque todos nós temos os nossos limites a partir do lugar que nós olhamos. Eu tenho um olhar e olho de uma maneira, vocês têm um olhar de fora e olham de uma outra forma. E só a partir do diálogo, a que nós aqui do CNJ estamos nos propondo a fazer e que vocês também quando chamam a gente nos escutam, é que a gente vai poder fazer diferente. Então assim, eu na verdade estou aqui muito menos para me desculpar ou muito menos para tentar reagir às falas, mas para dizer que eu estou muito preocupado em continuar ouvindo para que a gente possa... Então assim, nos chamem sempre e a gente vai estar sempre à disposição para tentar trazer outras soluções a partir desse diálogo. Eu só queria lembrar que a consulta pública foi disponibilizada no dia 26 de outubro e se encerrou no dia 13 de novembro, portanto teve um tempo, talvez assim, não para todo mundo ter se debruçado aos detalhes, mas foi um tempo, quase um mês, mas foi disponibilizado e é um plano de ação para a política judiciária nacional. Então a gente tem, como a Ednaldo falou, todo prazer em ouvir, ouvir as sugestões, ouvir a fala, para que a gente possa então ajustar e afinar aí as nossas ações. O presidente Cláudio Augusto Vieira da Silva agradecer a Dra. Rebeca, a Dr. Edinaldo e a Dra. Ivânia pela presença aqui na Assembleia do Conanda, pela participação, pela disponibilidade do diálogo. Quero dizer que para nós do Conanda essa interlocução com o CNJ é fundamental, muito importante nesta pauta, nessa agenda e em outras. E que nós com toda certeza vamos estar em contato com vocês para sempre chamar quando for necessário para que a gente possa fazer essa troca de vocês nos escutarem e da gente poder escutá-los também. Então mais uma vez, muito obrigada. Fiquem à vontade, gente. Obrigada, que o prazer foi nosso. Gente, então vamos lá dando sequência à nossa pauta, a nossa agenda aqui da Assembleia. Eu gostaria de chamar, então, Roseli Alves do Conselho de Participação, por favor. A senhora Roseli Alves iniciou falando: eu agradeço em nome do nosso secretário executivo Paulo Pereira, que infelizmente não pode estar aqui hoje. Vou fazer minha autodescrição, porque a gente sempre faz isso também no Conselho. Eu tenho 158, tenho olhos claros, meu cabelo com luzes para não mostrar os brancos. Estou vestida de uma blusa verde e uma calça jeans. É uma honra para nós estarmos aqui. O conselho foi extinto em 2019 e nesse novo governo foi reeditado pelo presidente Lula. E ele tentou fazer um conselho que é um conselho consultivo da sociedade civil. É bom esclarecer que a nossa secretaria, a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência, ele faz articulação com a sociedade civil por meio do conselho, com o Congresso por meio da Secretaria Especial Parlamentar e com os subnacionais que é pela Secretaria Especial Federativa. Então nós temos três grandes públicos-alvo da nossa ação. Então eu estou representando o conselho. Temos 243 conselheiros, eles são todos de várias matizes, desde a Paria Lima no sistema financeiro, temos o Bradesco, temos Fintech, várias grandes empresas, setor industrial, temos movimentos sociais, temos associação de catadores, por exemplo, temos da área educacional, temos da área produtiva. Os conselheiros são 30% negros e pardos e 40% de mulheres. Então, ele está muito bem representativo em diversas áreas. E quando ele foi instituído, nós demos a solicitação que os conselheiros nos dissessem quais as áreas temáticas mais prioritárias que o conselho deveria discutir e recomendar melhorias para o governo federal. Então recebemos 82 temáticas, foram consolidadas e ficaram 16 grupos de trabalho e cinco áreas temáticas amplas, como a economia, meio ambiente, combate à desigualdade, democracia e direitos humanos transformação digital e tecnologia e transformação do estado. Essas seis grandes áreas têm a incumbência de fazer uma análise das políticas afetas a essas temáticas e fazer uma análise dos gaps, das melhorias e apresentar recomendações ao presidente Lula. E os 16 GT são mais focados com uma temática mais precisa também para dar recomendações e soluções. A primeira infância foi uma das temáticas priorizadas nessa consolidação. E temos transição energética, áreas degradadas, aumento do crédito, enfim, são 16 temáticas. E essa EGT da

primeira infância foi abraçada por 35 conselheiros. A maior parte deles são ligados, claro, à educação, mas muito ligados ao combate à desigualdade, à questão social mesmo, de direitos humanos. Então, eu vou falar um pouco como que tem sido esse debate dentro do GT. A gente tem visto que o governo federal tem feito várias iniciativas, ficamos sabendo também dessa iniciativa do Pacto Nacional pela Primeira Infância pelo CNJ. Acho que eu costumo falar que o Judiciário às vezes tem essa protagonismo de formulação de política pública pelo vácuo do executivo. O executivo tem falhado em diversas políticas públicas e a primeira infância é uma delas. Temos 20 milhões de crianças, 50% delas dentro do Bolsa Família e mais de 70% sem cobertura de creches de zero a três anos. Então isso é muito complicado. Quando a gente fala sobre inclusão produtiva das mães, apoio de cuidados para as pessoas que cuidam dessas crianças, que muitas vezes tem que sair do mercado de trabalho para cuidar dessas crianças, enfim. O governo federal tem o dever de cuidar dessas crianças e tem falhado. Os indicadores mostram que o governo federal tem falhado com as nossas crianças da primeira infância. Então, por isso foi priorizado no GT do conselho e a gente tem discutido bastante como analisar as políticas que já estão sendo realizadas. A gente reconhece que é uma política multisetorial, é uma política que requer muita integração para que dê certo, requer articulação e isso talvez seja o maior gargalo que nós temos dentro da política de primeira infância. Essa falta de articulação, falta de protocolos homogêneos dentro da nossa federação. Digamos que o governo federal normalmente traça as diretrizes, os estados e municípios fazem essa execução lá na ponta. Esse alinhamento de políticas que tem sido um gargalo, não só na primeira infância, mas em diversas políticas públicas. A gente considera que a ação da primeira infância é uma ação estruturante no sentido de que ela tem o potencial de combater a desigualdade, potencializar o desenvolvimento dessa criança e transformar o Brasil. A gente acredita que é o momento, é uma janela de oportunidade considerando a nossa pirâmide etária. O país está envelhecendo e temos que cuidar para que essa geração desse momento siga no futuro com o potencial, com o desenvolvimento de todo seu potencial. Então, a gente tem feito algumas ações conhecendo experiências subnacionais, visitando Recife, como o Claudio comentou, foi uma ação que nós fomos ao governo de Pernambuco e ao município de Recife, que tem feito algumas iniciativas integradas para atender as crianças daquela região. E tem tido o que a gente chama de equipamentos públicos integrados que está bem interessante. Então a gente tem trazido essas experiências positivas e boas práticas do subnacional. Visitamos também o governo do Ceará, que também tem tido resultados interessantes na área educacional e especificamente da área da primeira infância com ações integradas. Tem um equipamento bem interessante lá que coloca desde assistência social, coloca a Defensoria Pública, o Judiciário, até o Legista que vai fazer alguma, necessita fazer alguma perícia médica com as crianças. Então esse local aonde chegam as crianças com violência doméstica ou qualquer tipo de violência, chega lá e ela tem um atendimento integrado de todas essas instâncias para ter uma celeridade na solução desse problema. Esse tipo de articulação, esse tipo de integração que a gente busca nesse GT. Então, a gente tem visto que os estudos revelam que as experiências das crianças na primeira infância têm um impacto significativo na formação do adulto, que ela será. Evidências mostram que há benefícios econômicos quando a gente investe nessa primeira infância. O retorno de mais de 6% ao ano desse investimento. Tem o benefício social, que gera um aumento da escolaridade, melhora o desempenho profissional, reduz custos com reforço escolar, diminuição da violência e gastos do sistema judicial penal do futuro. O nosso dever como executivo é não deixar essas crianças chegarem no judiciário como têm chegado, com violência, com abandono, com problemas que o judiciário, que o juiz vai ter que resolver. Nós temos que resolver com políticas públicas. Nesses primeiros anos, tem a questão, acho que teve apresentação, com certeza, para a Ivany, trouxe dados sobre o desenvolvimento do cérebro, sobre a questão do desenvolvimento da aprendizagem, tudo isso é feito nesses seis primeiros anos. Dentro dessa perspectiva, os conselheiros e conselheiras que têm tratado desse assunto dentro do Conselho estão elaborando uma série de recomendações, uma série de elementos que têm visto as lacunas que as políticas públicas dentro dessa temática, tem ocorrido no governo federal. E vão mostrar ao presidente Lula, tem uma apresentação ao presidente Lula sobre essa perspectiva. E dentro dessa lógica o que tem se vislumbrado é o gap dessa articulação entre as políticas. Colocar todos os atores envolvidos numa mesma trajetória e que a família e o gestor consigam visualizar por onde essa criança tem que passar desde a sua gestação, desde dentro da barriga, quais os passos que essa gestante tem que passar o apoio ao parto, apoio à amamentação, o apoio ao desenvolvimento físico e cognitivo dessa criança, à alimentação saudável, ao acesso à creche, acesso à educação infantil. Enfim, até os seis anos essa criança tem o apoio necessário de todas as políticas afetas a essa criança, ela seja visualizada tanto pela família como pelos gestores. Dentro dessa lógica, a gente está tentando fazer com que o governo federal tem esse olhar prioritário para essa faixa etária. Então o GT tem muito interesse em trabalhar junto com o Conanda, que já tem esse olhar faz muitos anos. E a gente tem todos os elementos que vocês têm discutido há muito tempo. Eu não tive acesso ao plano nacional que vocês analisaram hoje, mas com certeza vamos trabalhar de mãos dadas para que todos que tem essa prioridade, tanto no Judiciário Legislativo, que acabou de fazer a Frente Parlamentar da primeira infância, fizeram essa... organizaram a Frente Parlamentar de primeira infância, então todos os três poderes estão com esse olhar nessa primeira infância que é fundamental e é agora. Se não for agora, quando? Porque vamos perder essas crianças, como perdemos muitas gerações aí, pela não integração de política, pela não efetividade das políticas. Então, e muitas vezes por não capacidade estatal de realizar lá na ponta. Então, o governo federal tem esse dever também de apoiar tecnicamente, de ter esse apoio de capacidade técnica para os subnacionais. Então, tudo isso está na agenda do GT de primeira infância e eu agradeço o convite para a gente dar as mãos aí nesse desafio de melhorar a política para a primeira infância. Eu agradeço demais a sua disposição lá no Conselho. O presidente Cláudio Augusto Vieira da Silva abriu para as perguntas, mas antes explanou que o professor Vital já tinha de manhã esclarecido a diferença dos papéis do Conselho e aqui do Conanda junto com a RNPI, que a RNPI e o Conanda agora estão mais debruçados sobre o plano, vocês sobre a política. Eu só fiquei com uma curiosidade, não sei se eu perdi essa parte de saber se a RNPI faz parte do Conselho ou está acompanhando de alguma forma esse trabalho. Roseli, sim, eles não são conselheiros, ninguém dá rede como conselheiro, mas o GT tem tido convidados VIPs, nós estamos chamando o professor Vital, que trabalha junto com a Vale Cecília Vidigal e que está fazendo todo um panorama para nós, uma pesquisa, um relato mais apurados, de quais áreas teriam que ser integradas. Então eles estão nos ajudando, nos apoiando nesse trabalho de organizar um pouco visualmente como a gente poderia realmente realizar essa trajetória da criança dos 0 aos 6 anos e isso ficar marcado em todas as pastas e a gente conseguir articular todas essas políticas. A rede é fundamental porque tem o olhar na ponta, eles têm toda essa realidade lá na ponta, então é fundamental que eles nos ajudem nessa trajetória de traçar essas recomendações. A Conselheira Dayse Oi, boa tarde, que bom estar aqui. Como também estando a fala da Débora, eu queria entender a relação do Conselho com os conselhos setoriais e com o Conselho Nacional do Direito da Criança de Adolescentes. Eu queria entender um pouco como é que é pensar nessa relação, já que, como a gente ouviu aqui agora a pouco, a Amanda dizendo, o Conselho Nacional do Direito da Criança em tese pelo menos em tese, seria o responsável pela implementação, pela sugestão das políticas públicas na área da criança e adolescente. Então na hora que tem essa divisão, como é que essa relação

pode estar sendo pensada? Rosely: Bom, o conselho é mais amplo do que esse tema especificamente. O conselho tem essa... É perene e ele vem... Esses conselheiros têm um mandato de dois anos. Então, depois de dois anos, são trocadas as pessoas que estão no conselho. Então, dentro dessa lógica, temas que vão surgindo à medida que vêm chegando novas demandas da sociedade. O Conanda, mas perene, tem essa temática marcada criança-adolescente. A relação é essa, são instâncias diferentes, digamos assim, mas que coincidiu uma temática que eu já tive de primeira infância junto com a temática do Conanda. Então a gente, como governo federal, que somos, pois estou na presidência, o Conanda está dentro do Ministério dos Direitos Humanos, a gente tenta alinhar todas essas agendas, para não ter divergência em termos de ação governamental, que soma. Então, por isso a gente tem esse diálogo constante. A gente faz apenas quatro meses que foi instalado esse GT. Eu, principalmente, que estou lá, faz menos tempo, tenho menos informação do que vocês do Conanda, que estão há muito mais tempo nessa temática. Então, alguns conselheiros que estão conosco também têm essa bagagem maior de conhecimento da temática. Então, à medida que a gente faz essas recomendações, com certeza vamos conversar com o Conanda para ver se tem divergência ou convergência, complementariedade, porque são pessoas diferentes. São conselheiros do Conanda, são diferentes dos conselheiros do conselho, e a gente está tentando fazer essa convergência o melhor possível. Porque a ação pública do governo federal é apenas uma. O que vai ser, digamos assim, na prática, se conseguirmos fazer uma ação articulada junto com todos os setoriais, é que todos os setoriais estejam alinhados com esse plano nacional da criança da primeira infância que está sendo discutido aqui e que seja factivo para a saúde, factivo para a educação, factivo para a assistência social e o foco sempre é o bem-estar da criança. Então acho que hoje nós temos essa convergência de assuntos, mas na próxima gestão dos outros conselheiros talvez não tenham essa temática novamente. É só falando que essa temática surgiu agora como uma prioridade para esses conselheiros que estão hoje no Conselho. E como governo federal temos o dever de alinhar todas essas discussões. O Conselheiro Edmundo, parabéns, Rosely, pela apresentação, parabéns pelo conceito. Eu sou da sociedade civil, representante da sociedade civil. Como sociedade civil nós estamos orgulhosos pela volta, pelo retorno do conselho, porque nós entendemos que ali estão representados, como a senhora mesma colocou, várias forças, vários pensamentos da sociedade civil e das várias necessidades desse país. Nossa preocupação aqui é pensar a política pública da infância, da infância poderíamos dizer das infâncias, já que estamos trabalhando com as diversidades, reconhecendo que existem essas diversidades e que qualquer política pública tem que pensar nessas diversidades, tem que contemplar essas diversidades. O nosso conselho da criança adolescente é um conselho deliberativo. O nosso conselho não é um conselho de governo, porque ele tem uma parte substancial de sociedade de governo, portanto ele é um órgão de estado. Ele está numa estrutura, se a gente for pensar hierarquicamente, ele estaria numa estrutura maior, tecnicamente, porque ele perpassa, por sob o governo. Os governos vão ficar, embora, deixa para lá, não vou fazer esse comentário não. Embora a gente tenha relações estreitas, melhor assim, com o governo. Mas sabemos que esse governo tem uma duração de quatro anos e as políticas públicas têm uma duração de mais tempo e, de preferência, permanentes, como é o estatuto da criança e do adolescente. Nossa pergunta é o seguinte. Sobre o conselho não há dúvida. A dúvida é sobre o GT. Esse GT está trabalhando com uma política da qual tem um organismo interinstitucional que cuida dela. Então qual será a interface, ó, que volta que eu venho, para poder fazer a pergunta delicadamente para você me seguir. Qual será a interface desse GT com o Conanda? Porque não pode ser uma consulta pública de 30 dias. Como foi colocado aqui, o Conanda não pode ser tratado dessa forma. Porque aí a gente está destruindo uma política para construir outra política. E a história já observou que essa política construída da forma que foi há 33 anos atrás, ela está acertada, embora na execução dessa política nós precisamos corrigir algumas falhas, como é, por exemplo, a questão da adolescência e da juventude que está sendo assassinada no nosso país. Eu volto a fazer a mesma fala que é de sempre e a toda hora, porque a gente tem que estar repetindo isso a faixa de zero a seis anos está completamente desassistida, apesar de todos os nossos fatos. Então a intenção é fazer com que se acerte esse processo. É por isso que a gente está então trazendo essa pergunta, que dependendo da resposta a gente vai fazer a proposta. Roseli, acho que só esclarecendo, esse conselho não é deliberativo, ele é consultivo. Então, ele traz recomendações ao presidente Lula. Ele é presidido pelo presidente Lula. São pessoas escolhidas pelo presidente Lula. Ele passou por um crivo, que eram mais de 400 nomes, e ele escolheu essas 243 pessoas, esses mais diferentes grupos sociais e regiões, temos pessoas de todas as regiões, todos os estados brasileiros, esqueci de falar. Assim, a pessoa tem toda a razão, por que o que acontece? Os conselheiros estão lá como indivíduos. E eles fizeram essa grande, nós fizemos essa grande escuta. De quais eram as prioridades? E surgiram vários temáticos que eu falei, foram consolidados, tal, ficaram 16 GTs e seis câmaras técnicas. Esses temas, esses GTs, tem duração de uns 180 dias, então em 180 dias eles têm que apresentar uma recomendação. Dentro dessa linha, eu acho que você tem toda razão de a gente fazer o que a gente tem feito é conversar com as áreas temáticas que cuidam da primeira infância, conversando com a saúde, com a educação, com todos os atores do governo federal que executam essa política, que fazem essa política do cuidado, da saúde, da educação infantil, da assistência social que estão dentro do Bolsa Família, sendo que 50% deles também estão dentro do Bolsa Família. Enfim, a gente fez esse panorama das ações que estão sendo realizadas no âmbito da primeira infância, como um levantamento do que está sendo feito. O Conanda, a gente tentou fazer várias agendas com o Claudio, a gente... São as testemunhas de tentativas de conversar, mas assim está sendo elaborada essa recomendação na medida que a discussão vai surgindo dentro do GT. Não temos isso pronto ainda, qual vai ser a recomendação. O que eu disse, no que eu tenho acompanhado as discussões, está caminhando para essa questão que o gap maior é a articulação das políticas tanto intersetoriais como interfederativo, esse é o maior gap que a gente tem identificado. E isso requer uma liderança do governo federal, do líder máximo que é o presidente da república. O que se está talvez discutindo é qual vai ser a estratégia de governança para que todas as políticas caminhem de mãos dadas e tenha o foco na criança para que essa política pública seja efetivada em cada território que a gente tem no Brasil. Isso considerando todos os territórios mesmo, porque a gente tem as informações. Nós temos onde estão essas crianças, onde elas estão sendo negligenciadas, onde o orçamento não tem chegado. A gente tem esses dados. A tela conversa no que? O Orçamento Federal fez um esforço junto com o IPEA de identificar dentro do nosso Orçamento Federal de 2023 quanto que a gente tem gastado com a primeira infância. Não tenho os dados aqui, mas eu sei que aumentou 23% de 22% para 23%. E isso tem que aumentar mais, se a gente quiser que seja prioridade, que seja realmente efetivo. Então, assim, responder a nossa pergunta. Temos todo o interesse em andar junto com o Conanda. O Conanda que fiscaliza, o Conanda que tem essa prerrogativa de acompanhar todas as políticas para criança e adolescente. Só que dentro do conselho. Os conselheiros que têm discutido isso, a gente precisa fazer esse recorte para a primeira infância nesse primeiro momento como prioridade e vamos recomendar que o Lula faça uma lupa nessa pequena parcela da infância. Então, essa é a prioridade desse GT. Eu sei que as infâncias são diversas, que tem os adolescentes que ocupam a maior parte, talvez, das discussões do Conanda, que acho que a gente tem um problema grande dentro das adolescências diversas que temos. Mas é só para esclarecer, esse GT são pessoas da sociedade civil que têm esse olhar específico para essa temática

e vai apresentar. A gente tem todo prazer de convidá-los para ler essa recomendação, mas o Lula vai receber isso e ele vai decidir o que fazer. Claro que deve ouvir todos os ministros atrelados a essa pasta, vou chamar os ministros Silvio, o Camilo, o Wellington Dias, a Lísia, todos afetos a essa pauta vão ter que estar na mesa para decidir como essa articulação vai ser realizada, como que vai ser essa governança, onde estará esse poder, digamos assim, de trazer todo mundo para a mesma agenda. Então isso está em aberto, o GT está trabalhando para essa lógica de que é importante visualizar que a primeira infância é uma janela de oportunidade para a gente garantir que essas crianças cheguem na adolescência melhor, mas com seu potencial desenvolvido o máximo possível. Então, não sei se eu respondi, mas a gente tem todo o prazer de compartilhar tudo o que a gente tem discutido, mas são instâncias diferentes. Você tem toda a razão. Vocês têm representatividade da sociedade civil com entidades que trabalham com crianças. Acho que é diferente dessas que estão lá no Conselho. Nós temos empresários dentro desse GT, que é bem interessante, que eles têm um olhar especial para trabalhar com seus funcionários, a parentalidade. Tem um projeto bem bonito em Recife, sobre isso, ele trabalhar é uma empresa de construção civil, então a maior parte dos funcionários são homens, e eles fazem um trabalho de conscientização, que eles têm que participar do desenvolvimento de seus filhos. Então eles entregam alguns kits e trabalham essa responsabilização de ser pai, de participar junto com a mãe. Então é um trabalho bem interessante que surgiu como conselheiro para você ver a diversidade que temos do GT. Então, não são só pessoas que trabalham com crianças propriamente ditas. Então, assim, estamos abertos, vamos convidar. O Cláudio aqui como o presidente do CONANDA, estamos bem alinhados em termos de trabalhar em conjunto. Não faz sentido a gente trabalhar, fazer uma coisa que não esteja alinhado com as políticas que o próprio governo tem feito e o CONANDA recomendado ou discutido. A Conselheira Amanda: enquanto governo até assim, pela seguinte, uma das respostas você já me deu, eu ia fazer exatamente o questionamento sobre como foram eleitas essas pessoas para o conselho, você já disse que foi uma escolha aleatória do próprio presidente, que essas pessoas não têm a pauta específica, ou trabalham especificamente essa pauta, como trabalhar esta casa, este conselho. E uma das coisas que queria compreender é, como a gente vai poder alicerçar isso se aqui dentro desse conselho, vou usar a frase que usei agora há pouco. Nós falamos dos adolescentes que não se deve falar de adolescentes sem os adolescentes. Não se deve falar de pessoa LGBTI sem pessoas LGBTI. E nesse conselho não tem adolescentes. E aí a gente começa a pensar isso de uma maneira. Quando você fala sobre essa conscientização de empresários, executores escolhidos. A gente precisa pensar. Que essa fragmentação também está vivendo nesse novo governo. Porque está todo mundo querendo falar sobre tudo e ninguém está prestando atenção em quem realmente faz. A gente está fazendo certo ou errado. Agora falo enquanto governo, porque isso está me afetando pessoalmente. Enquanto servidora pública, a gente pensa exatamente isso. Essas imensas fragmentações do Judiciário, como foi apresentado agora do Conselho com a criação de um GT da infância. Para que vai servir o Conanda? E pra que vai servir a esfera pública dentro do Conanda se vocês são só consultivos e não somos deliberativos? Mas você acabou de falar que vocês fazem recomendações, e recomendações são deliberativas, não são consultivas. Então a gente tem que tomar muito cuidado com isso, com a terminologia, porque a terminologia é bem específica. A gente tem que tomar muito cuidado com isso. Então, nesse sentido, enquanto governo, de governo para governo, queria que você levasse isso também para o Conselho. Que esse GT estivesse presente aqui conosco, discutindo junto com os adolescentes, porque tem adolescentes aqui de 13 anos que ainda estão na infância, ainda não passaram a ser adolescentes, desculpa crianças, a tia tem que falar isso. Que ainda não entraram para a fase de adolescência que é pós 14. Então a gente trazer para conversar com essas crianças, para saber o que realmente eles entendem, eles compreendem e a gente começar a deliberar junto. Eu acho que a gente pode comentar uma coisa só, sem essa fragmentação. O conselheiro Renato, comenta, só esclarecer a mão de uma coisa, que tem adolescente aqui de 64 anos. Primeiro agradecer a senhora, a sua disponibilidade, está aqui no conselho conosco, trazendo esses números do conselho, 243 conselheiros. Poxa! Dá para fazer um gado de time de futebol aqui. Com todo respeito os que subiram, né? Da segunda para a primeira. É, mas enfim, só para descontrair, mas o assunto que vou falar é extremamente preocupante, pelo menos, gosto de falar Conanda como colegiado e agradeço ao que Amanda traz, que é de mundo, e me preocupa muito, que é a mortalidade, a violência letal. E aí a Ivânia comenta na sua fala que o Brasil está ficando idoso. Realmente nós temos uma qualidade de vida melhor, quem quer viver mais tem que ir para o Nordeste, comer rapadura, água de coco. Vai para lá, carajé! Mas o Brasil está de uma certa forma, nós estamos ficando um país idoso, porque estão matando crianças e adolescentes. Os números são irritantes, é um escândalo a mortalidade letal de crianças e adolescentes pretos e pretas de periferia. Toda hora tem uma bala de um fuzil que pega. Engraçado, né? Só pega o pretinho. Então, eu quis trazer isso para a senhora, porque eu tenho um número que é assustador. A morte desses adolescentes de mundo traz para o país cerca de 80 bilhões de prejuízo por ano do país perde, a morte desses adolescentes e jovens. Então já que esse GT, esse conselho leva as propostas diretas para a presidência da república, pelo menos assim eu entendi, salvo engano, eu queria saber como está para diminuir ou eliminar, que seria o ideal, a violência letal. De que forma esse conselho tem tratado a nossa pauta sobre a morte de adolescentes? O que está sendo feito? O que está sendo programado, planejado por esse conselho? Porque já que esse conselho existe e deve tratar da política da infância e da adolescência no país, ele precisa participar e ouvir, periodicamente, quem? Nós? quando andam. Então gostaria de saber da senhora se já tem o governo federal já está realizando alguma coisa de concreto, palpável, não é só campanha, não, alguma coisa de concreto para a gente reduzir ou eliminar a mortalidade letal de crianças e adolescentes nesse país. Obrigado. Roseli. Vou responder primeiro às primeiras da Amanda... Bom, acho que a Amanda tem toda razão na questão da fragmentação de políticas. Isso tem sido discutido no âmbito do Conselho. A gente tem visto que tem repetições de ações que sobrepõem, às vezes até colidem entre elas. Isso vai ser apontado como uma recomendação, não só dentro da área de crianças, mas dentro da área, por exemplo, ambiental. Isso é bem gritante. O mapa faz algumas questões que vão de encontro com o que o MMA pensa, que vai de encontro com o que o Ibama faz, enfim. Tem surgido essas discussões, dessa fragmentação que às vezes prejudicam a própria execução da política. Eu vi uma palestra que teve uma imagem que foi muito interessante, que é o gol, várias bolas pulando, e a gente não consegue fazer o gol. Às vezes é uma bola quicando uma com a outra que vai para fora, ou a gente chuta para fora, mas não chuta dentro do gol. É mais ou menos o que tem acontecido com algumas políticas. Várias políticas quicando como fosse as bolas, e elas não entram dentro do gol. E por que não entram? Essa é a nossa grande incógnita de buscar essas respostas, como formulador implementado de política. No meu caso, o nome da minha carreira é essa especialista em políticas públicas e gestão governamental. Então, esse é um desafio grande do Brasil, de buscar essas lacunas que não deixam as políticas públicas serem executadas efetivamente. Eu queria só ressaltar que esse GT, especificamente, trabalha com zero a seis anos, ele não trata da adolescência. Então, ele é bem específico, com esse recorte, para que a gente tenha um olhar bem específico para essa faixa etária. Então, ele trabalha com, desde a gravidez até os seis anos. Então ele é bem focalizado. A gente, dentro de cada GT, quando ele é instalado, ele faz um plano de ação. Esse GT fez um plano de ação bem extenso, que abarcava essas visitas, por exemplo, nas boas práticas de alguns estados subnacionais que fizeram. Uma pesquisa que até

o professor que a Dona está nos ajudando nesse mapeamento de ações e iniciativas para a primeira infância e ela inclui a escuta de crianças nessa faixa etária. Então a gente vai ter uma pesquisa das crianças sobre essa questão, do que que ela acha, sobre o cuidado que ela deve ter. Eu não sei falar direito quais são os escopos das questões que as crianças vão receber, mas vamos ter uns relatos de crianças nessa faixa etária no final do relatório desse GT. Em relação à mortalidade, eu tenho toda a razão, eu fiquei impressionada com alguns números da primeira infância, então o senhor sabe que 61% das crianças que morrem até os três anos de idade, 61% são de causas evitáveis, quer dizer, isso é um absurdo, a gente ter ainda problemas de saneamento básico, questão de mal alimentação, questão de mal cuidados. E isso é alarmante. E o senhor fala ainda com as crianças e adolescentes, que aí aumenta mais ainda nossos índices, ainda bem subdesenvolvidos mesmo, né? Então assim, eu até me arrepio quando o senhor fala dessa questão, que eu acho que a gente deve enfrentar essa questão. E eu ia citar que nós temos uma Câmara temática de combate à desigualdade que tem discutido isso. Dentro do plano de trabalho desse GT, foram priorizados três eixos, um eixo racial, um eixo de gênero e um eixo de inclusão produtiva. Só que nesse primeiro ano o foco foi dado às mulheres. Então a juventude ficou um pouco de fora nessa primeira etapa, mas ontem mesmo nós recebemos o convite para o conselho participar do pacto nacional para a inclusão produtiva das juventudes, que veio do Ministério do Trabalho e Empregos. Eles vão fazer um grande evento de lançamento para que as empresas do conselho adotem crianças e adolescentes de inclusão produtiva. Eles pediram ao conselho que faça essa adesão a esse pacto. O Brasil é complexo, não sabemos, não é para amadores, como o Tom Jobim já falava muito tempo. Temos muitos gargalos para serem resolvidos e históricos. O Lula tem dito, tanto nacionalmente como internacionalmente, que a combate à desigualdade é uma prioridade, mas, por toda razão, temos que mostrar efetividade nas ações públicas. Enquanto isso não ocorrer, a gente sai fazendo números, indicadores digamos assim. Então assim, eu gostaria de dar mais soluções, mas o Conselho traz alguns debates internos, debates entre o nosso papel como secretaria executiva do Conselho. Sou servidora pública, e temos esse papel de fazer esse elo entre as políticas públicas que estão sendo executadas e os conselheiros. Então a gente traz algumas iniciativas que estão sendo feitas. Então tivemos a oportunidade de ouvir o trabalho que o MIR está fazendo, a iniciativa de juventude negra, da inserção de jovens em trabalho de cultura, trabalho de produtivo, de profissionalização, enfim, várias. Então a gente tem trazido ao governo federal suas políticas que conversam com esses temas que estão sendo debatidos lá. Mas, enfim, eu acho que o conselho é perene de uma certa forma junto a esse governo, tanto que ele foi extinto no governo passado, mas ele tem esse papel de ser o mais abrangente possível para que traga demandas da sociedade dentro dessa linha de trabalho que a gente tem, que são dois anos de mandato. Então em 24, em 25 serão alterados essa lista de convidados, então talvez tenhamos outros temáticos que virão. Por enquanto, nós temos essa da primeira infância, especificamente, que eu trouxe aqui hoje. Obrigada. Ato contínuo... Nós temos cinco pessoas inscritas e podemos encerrar as instruções? Pode ser? Então vamos lá, Edmundo depois do Beto. O conselheiro Edmundo – O meu é rápido, presidente, e sua eleita, Roseli. Assim, um pedido e duas propostas. É encaminhamento. Um pedido, a relação dos integrantes desse GT, para o Conanda poder estar dentro do nosso portal tem um carômetro que a gente chama, então tem o rosto da pessoa com minibiografia de cada um. Pronto. De cada GT separado que a gente só queria do GT que não nos interessa nesse momento. Então eu mando do GT, lá estão os 243, eu mando do GT. Pronto, esse é o pedido. Propostas. O Conanda a ser convidado VIP. Pronto, que aí a gente vai conversar de igual para igual. E quando sair os aconselhamentos, não como é que você disse, as recomendações. Essas recomendações terão também o nosso crivo, a nossa avaliação e elas poderão ter trazido também para discutir um daqui nesse plenário. Então um convite VIP para o Conanda participar do GT. E o outro é um aproveitar que você está aqui, acho que você não tem muita coisa para fazer, aí vou lhe dar mais um trabalhinho, é o seguinte o fundo da criança tem 120 milhões repesados, 120 milhões que estão lá há seis anos e que poderiam estar servindo a criança e adolescente no Brasil todo, inclusive para evitar essas mortalidades, esses assassinatos, esse genocídio e várias outras coisas. Estou pedindo para você fazer uma gestão junto ao nosso presidente ou a quem puder para descontingenciar esse recurso. 120 milhões que poderia, ou talvez agora, ser até mais milhões. Obrigado. O conselheiro Clóvis - É o Beto. Obrigado, presidente. Beto Pereira, sou uma pessoa cega. Não me descrevi hoje durante o dia. Bom, estou com o cabelo rapado, óculos escuros, camisa social, deve ser um cinza, meio rosa, meio rosa, não sei. E uma calça social cinza e um sapato preto. Depois da Amanda ter feito a descrição livre dela, eu faço a minha também. Rosely, primeiramente, parabéns. Eu sei que é um tema complexo, que vocês estão começando agora. O Brasil tinha sede de participação, sede de respirar democracia e tem voltado a respirar. Mas muitas vezes quando se está com sede toma muita água, e água também em excesso pode dar complicações, dizem. Eu estou aqui com o regimento do Conanda aberto. Quando estou no celular aqui, não falo em ouvido, não estou apenas mandando WhatsApp, estou lendo documentos, lendo pautas, enfim, é assim que eu tenho acesso às informações. E aqui no nosso regimento, estou me atendo a três pontos, a natureza do Conanda, a composição e a natureza do Conanda. Toda a infância passa por esse conselho. Nós somos a instância maior de discussão, de avaliação, de debate da política da infância, independentemente se é a primeira, se é a segunda, se é o jovem, o adolescente. E aí me parece que nós estamos falando aqui desde a manhã com todos os expositores que ocorreram em inúmeras discussões, foram dados em inúmeros passos e o Conanda ficou para um segundo momento. E em um governo democrático, o nosso presidente Lula, com quem estive só a semana passada duas vezes, quando ele assinou o plano de educação inclusiva e o plano de viver sem limites, do qual falamos rapidamente aqui na última reunião. Estivemos lá também com o Ministro de Flávio Dino. Tenho ouvido a comunidade, a sociedade de uma forma ampla, de uma forma democrática, mas é importante entender que é esse conselho aqui que une paritariamente governo e sociedade civil. Sociedade civil que passou por um escrutínio, que foi eleita em um processo público, em um edital, que aqui reúne diversos saberes de etnias, populações, territórios, raças, religiosidades, especificidades físicas, psicológicas, dentre outros. Então é importante aqui não é medir força, quem tem mais ou quem tem menos força, mas que essas diversas instâncias. Quando forem tratar das questões transversais, de fato, façam valer o nada sobre nós sem nós, trazendo as crianças e adolescentes do CPA, trazendo as entidades de pessoas com deficiência, as entidades da população quilombola, dentre outras, para que esse assunto, de fato, para que essas avaliações se tornem, de fato, amplas, potentes, que além de democráticas, sejam também potentes quanto a sua forma, quanto as suas discussões. Você citou aqui algumas vezes, nosso grupo, o Conselho tem empresários, e eu entendo como sociólogo o papel do empresariado, mas veja, a política da criança e adolescente, da infância, é política de Estado. Então é importante que os empresários participem, que os diversos segmentos da sociedade participem, continuemos a preservá-la enquanto política de Estado. E enquanto o Conanda estiver em vigência, é o Conanda a instância maior, sem prejuízo de discussão com outros conselhos. Não é medir forças, mas sim juntar forças e no momento certo. É isso, presidente. Obrigado! A Conselheira Elisa primeiro, gostaria de agradecer a sua apresentação Rosely. Gostaria de retomar algumas falas do Renato em relação à juventude negra. Mas talvez gostaria aqui de falar das meninas negras. E o quanto a gravidez na adolescência diminui a expectativa de vida das crianças. Estou aqui medindo as minhas palavras espero não terminar essa fala que é

alvejada de críticas, mas é abaixo dos 14 anos tem o direito legalizado ao aborto né porque é uma faixa etária ou qual a continuidade da gestação pode prejudicar a vida. Então, a gente tem que pensar isso como um direito essencial, porque, de novo, estou aqui pensando, de novo, a gente está em tempos de um estatuto do Nascituro. E não pensa que essa menina abaixo de 14 anos quer brincar de boneca, que ela tem direito à infância dela. Pensar nessa questão, na gravidez na adolescência e que a educação sexual e a acompanhada do planejamento familiar também vai reincidir na melhor qualidade de vida da primeira infância. Tem algumas coisas assim como a água. A água é incipiente, ela é inodora e é transparente, mas ela é essencial à vida. E a criança na primeira infância é 80% água. Então, eu estou aqui tentando falar sobre saneamento básico, as políticas públicas. Então, talvez o saneamento básico que não chegue ao quilombo termine aí nessa mortalidade infantil. Às vezes uma fala do Renato que não parece, nossa, você está falando da juventude negra, mas a juventude negra ela é a mais alvejada, sexualizada, erotizada, enfim, as meninas elas são postas num lugar de objeto e muitas vezes pelos homens brancos como um lugar escatológico de satisfazer alguma coisa. Desculpa falar dessa forma, mil desculpas. Eu acho que as mulheres pretas têm que de alguma forma serem ressaltadas. Então como que vai estar na primeira infância incluir o planejamento familiar e incluir essa idade da genitora, de quem gesta? Porque com a maior idade, quanto mais escolaridade e quanto maior idade, melhor é a qualidade de vida dessa primeira infância. E a educação sexual não é ensinar a fazer sexo. Mas ensinar inclusive se proteger desses aliciadores, não sei. Como está se dando isso, pensando isso? Só uma pergunta. O adolescente William Eleotério: Complementando a fala de alguns conselheiros sobre a participação de adolescentes nesse âmbito, nesse conselho propriamente no GT. Mesmo que o GT fale somente da primeira infância de 0 a 6 anos, mas é importante que os adolescentes também estejam nessa discussão dialogando com os demais conselheiros porque sempre estamos aqui pontuando, nada para nós sem nós. E nós, além de sermos representantes dos adolescentes do Brasil, somos também representantes das crianças e dos adolescentes, no âmbito do Conanda. Então é importante também que os adolescentes do CPA estejam também integrados nessa discussão, porque sempre trazemos aqui para o Conanda há muito tempo e até hoje, a frase nada para nós sem nós e que muitas das vezes fica somente em uma pequena fala, não leva para a próxima. Diante de tudo que foi dito aqui, eu estou tentando fazer um exercício de lógica, tentando mesmo que assim, se nós pensarmos que nós construímos essa possibilidade de um novo governo democrático e que a infância brasileira corresponde a mais de 30% da população geral e que a pobreza atinge a infância de uma maneira muito mais forte do que os próprios adultos, talvez nós tivéssemos que fazer um exercício lógico de como é que o Conanda e o Conselho poderiam trabalhar junto ao presidente Lula para que a gente colocasse a prioridade da infância que já está no ECA em prática. Porque na hora que a gente faz o recorte, o recorte pode ser uma grande estratégia para se chegar em todas as crianças. Mas veja, quando a gente fala assim, o fato de a gente ter muitas mortes infantis, entre 0 e 6 anos de idade, se dá por uma série de fatores, inclusive a questão do saneamento básico, da fome que voltou, das violências que são cometidas. Se a gente estende isso até os 12 anos, nós temos um percentual ainda maior. A faixa etária dos 6, saindo dos 6 até os 12, é a faixa etária que aparentemente não tem um olhar. Então, gostaria de lamentar que talvez a grande saída para toda essa discussão, se a gente pode valorizar a possibilidade de o Conanda trazer demandas até para o conselho a respeito da infância como um todo. Não existe um GT da primeira infância? Existe. O Conanda deveria estar lá certamente. Mas isso não basta. Eu acho que talvez o que nós precisássemos nos perguntar, até para que o presidente Lula possa ter essa visão, é que nós temos que colocar como prioridade a infância brasileira. Então dentro da infância brasileira nós já temos um trabalho, um trabalho meritório, um trabalho de muito boa qualidade, um trabalho de excelência a respeito da primeira infância. O que nós temos que fazer para haver mais infância e adolescência? Que demanda a gente poderia nos colocar no sentido de que esse governo consiga ter um olhar e aproveite toda a janela de profundidade em relação à primeira infância? Que está feito com Conanda ou sem Conanda? Mas que existe toda a infância aí para ser vista, toda a adolescência aí para ser trabalhada. Eu vou dar só um exemplo. Se nós pegarmos aqui as medidas de proteção e as medidas de sócio educativas, e formos ver os egressos desses sistemas, nós vamos ter um número imenso de adolescentes que não tem nenhum tipo de política pública após sair as instituições. Que não tem nem como voltar para a família, não tem a possibilidade da família adotiva, tem possibilidade da saída pela maioridade, sem nenhum tipo de apoio governamental. Nenhum. Então existem urgências e emergências e prioridades que precisariam estar sendo demonstradas, indicadas. Talvez pelo Conanda, junto ao conselho, junto ao presidente da república, já que é ele que decide a partir do que ele ouve, das resoluções, das recomendações, meu querido. Porque o que eu acho que não poderíamos desperdiçar é o esforço civilizatório que esse país fez para ter os conselhos como lugares da democracia participativa. Então, é mais do que uma reivindicação, é uma observação. Nós temos instâncias de participação e construção participativa. No Canal 7, nós achamos que estamos no início do governo, no primeiro ano do governo, a gente sabe quem é o Congresso Nacional, sabe quais são as forças que estão em luta nesse país. Mas então nós temos que valorizar os espaços onde as ações estão sendo realizadas, são feitas. Talvez a gente precise pautar melhor o Conanda, porque é que essas forças que o Conanda concorde, cheguem aonde precisa chegar. Nesse sentido, acho muito bom que você esteja aqui e agradeço a sua presença, porque a partir disso nós podemos caminhar juntos. A partir dessa, por exemplo, é tão assim como o Região Autônoma de Meio Autônomo. Então, não se trata de ser contra, mas se trata de dizer, não basta. Então, se não basta, o que nós vamos fazer além? Que é o GT? Rosely - Edmundo, vou mandar o nome dos nossos conselheiros que fazem parte do GT de primeira infância, são 35 hoje. Então, a gente tem todo o prazer de convidá-los para nossas reuniões, como que funciona o GT. Dentro da lógica do funcionamento, a gente faz o plano de ação do GT, que fizemos no GT, como eu falei, em várias ações e iniciativas planejadas, como teve o seminário em Recife. A gente chamou de imersões esse conhecimento das iniciativas subnacionais que fomos visitar. Tivemos algumas apresentações de algumas pesquisas realizadas pela sociedade civil. Ouvimos, na verdade, a Secretaria Executiva ouviu algumas entidades governamentais que tratam de primeira infância e agora a gente está começando a conversar com algumas entidades. Tentamos falar com o Cláudio muitas vezes, mas assim, temos todo prazer de marcar uma reunião de vocês que estão presentes, talvez para vocês apresentarem o que vocês têm feito nessa linha de primeira infância, considerando que é um recorte que foi dado pelos conselheiros. Então, assim, eu peço desculpas, porque eu acho, eu compreendo toda a dimensão da criança como todo, que é o conselho da criança adolescente, mas esse foi o recorte que os conselheiros deram dentro do conselho, até seis anos. Então, assim, a gente pode marcar esse, essa reunião conjunta, entre os conselheiros do conselho e vocês. Não tem problema nenhum, a gente pode conversar com eles sobre isso. E essa questão do descontingenciamento do fundo da criança e adolescente é uma informação que nós não tínhamos. Acho que é fundamental tratar dessa questão junto ao GT de primeira infância. É uma oportunidade de mostrar como a gente tem dinheiro represado, que temos necessidades de iniciativas para serem realizadas junto às crianças e adolescentes. Então, com certeza, eu vou levar essa informação junto ao GT, para que a gente possa rastrear as possibilidades de descontingenciar isso. O senhor Beto, que falou sobre as questões da natureza, da composição e atribuição do Conanda, sem dúvida isso é fundamental. Acho que você utilizou juntar forças, eu acho que é

isso que é o espírito que temos no Conselho. Foi uma opção do governo federal ter essa instância de conselheiros múltiplos e de diversas temáticas. Então, como eu falei, as temáticas variam de acordo com os conselheiros. Coincidiu essa temática ser uma temática de Conanda, por exemplo? Só para vocês terem uma noção. A gente teve uma temática de um GT, que é combate à fome. Quando nós fomos conversar com o conselho de alimentação, é o CONSAD, não lembro, de alimentação, teve uma divergência, então a gente está articulando novamente para discutir conjuntamente. Eles não aceitaram o conselho discutir o que eles têm que discutir, que eles são os guardiões dessa temática, mas a gente até discutiu isso internamente. A gente acha importante ver outras vozes dentro, não dentro da Comissão de Alimentação, mas trazer novos elementos para a discussão. Então eu acho que essa é a questão. A gente ter outros lugares, outras dimensões de discussão dentro dos conselhos já estabelecidos. Não é tomar o poder desse conselho, mas trazer outros elementos, trazer outras vozes dentro dos conselhos já estabelecidos. Acho que essa é uma lógica do conselho. Então assim, com certeza a gente estar de mãos dadas com o Conanda para não repetir ações já feitas. Acho que isso é um desperdício de recursos, tanto humanos como recursos financeiros, às vezes. Então, estamos aqui para juntar forças mesmo. Sobre a questão das meninas negras, acho que a questão já saiu, mas, enfim... Está voltando. Essa é uma preocupação que temos e que eu estou respondendo, Elisa, essa é uma discussão que está posta dentro do nosso GT, o cuidar de quem cuida, e a gente fez um contato junto com o MDS, que fez atualização da política nacional de cuidados. Então isso está colocado dentro da política de primeira infância também, porque a primeira infância praticamente é cuidado. Quem cuida dessa criança? É mãe, a instituição, é a creche, a avó, a avó. E aí tem esse recorte de preocupação dos cuidados. E a questão de gravidez na adolescência também está sendo colocada como um prazer e como um preventivo. A gente evitar que tenha essa gravidez e isso passa pelo sistema educacional de educação sexual, que durante quatro anos foram tentativas imensas de serem retiradas do currículo. Então acho que isso tem que retomar de forma como direito à informação, direito à questão de se cuidar, como um autocuidado. Então assim, com certeza a gente tem feito esse recorte das crianças que não têm chegado à política pública. Normalmente são essas crianças que estão em vulnerabilidade em territórios de quilombolas, de regiões indígenas, de regiões mais vulneráveis e é onde a gente tem que dar maior cuidado nessa política de cuidados e de apoio a essas famílias. Então uma coisa bem específica que a gente tem trabalhado é a questão do vínculo familiar. Acho que essa é uma questão importante. Complementar que é questão de horas que uma diarreia leva uma criança embora. Se você for para a região de mineração, mas assim, a água e a idade do cuidador influenciando a qualidade de vida dessa criança, a escolaridade, o planejamento. Então, eu acho que eu aqui endosso as palavras da professora Daisy, que a gente tem que tratar a infância como um todo. E até a adolescência, porque essas adolescentes estão se tornando mães. E, às vezes, tendo a sua maternidade limada. É um pedaço da gente. E te tirar na adolescência o seu filho, o Estado tirar de você. Sim, essas são preocupações super pertinentes. Essa questão do saneamento está sendo tratada no âmbito da Câmara de Combate à Desigualdade como uma ação estruturante de melhoria da qualidade de vida das regiões. Então, são complementares com certeza. Então essa questão dos vínculos e apoio familiar está presente na política da primeira infância com certeza. William que falou sobre a questão dos jovens. Então no caso do Conselho a gente tem a representatividade da Uni e tem da UBS também, que são dos estudantes de ensino médio e do ensino superior. Eles não estão no GT, como foi a escolha dessas pessoas se inserirem nos temas? Foi por adesão. Então nós vamos dizer, por favor, escolham as temáticas que vocês querem discutir. Até três. Então os próprios conselheiros se inscreveram nas temáticas. Então essas 35 pessoas que estão na temática de primeira infância, foi uma alta espontânea, auto escolha, não é uma auto escolha. Então, infelizmente, não temos nenhum jovem no GT. Você tem razão, acho que seria um olhar diferenciado para essa temática. Eu acho que isso enriqueceria bastante o debate. E assim, com certeza vamos fazer essa dinâmica de trazer o Conan junto com os conselheiros da Primeira Infância para fazer esse debate. E por fim, a Daisy, desculpa. Além da primeira infância, se ampliar esse olhar para as infâncias e adolescentes acho que é fundamental. Mas como eu já falei, foi um recorte que os conselheiros deram, de fato, isso muito ao que eu tenho visto. A sociedade civil trabalhou muito isso nos municípios durante a pandemia. Com certeza ouviram falar da Fundação Maria Cecília Vidigal. Ela tem trazido muitos insumos para nós em termos de estudos, indicadores e experiências que elas têm dado como consultoria, há muito tempo trabalhando nessa área. Faz 17 anos que a Fundação escolheu a primeira infância como tema de suas ações. Então ela tem trabalhado junto com o GT também, nessas caminhadas aí, pelos estudos que a gente tem feito, ela está por trás de muitas dessas, desse trabalho aí de primeira infância, como a Fundação, Instituto Alana também. Enfim, a sociedade civil tem tido um papel de trabalhar onde o Estado tem falhado também. Isso é um trabalho interessante que o Brasil tem que aprender a viver ou trabalhar em conjunto, tanto na iniciativa privada como com a sociedade civil. Acho que o nosso conselheiro Beto tem razão, é uma política de Estado, acho que desde educação e apoio de assistência social, é uma política de Estado. O Estado tem o dever de contribuir para o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes, mas a gente não pode se furtar de trabalhar em conjunto com pessoas que têm se dedicado a essas temáticas. Eu tenho falado que a gente tem que unir esforços de cooperação, de colaboração, e isso tanto da sociedade civil, como da iniciativa privada, como interfederativo e intersetorial. É um desafio grande trabalhar em conjunto. Sabemos que a nossa esplanada é feita de feudos. Cada ministério é um feudo e é difícil, às vezes, cada um quer puxar sardinha para o seu lado. Isso complica um pouco quando a gente tem que trazer uma política integrada. E o sucesso dessa política é a própria integração. O setor não enxerga isso. É uma pena. A gente tem que trabalhar essa cultura de trabalhar cooperativamente. Isso é um desafio que o Brasil tem aí pelos próximos anos. E o Lula tem um olhar dessa magnitude no combate à desigualdade. Ele tem dito isso tanto nacionalmente como internacionalmente. Nós vamos assumir agora de primeiro o G20. Uma das pautas é o combate à desigualdade. Então, temos que dar soluções nesse sentido. Digo nós, tanto como servidores públicos, mas como o conselho, como os conselheiros têm que ter isso em mente. Precisa dar soluções factíveis para como combater essa desigualdade que é histórica, que a gente sabe onde estão, onde deve chegar à política pública, mas a gente não consegue chegar de forma efetiva. Então a gente tem que trabalhar nesse sentido de favorecer que nós consigamos aqui no governo federal dar mão para o estado, dar mão para os municípios e trabalhar em conjunto. Esse é o nosso desafio no Conselho. Estamos à disposição para trabalhar para que a gente coloque conselheiros do Conselho e do Conanda num debate em curto prazo. Obrigada. O presidente Claudio Augusto Vieira da Silva passa a palavra para agradecimentos finais. lvânia. Obrigada. É uma oportunidade realmente incrível. Eu gostaria de trazer uma sugestão porque eu imaginei todas as falas, na verdade, a gente fala da dificuldade de implementação. E já que eu acho que hoje teríamos reuniões de conexões, conselho, pacto, se seria possível também unirmos forças, até pelo trabalho que está sendo feito com o conselho, para mapearmos também a capacidade instalada para implementação das políticas públicas. Porque na minha experiência, eu também trabalho nessa área desde 99, na infância como um todo, eu acho que, Dayse falou, a gente viu isso no Judiciário. Por exemplo, para a política Judiciária o primeiro eixo é a estruturação das equipes, das varas que a gente corre o risco de fazer uma ótima política, um ótimo plano, qualquer coisa maravilhosa, mas não vai também mudar a realidade porque não existem os equipamentos e

as equipes. E eu nunca vi isso no Brasil. Eu acho que só seria possível se todos os uníssemos para mapear realmente qual é o número de CRAS, CRES, UBS, vários da infância, não só vários da infância, equipes proporcionais ao número de crianças, adolescentes, famílias para serem atendidos. Porque aí a gente realmente vai dar condições de implementação. Obrigado! A vice-presidente Marina. Eu quero agradecer a presença e participação aqui no Conanda, que essas proposições a gente possa levar adiante e sermos grandes parceiras na política da infância, como um todo, conforme foi explanado aqui desde cedo. Obrigada que a gente possa continuar dialogando, não só nessa agenda, nessa pauta, mas em todas as outras que forem importantes e necessárias. O presidente Cláudio Augusto Vieira da Silva também faz os agradecimentos. Agradeço desde amanhã com o Vital, o Carol, depois Ivânia e Rosely. As agendas são difíceis. Olha, eu vejo aqui para encaminhar para a nossa reflexão, nós ainda temos o dia de amanhã. Para poder esclarecer melhor para nós isso, acho que abriu-se uma grande janela aqui. Tivemos aqui hoje UNICEF, tivemos aqui a Rede da Primeira Infância, tivemos aqui o Sistema de Justiça e tivemos aqui uma representação do núcleo de governo do Executivo e está tentando articular uma ação em torno disso. Eu acho que é a tarefa nossa toda, já que eu estou entendendo que todas essas presenças aqui, além de discutir um plano, que é um plano nacional, que nós já discutimos internamente do Conanda, que é nossa responsabilidade dar conta política desse plano nacional, que é o plano de atendimento da primeira infância. E nós não vamos eliminar nenhuma outra faixa etária, mas as dinâmicas, historicamente, foram diferentes e elas hoje se encontraram num espaço institucional. Já tinham se encontrado na vida, nas formulações, mas hoje nos encontramos institucionalmente. Isso é um ganho. Ouvir que vou falar dele e a Ivania não pode dizer que eu vou falar mal dele, está, Ivania? Ouvir um juiz que é nosso amigo dizer que opta pela democracia por ouvir, isso é um ganho. Vim aqui uma articulação federal de um governo, de uma escolha, de uma forma de governar e dizer que queremos estar juntos, isso é um ganho. O UNICEF colocar o que ele já tem de trabalho, o UNICEF atinge metade dos municípios do Brasil. E colocar isso à nossa disposição também para esse entendimento e diálogo, porque nós temos muitas coisas para fazer. Tem isso que a Ivania levantou agora, que são dados que nós já temos. E eu vi aqui da Rede da Primeira Infância, que foi protagonista, que protagonizou isso não sozinha, mas conseguiu dar força ao matemático. O Edmundo já fez uma proposta. Eu acho que nós, todos nós, essas instituições que estão aqui, não só as instituições conselheiras do Conanda, as instituições parceiras que estão aqui, nós temos uma tarefa de nos ajustarmos. O Conanda precisa dessa força e essas forças necessitam da institucionalização do Conanda que é dada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Então eu vejo que isso abriu uma grande janela. É o ano que vem, nós temos, se não me engano, a gente contou aquele dia, são cinco planos nacionais que vão estar transitando por aqui, cinco ou seis, talvez seis. Então é uma tarefa nossa. E isso é uma oportunidade bastante rara de num espaço tão curto de tempo poder propor estruturação de políticas. Estruturação de políticas. Agora, cada uma está num momento. A social educação está num momento. A primeira infância está num momento. A assistência social está revisando toda a sua forma de atuação. O plano de convivência familiar e comunitária que também está nosso aqui, está em outro momento. O plano de erradicação do trabalho infantil está sendo retomado pelo ministro de trabalho e nós estamos em conjunto. Enfim, eu acho que eu encaminho com vocês, conselheiras e conselheiros, a gente refletir. Uma noite é bom para a gente dar uma refletida. Tem uma oferta rica aqui e nós temos que ser suficientemente inteligentes para nos reforçarmos. Aqui veio o Conselho Nacional de Justiça para dizer assim, eu preciso de estar junto. O Conanda disse o tempo todo aqui, eu quero estar junto. Então a rede com a Primeira infância da mesma forma e o próprio UNICEF da mesma maneira. Então é nós nos organizarmos enquanto conselho, talvez a forma que nós temos hoje não dê conta, porque o GT tem 180 dias, ele tem 180 dias. A justiça tem um outro tempo de arrumação ali dentro da justiça. O comando da justiça mudou agora e ele tem um prazo. A rede da primeira infância tem uma dinâmica própria, ele está apontando para revisão do plano, para implantação de planos municipais, locais etc. Tem uma outra dinâmica. E o Conanda tem uma outra dinâmica de funcionamento. E nós temos que ver se essa dinâmica de funcionamento nossa consegue se adequar a essas velocidades distintas que nós temos aqui, que vão produzir política. E nós queremos que o Conanda esteja nisso. É o que todo mundo quer. Então eu faço esse encaminhamento, que na verdade é um não-encaminhamento. Vamos pensar. O nosso funcionamento dá conta disso. E amanhã a gente se entende enquanto isso, dizendo aqui, agradecendo Roseli, Vital, Ivânia e a Carol, do UNICEF. Eu acho que nós podemos dizer, nós vamos estar juntos nisso. Nós vamos estar juntos nisso porque é nossa missão, de todos nós. É nossa obrigação e aquilo que a gente quer fazer junto com adolescentes, junto com outras organizações que não estão aqui. Os ministérios todos que estão aqui de uma forma direta ou indireta, eles já estão envolvidos, mas enquanto o Conanda também. Então, aceitamos o convite de todos vocês, e vocês todos estão convidados de estarem aqui. E eu creio que não tem nenhuma burocracia ou dificuldade de a gente rediscutir isso aqui, aperfeiçoar nas plenárias do Conanda, quantas vezes foram necessárias, porque é isso que o Conanda ainda precisa, discutir política e produzir política pública. Podemos encaminhar dessa forma? Pode ser. E aí, assim que definir isso, a gente vai fazendo contato com cada uma dessas instituições que tiveram aqui. Lembrando isso, gente, aqui não estiveram pessoas fazendo um debate de uma política, aqui tiveram instituições. Aqui tiveram movimentos que já estão acontecendo tanto do ponto de vista político, quanto do ponto de vista do atendimento político da criança na ponta. Então, isso é muito importante porque isso está produzindo vida e está deixando de produzir, ou impedindo de produzir morte lá na ponta. Podemos encaminhar dessa forma. Muito obrigado, boa noite para nós pensarmos e amanhã às 9h.

29/11/2023 – Abertura da Reunião Plenária da 320ª Assembleia do Conanda: O Presidente do Conanda deu início à reunião fazendo uma breve recapitulação de alguns assuntos aleatórios referentes ao dia anterior, logo após submete a ata da 319ª Assembleia do colegiado para a aprovação do pleno, mas antes pergunta se há alguma ressalva sobre a ata por parte dos presentes. Como não houve objeções, a ata foi aprovada por unanimidade, então o presidente Cláudio Augusto Vieira da Silva, passa a palavra para a secretária executiva do Conanda, Laurenice Alves Castro, que ao se apresentar expõe sua autodescrição “Eu sou uma pessoa parda, cabelos longos, estou vestindo uma blusa azul marinho e uma calça preta, uso óculos.” Após sua autodescrição, iniciou os informes da secretaria executiva do colegiado: Agenda do Conanda nos meses de outubro e novembro, Reunião da CONAETI dia 30 de novembro, tendo o Conanda sido representado pelas conselheiras; Rozangela e conselheira Marta de modo virtual. Workshop de construção de diretrizes de políticas nacionais de fomento, de colaboração e cooperação no dia 22 de novembro, tendo sido o Conanda representado pelo coordenador de apoio Carlos Henrique, audiência pública na comissão de direitos humanos, minorias, igualdade racial, dia 22 de novembro, tendo como pauta a orfandade e o Conanda foi representado pela vice-presidente; Marina de Pol, reunião das altas autoridades sobre os direitos humanos, tendo o Conanda sido representado pelo presidente Cláudio Augusto, pela vice presidente Marina de Pol e pela secretária executiva do Conanda, lançamento da campanha nacional dos direitos humanos do sistema de conceito de psicologia, dia 23 e o Conanda foi representado pela vice-presidente Marina de Pol. Documentos encaminhados por deliberação da mesa diretora; Reunião do conselho Estadual – CONDECA e GT SINASE, reunião aconteceu dia 17 e o GT foi atendido pelo conselheiro Antônio Jorge do CONDECA, convite para a participação da abertura na reunião do FONACRIAD, o presidente Cláudio

participou desta agenda virtualmente por ser no mesmo dia da RAADH, ofício para a secretaria de participação para o workshop no Maranhão, eles solicitaram apoio do Conanda para a compra das passagens para a conferência no ano que vem, essa agenda foi atendida pelo presidente Cláudio e pela secretária executiva Laurenice foi dado as orientações referente as passagens para a conferência no ano que vem, ofícios encaminhados a pedido das comissões: CDHAP deliberou por convidar a ABRAMING, que participou com representação na última assembleia, a CPP encaminhou o convite para a participação nas ultimas comissões para a OAB, para a Justiça Global e para o Centro de Defesa de Direitos para o Adolescente. A Monique Cruz estava na reunião da CPP e a Lady Laura, a CPP também deliberou convite para o senhor Luiz Felipe, secretário de inspeção do trabalho, para a senhora Luiza Carvalho, coordenadora Nacional do Combate ao Trabalho Infantil da Coo-infância e para o senhor João Vitor do Ministério do Trabalho. Alterações desde o último mês do conselho, nós recebemos um ofício do Ministério do Planejamento, indicando o senhor Marcelo Aguiar para a substituição da Daniela que tinha se tornado suplente desde a última assembleia. Finalizado os informes da secretaria executiva, a secretária executiva passa a palavra para a conselheira Daisy, para que ela relate sobre sua participação no evento Terra dos Homens. Em posse da palavra, a conselheira relata que o evento ocorreu no Rio de Janeiro, que foi de âmbito internacional promovido pela Terra dos Homens em parceria com o Tribunal Regional daquele Estado. Antes de anunciar a pauta, a conselheira enfatizou que ela deveria ser também pauta do colegiado em alguns outros encontros e anunciando disse que a pauta foi a respeito de uma política de atendimento às famílias extensas ou ampliada. Continuou o relato discorrendo sobre a discussão da matéria em questão, e falou sobre a representação de experiências de vários países tal como de algumas regiões do Brasil, tendo como proposta uma política pública nova que ficará tipificada na consulta que vai acontecer sobre a tipificação sobre os serviços socioassistenciais enfatizando a importância do posicionamento do Conanda. Falou ainda da presença de outros conselheiros citando a Débora e se colocou à disposição para elaborar um resumo caso haja necessidade. A conselheira Ana Angélica tomou a palavra para registrar também a sua participação no evento em representação ao MDS e retificou a fala da conselheira que a antecedeu, explicando que no final o mais importante era ter um programa que qualificasse e apoiasse serviços de diversos níveis de complexidade de forma a se adaptar também a realidade da diversidade dos Municípios, mas ainda está em fase de discussão e aprimoramento da moção para ser encaminhado ao Conanda e se dispôs a participar dessa discursão já que também está sendo discutido no MDS e está participando desde o ano passado da articulação dessa pauta junto com a Terra dos Homens e atores internacionais, complementou falando que cuidar de uma família extensa será um tema de suma importância na atualização do plano nacional de convivência familiar e comunitária, no eixo de prevenção e de reintegração a família de origem, que o plano no início do próximo ano será submetido ao conselho podendo o tema ser tratado em sua atualização. O presidente Cláudio retomou a palavra se dirigindo a conselheira Dayse, disse que se ela se dispões ele acha interessante a elaboração de um relatório para distribuir aos demais conselheiros(as) e que posteriormente poderiam marcar uma discussão, tendo esse relatório como rumo, e com a concordância da conselheira, passou a fala para a vice-presidente Marina de Pol. Com a palavra, a vice-presidente pontuou algumas coisas importantes como sua participação e a do representante na reunião da RAADH na semana anterior, e agradeceu especialmente ao Secretário Cláudio por sua destacada representação Brasileira na referida reunião que compartilhará ainda com a presença do Comitê de Participação de Adolescentes no Conanda – CPA, que expôs um pouco da experiência do CPA no Brasil e todo o processo de participação dos adolescentes e que foi de fato “uma experiência bastante interessante e incrível”. Neste momento o secretário Cláudio passa a palavra para a leitura dos informes e comunicação do CPA. Com a palavra, o representante do CPA, complementando a fala da vice-presidente Marina, informou que foi de forma efetiva a participação dos adolescentes que representam o CPA no NIÑOSUR dentro da RAADH, que houve a devolutiva de todo o trabalho que houve na comissão, que com isso ficou notória a necessidade mais uma vez da participação de adolescentes nesse anos não só para o Brasil, mas para os países que compõem o Mercosul, pois o Brasil na questão da participação de adolescentes, tem mostrado para outros países que não tem ainda essa representação assegurada, a importância de ter, pois a sociedade ainda tem um grande tabu, quando se fala da participação de adolescentes. A palavra foi passada para o representante do CPA do Estado de Mato Grosso, que após suas considerações iniciais, enfatizou a importância fundamental de seu papel como representante, de defender e acatar os direitos das crianças e adolescentes, garantindo a proteção, a educação de qualidade e a oportunidade de desenvolvimento e crescimento pleno. E continuou dizendo que só terão um futuro próspero e promissor, se as vozes forem ouvidas e serem atendidas em suas propostas feitas nas conferencias Municipais e Estaduais, e que juntos podem construir u mundo melhor com a inclusão de crianças e adolescentes nos espaços de participação, pois em muitas vezes eles são excluídos dos espaços de participação onde o “adulto centrismo” toma conta, que todavia estão aqui para fazer com que isso mude e passem a incluir as crianças e adolescentes nos espaços de participação que é o que fará a total diferença. Continuou falando que os adolescentes desempenham um papel fundamental no Conanda e que fez uma pergunta para os companheiros “quem melhor que os adolescentes que saibam o que adolescentes sentem na pele e que vive a realidade de adolescente a cada dia?” e que estão aqui para garantir que as vozes sejam ouvidas e a participação de crianças e adolescentes é fundamental para o desenvolvimento social e intelectual e para que tenham uma sociedade justa e inclusiva e não exclusiva, pois buscam a inclusão e não o contrário e com isso promover também o empoderamento, estimular a criatividade e contribuir para a formação de cidadãos responsáveis e conscientes sendo assim que farão total diferença, com a inclusão e não exclusão. Retomando a fala, o adolescente que antecedeu o representante do Mato Grosso, continuou falando sobre a importância de ter a representação de adolescentes em diversos espaços e não somente no Conanda, mas em todos os espaços que falam sobre a criança e ao adolescente e listou exemplos como: CNE e CNAS, precisando garantir a participação de adolescentes em todos os ângulos pois “nada para nós, sem nós”. Trouxe ainda uma reflexão para os conselheiros(as) que, em todas as assembleias os adolescentes trazem pautas a serem discutidas, dentre elas a do mês de julho, fizeram um apanhado de tudo aquilo que já haviam trazido para o Conanda tal como algumas propostas que se forem olhar, a maioria dessas propostas só ficam no papel, e que precisam torna-las eficazes, pois não são propostas tiradas do nada, e sim elaboradas por meio de diálogos fortes baseados na busca do conhecimento sobre aquilo que é exposto nas reuniões pois o CPA tem a diversidade de idade, gênero, classe social e toda a diferença, por isso é de suma importância que todas as propostas que o CPA traz ao conhecimento do Conanda, seja efetivada pois o ECA garante a nossa participação. Falou também da necessidade da participação do Estados, que, alguns Estados indicam adolescentes para o CPA, mas não os acompanham e nem promovem suas participações dentro dos Estados e Municípios e CPA não se resume somente no Conanda, mas sua participação começa no nosso cotidiano por isso a necessidade de mobilização dos Municípios e os Estados para que essa participação seja efetiva. Com a palavra outro adolescente representante do CPA, que inicio com sua autodescrição “eu sou igual ao Gabriel, um adolescente de estatura mediana, tenho os cabelos pretos, com alguns fios brancos, estou uma camisa branca com preto e laranja, calça bege e tênis branco”. Então continuou, a presença das crianças

e dos adolescentes nos espaços públicos, também contribui para uma sociedade mais inclusiva e democrática, continuou dizendo que ao ouvir suas vozes e considerar suas necessidades estarão construindo uma sociedade que valoriza a diversidade e que buscam o bem estar de todas as crianças e adolescentes e que isso começa nos Municípios e vem para o Conanda, discorreu também sobre os avanços do CEDCA/AL, em momentos muito difíceis e resumiu as ações do citado órgão ante o CPA: Posse do CPA dia 18 de maio de 2023, primeiro encontro do CPA dia 20 de julho de 2023, solicitação por ofício ao municípios que tem representantes do CPA, para que seja garantida a participação de todos os adolescentes nas reuniões dos CEDCAS nas reuniões ordinárias e extraordinária e também a construção em coletivo de uma resolução de regulamentação do CPA no Estado, e finalizou sua fala. Com a palavra a representante do CPA, Camila do Estado de Minas Gerais, iniciando com sua autodescrição “hoje estou com a camisa preta com a hashtag, chega de trabalho infantil, uma calça clara e um sapato preto”. E continuou falando sobre a participação de adolescentes destacando a importância de as pessoas entenderem as suas propostas e as coloquem em ação e chancelou a fala do adolescente que a antecedeu sobre os debates prévios até chegarem a excelência de cada proposta e nem todas apresentadas ao Conanda são aprovadas. Falou ainda sobre a importância de escuta aos adolescentes e crianças tal como proporcionarem mais espaços para elas e que ninguém melhor para falar sobre as dificuldades de crianças e adolescentes do que elas próprias. Retomando a palavra, o presidente Cláudio fez questão de lembrar a todos que na próxima segunda - feira dia quatro de dezembro, vai estar sendo aberta a semana de comemoração da declaração universal dos direitos humanos e que será a área da criança e adolescente que fará a abertura e que quem puder estar em Brasília para prestigiar, o evento será na sede do Ministério às quatorze horas e haverá as chamadas entregas que são as apresentações, SIPIA- PPCAM, SIPIA-CT, uma publicação do PPCAM, a escola de conselhos e mais uma questão que estará sendo entregue na semana da declaração universal dos direitos humanos que é de muita importância e uma honra e será também transmitido pelo youtube, com a presença do Ministro Silvio Almeida e de outros Ministérios, que foram convidadas também as universidades parceiras da escola de conselhos e que é uma entrega da secretaria mas é evidente que o Conanda é sócio político nas escolas de conselhos, no PPCAM e que se o PPCAM não fechou nestes últimos anos foi por que esse conselho aportou recursos para que o funcionamento do PPCAM não ser interrompido e um projeto piloto que está sendo viabilizado o primeiro formato dele no Ceará que é sobre letramento racial por atendimento socioeducativo tanto para os adolescentes, quanto para os profissionais e enfatizou que a presença do Conanda é essencial nesse dia, nesse lançamento e nas entregas que a SNDCA está fazendo Ressaltou ainda a participação de seis adolescentes na RAAD de forma presencial, sendo quatro do Brasil, dois do Uruguai além de mais duas meninas do Equador e uma da Colômbia, disse ainda que é fundamental demarcar que nesse formato é só o Brasil que tem de, organização, todos os Estados, de representação dos Estados, metodologia, responsabilidade que é do Conanda, mas executado pela FLACS O, mas que a responsabilidade desta política é exclusiva do Conanda e é uma novidade essa forma organizada de participação, lembrou ainda que ontem foi para o lançamento da publicação do PPA que foi construído na secretaria de junho a agosto e discutido no Conanda e que tal publicação será distribuído para todos na assembleia de dezembro. Destacou que foi cumprido do PPA pela SNDCA/Conanda as escolas de conselhos ultrapassando a meta de 2024. Dito isso, o presidente seguiu para o terceiro ponto da pauta, apresentação sobre a alienação parental pelas pesquisadoras Camila Cardeal e Ludmila Ribeiro da universidade de Ottawa via remoto. Início da apresentação. Ao fim da apresentação, o presidente do Conanda agradeceu em nome do colegiado às apresentadoras e enfatizou a proximidade das instituições devido não somente a pauta em questão das relações interpessoais e familiares, mas também na pauta política dos tais costumes, falou ainda sobre ter várias ações a serem realizadas mais a frente e que a pesquisa vai ser de muita ajuda por acreditar nos indicadores apontados sobre a temática que envolvem a questão da violência contra as assunto em questão será uma frequência no colegiado, que não tem informações atualizadas de como está o PL na câmara. Tomando a palavra, uma participante que não se identificou pediu para fazer uma pequena consideração em relação a Lei 12318/2010, que não sabe qual a avaliação o Conanda tem enquanto colegiado da referida lei, mas sabe que quando a Lei foi sancionada em 2010, sobre o governo do Presidente Lula em seu segundo mandato, e chancelada por alguns ministros, e destacou o então o ministro de direitos humanos na época o senhor Paulo Vannuchi, elogiando sua gestão, que pesquisando no site da câmara federal que a referida lei teve origem a partir de um PL do ano de 2008, do Deputado Federal Regis Oliveira do PSC de São Paulo, continuou dizendo eu essa tramitação tem todo um procedimento e discussão e que os ministério são chamados a se pronunciar a respeito do que pensam, construindo um formulário de proposição legislativa que é comum aos Ministérios. Continuou dizendo que uma pesquisa científica que traz evidências científicas dos tribunais, ele diz achar que requer do colegiado uma posição e lembrou da visita que tiveram na reunião do dia anterior do sistema judiciário, o conselho nacional de justiça que se colocou disposto a dialogar com o Conanda não apenas sobre o tema da primeira infância, mas também sobre qualquer questão que o Conanda venha considerar importante e que o melhor a se fazer é aproveitar da boa vontade e disponibilidade dos representantes do CNJ e iniciar um diálogo com eles sugestão esta já posta pelas pesquisadoras durante a apresentação, a necessidade do CNJ tomar conhecimento dos problemas que acontecem. Tomando a palavra uma participante que não se identificou, relata a situação de algumas mulheres que tiveram seus filhos levados para a Holanda e tiveram que se abdicar da carreira como cantora por ser negra, e vive em um sótão se submetendo a trabalhos análogos a escravidão tendo contato com os filhos de modo escondido quinzenalmente e que os filhos tem que aceitar o abuso sexual por ser apenas um momento normal em suas vidas, destacou que o instituto brasileiro de direito das famílias prega que os abusos nos lares é um rito de iniciação sexual e disse que o ciclo de violência do abuso sexual infantil intrafamiliar tem que acabar e sugeriu a revogação da lei. Tomando a palavra o participante que a antecedeu pergunta o que deve ser feito então, ela insiste na revogação e ele responde que o colegiado não tem competência para proceder com a revogação de uma lei federal, e retomando a palavra a participante diz que pode recomendar a revogação, com a elucidação e os óbitos das crianças Joana, Lucas, da Mariá, da chacina de Campinas e de tantas pessoas assassinadas em prol dessa lei, e que a guarda compartilhada com agressores é inconcebível. A vice-presidente tomando a palavra explicou que o debate é de suma importância, mas tem que ser analisado dentro das competências do Conanda e destaca duas questões exposta que julgou mais importante; O processo de construção de uma resolução do Conanda que já está em curso e a outro é a sugestão dada pelo Erasto, que o Conanda abra um canal de diálogo com o CNJ. Continuou falando entender que o Conanda e todos os outros movimentos sociais e conselhos de classe que estão envolvidos nessa luta, tem suas limitações e que vai ser possível fazer resistência política nisso tudo a partir do lugar que o Conanda ocupa e da institucionalidade, frisou ainda que o colegiado vai se posicionar e recomendar e vai construir uma resolução que abarque o que a conselheira Dayse trouxe em sua fala da preocupação da escutas dessas crianças e adolescentes nesses processos de depoimentos especiais. Seguiu ainda dizendo que é possível sim encaminhar, que vai ser muito difícil essa luta que já vem desde dois mil e dez pela revogação, e que vai continuar o quanto for necessário, por ser uma luta de suma importância para a proteção de crianças, adolescente s e mulheres. Retomando a palavra o

presidente disse que fariam um indicativo, mas foi interrompido pelo Sr. Erasto para observar que não gostaria considerando a fala da colega, que restasse qualquer impressão que ele pessoalmente ou pela instituição representada por ele, no caso o Ministério da Educação, esteja contemporizando com violências contra mulheres e crianças, destacou ainda estar apenas fazendo uma análise de conjuntura política do momento político que estamos vivendo no país neste momento de uma pauta moral que nos atinge a todo momento e que está apenas sugerindo que o Conanda ao tomar a sua decisão, seja ela qual for que entre em negociação com o CNJ. Retomando a palavra o presidente do Conanda, continua sua fala de onde foi interrompido e diz que se trata de uma pauta permanente, que está no campo entre o que a lei se propunha, que se passou, que está se passando, está no campo do hoje, enfrentamento a violência, e que a SNDCA já se manifestou pela revogação e cabe ao Ministério e ao Conanda se manifestarem, e assim que for acertada uma agenda com o CNJ se possível na próxima assembleia e que precisa vir ainda o Juiz Ednaldo, não podendo ser outra representação do CNJ, pois tem que ser o juiz que responde pela área dentro do CNJ, não sendo possível em dezembro, vai se adequando o calendário tendo em vista de que não se tem notícias de que essa legislação que está propondo a revogação está em vias de ser apreciada pela câmara, e que esse debate será aprofundado e junto dele será trazido essas pesquisas como as apresentadas hoje e outras situações que infelizmente estamos constatando com a má utilização de uma ideia de se preservar a convivência familiar e comunitária, que está sendo transformadas por alguns e temos que olhar para a parte que está sendo vitimizada com isso. Em seguida passou a palavra para o conselheiro Edmundo para o início da relatoria da COF. Com a palavra o conselheiro inicia a relatoria informando a mudança da data da reunião da comissão do dia 20 de novembro, para o dia 23 de novembro e o motivo, continuando a relatoria o conselheiro anunciou a entrada de mais dois integrantes na comissão. O Conselheiro Marcelo como suplente e o conselheiro Renato substituindo a conselheira Célia que pediu afastamento, anunciou ainda a relatora Vitória que logo tomou a palavra iniciando sua autodescrição. “sou uma mulher preta, cabelos soubos cacheados e vestindo uma camiseta branca”, itens de pauta; Relato da comissão de seleção de projetos, remanejamento de valores no plano de aplicação, análise do PL 3443, conteúdo de estratégia para o novo PL, completar o PL 10433 do Eduardo Barbosa. Dito isso a relatora desenvolveu a leitura do relato. O conselheiro Renato compartilhou o relato da comissão de seleção de projetos, explicou que fizeram a análise do edital, que já tem a lista das entidades vencedoras, que o processo está com o prazo aberto para recursos, foi feita a análise idônea, a procura de todos os itens e houve empenho de todos para que o resultado fosse justo e adequado ao disposto no edital. Segundo item de pauta, remanejamento de valores do plano de aplicação, Laurenice compartilhou pedido de alteração de alguns valores pré-definidos do plano de aplicação, um desses valores é o destinado a universidade do Amazonas no valor de trezentos mil reais para efetuarem diagnóstico nacional de crianças e adolescentes de povos e comunidades tradicionais, mas que a universidade desistiu de elaborar o estudo e o recurso deverá ser realocado, que a SE/Conanda tinha solicitado seis milhões para a conferência nacional e o pregão foi concluído e empenhado com a economia de um valor de um milhão e trezentos mil reais que resultou no total, uma economia de um milhão e seiscentos mil reais, sugeriu que o valor de um milhão fosse alocado para as escolas de conselhos, e o restante para o PRODOC visando a realização da pesquisa de comunidade de povos tradicionais, explicou sobre a chegada de um documento a SE/Conanda informando que não será possível encontrar o processo para a licitação da compra de celulares e computadores para os integrantes do CPA, com a justificativa de que a área de licitações não terá tempo hábil para finalizar o processo ainda este ano e que ante isso será necessário também definir onde realocar esse recurso, o Edmundo informou que na plenária passada, foi falado que os computadores seriam adquiridos conforme a análise que foi feita no plano de aplicação na reunião passada da COF, a Laurenice informou que a problemática está na área de licitação do MDHC e que tudo o que estava ao alcance da SE/Conanda foi feito, aprovada a proposta de que sejam convocados a participarem da plenária para darem explicações, Renato questionou qual era o objetivo com a elaboração do diagnóstico nacional de crianças e adolescentes de povos e comunidades tradicionais, que é interessante definir bem o que se pretende com esse estudo, por se tratar de um assunto complexo e amplo, o Lacerda apoiou a sugestão de convocação da equipe de licitações para prestarem esclarecimentos, e chancelou a fala do conselheiro Renato acerca do diagnóstico e que o Conanda precisa discutir essa questão, a Elisabeth questionou como funciona o processo do pedido de licitação dos aparelhos do CPA e que é importante esclarecer aos adolescentes, para não gerar expectativas, foi explicado que o orçamento de dois mil e vinte e três era muito estreito e que o Conanda teve que se empenhar e discutir bastante como dar conta de todas as propostas com apenas nove milhões disponíveis no início do ano, sobre o diagnóstico nacional, deveria ser feito dentro da secretaria ou órgão responsável pela temática, a Amanda informou que existe uma secretaria própria desse assunto e sugeriu passar a demanda para a secretaria de políticas para quilombolas, povos e comunidades tradicionais de matrizes africanas, povos de terreiros e ciganos do ministério da igualdade racial para definirem os objetivos e ações sobre o diagnóstico, Edmundo sugeriu a realocação de parte dos recursos para a escola de conselhos e a outra parte para o PRODOC, enfatizou a necessidade de convocação dos responsáveis do setor de licitações para prestarem esclarecimentos, convidar a secretaria de políticas para quilombolas, povos e comunidades tradicionais de matrizes africanas, povos de terreiros e ciganos do ministério da igualdade racial para um debate junto a CPP para discutirem sobre o diagnóstico e pensarem nos planos para o ano que vem, deixar a análise do terceiro e quarto item para a próxima reunião da COF. Encaminhamentos: Realocação de parte do recurso para a escola de conselhos e parte para o PRODOC, convocação dos responsáveis do setor de licitação do MDHC, convidar a secretaria de políticas para quilombolas, povos e comunidades tradicionais de matrizes africanas, povos de terreiros e ciganos do ministério da igualdade racial para o debate, análise do PL, proposta de alteração do PL. O conselheiro Edmundo solicitou a retificação no valor de um milhão e seiscentos mil reais para menos, evitando implicação futura no plano de ação. Com a palavra a Laurenice explica que foi pedido pela CMF os seis milhões para a conferência e que o processo fechou em cinco milhões e duzentos mil reais e estaria sobrando oitocentos mil reais que estará sendo realocado para a escola de conselhos juntamente com outros recursos que seriam para pesquisas de trezentos mil reais, além disso foi realocado quinhentos mil reais que eram para investimento e abriu-se uma janela no ministério para transformar esse valor em custeio, sem a certeza da compra dos aparelhos para o CPA, solicitamos que fosse realocado esse valor em custeio para que não se perca nada, então o total dos valores indefinidos anteriormente é de, um milhão, seiscentos e trinta e três mil reais, ficando um milhão para a escola de conselhos e o restante para o PRODOC, para darmos continuidade na pesquisa dos povos tradicionais no próximo ano. E no próximo recurso, virá um valor para investimento novamente e temos a LOA de dois mil e vinte e quatro já pública no valor de dezessete milhões desse valor provavelmente dois milhões já virão com esse valor para custeio, então caberá a CMF, solicitar novamente para que no início a gente consiga fazer a compra dos aparelhos compra dos aparelhos e dando continuidade a licitação, todos os documentos da licitação se encontram na área de licitações prontos para a compra, o que ocorreu foi que eles informaram que não tinha previsão no PDTIC nos anos de dois mil e vinte e dois para dois mil e vinte e três e por isso não tinha como comprar agora, mas, já fizemos uma reunião, eu, o

chefe de gabinete da SNDCA e o Cláudio para inserir esse valor da compra dos aparelhos em dois mil e vinte e quatro logo no dia 1º de janeiro, a gente consiga reencaminhar a licitação. Então, essa discussão sobre os computadores, celular, já vem desde 2020, e sempre fica bolando, colocando empecilhos em licitações, burocracias, etc. Burocracias para aquisição desses equipamentos. Mas é importante checar que para a garantia e participação de todos os adolescentes precisa garantir esses equipamentos e falar que não vamos fazer como já está fazendo, ficar jogando mais para frente e mais uma gestão ficará sem essa garantia. Os conselheiros da gestão passada sabem como a árdua foi a luta para pelo menos ter a garantia dos celulares que não foi feita a compra também, por esses exercícios e que uma das primeiras demandas que o CPA dialogou com o Conanda nesse ano foi a compra, e até hoje não foi feita e vai ficar para o próximo ano, e que seja feita também essa interlocução da área de licitação do Ministério para que também venha dar uma prestação de contas para os adolescentes, porque todos já estavam interligados nessa discussão e todos já estavam esperando que fossem comprados esse ano e quando chega agora, mês de novembro, tivemos essa notícia que não será possível. Obrigado! A conselheira Amanda Anderson, Ministério da Previdência Social. Sou uma mulher loura com óculos gigantes, cabelo castanho, branco. Estou com vestido jeans hoje, extremamente sensual. A gente está em reunião, mas eu vou pedir para não estranhar agora essa próxima fala, mas chupa, Cláudio, de 1.300.000 foi para 1.600.000. Não vou estar em alta, mas enfim. Assim, só retornando o que eu já tinha dito, eu acho que a duas reuniões passadas desse pleno, que para a gente ter uma conversa interseccionalidade com o Ministério da Comunicação. O Ministério da Comunicação e a Polícia Federal, eles podem trabalhar com a doação para esses bens para essas crianças. Eu já tinha citado lá atrás, nas duas ou três reuniões atrás, volto e reitero agora, porque é para doação, porque no caso, quando a gente faz esse processo de citatório, a Laura explicou uma coisa bem específica para a gente. Acaba ficando na carga do servidor esses materiais, e não vai ser uma doação específica. Então a gente precisa também compreender que para doar pode contar com esses dois. O Ministério da Comunicação que tem esse projeto já, e como é para o CPA, a gente pode fazer diretamente para o CPA. E a Polícia Federal também tem esse tipo de doação dos bens apreendidos. E a gente pode, através do Conanda, fazer essa doação para o CPA. Só para lembrar, fazer constar, reiterar a minha solicitação de três milhões a dois. O conselheiro Renato Bonfim: Eu sou homem cisgênero, pardo, hoje estou totalmente de branco, às quarta-feira me recoloco dentro de África dizer que eu tenho 1,80 m, cabelos ligeiramente grisalhos, uso óculos e sou do segmento de povos e comunidades tradicionais de matriz africana. Saudar a cada uma e a cada um dos senhores e das senhoras, daqueles que estamos vendo pelo Facebook, YouTube e outros meios de comunicação. Saudar o CPA. Estou muito feliz de vocês estarem aqui conosco, William? Eu me compartilho bastante da sua fala em relação à compra de celulares, dos computadores, mas esse assunto realmente eu não sei o destino que vai ser tomado, tá parecendo novela mexicana, mas enfim, talvez surja aí a Amanda, a Amanda deu aí um encaminhamento já desde a outra não sei por que não foi encaminhado. Enfim, eu compartilho com essa insatisfação do CPA. Pedindo permissão para falar, presidente, espero não romper a barreira dos três minutos, mas caso isso aconteça, eu peço um pouquinho de compreensão a esse idoso, porque é assim, querem fazer coisas sem nós. Estou bastante inquieto desde a primeira vez quando foi colocado para esse colegiado o diagnóstico de povos e comunidades tradicionais. A forma como estão pensando e agindo é totalmente desconexa. Fazer uma pesquisa nacional com 300 mil reais como estava proposto na inicial via universidade é uma brincadeira. Então estou aqui bastante inquieto em saber qual o rumo que isso vai tomar quando a gente transfere o recurso e nós vamos aprovar. Vê o Edmundo, pode ficar tranquilo em relação à transferência de recursos para o PRODOC. E foi sugerido na COF que se faça uma reunião do Ministério da Igualdade Racial, que curti uma pauta exclusiva de povos e comunidades tradicionais de matriz africana, humanidades de terreiro, comunidades quilombolas. E aí vem a pergunta, qual é a comunidade que nós vamos fazer o diagnóstico? O Decreto 6040 e 227 reconhece 28 grupos. Qual é o grupo que nós vamos pesquisar? Que forma esse diagnóstico vai ser construído no olhar da academia? Nem pensar, não, tem que ser do olhar de quem sofre, de quem está lá na ponta, que são os terreiros, são os quilombolas, os marisqueiros, pescadores e por aí vai. Então é, e assim, o tema foi tratado, hoje a pessoa não está mais no Ministério ou não está mais na Secretaria, né, que era o professor Assis, que estava cuidando desta temática junto com a universidade e de repente dá uma explosão e se interrompe o processo, não se debate, não se discute. Então em respeito, presidente, já partindo por encerramento, nós estamos no mês da consciência negra. Primeiro então eu quero deixar aqui bem claro a minha total insatisfação da ausência do MEC. Não é a primeira vez que isso acontece nesse Conselho aqui, mas onde não foi debatido o tema que a gente queria debater é isso que eu quero dizer em relação a ontem me perdoe ontem o próprio presidente disse que o mérito estava ausente correto e nós não debatemos o tema que era para ser debatido então onde eu quero chegar nós estamos na semana da consciência negra terminamos o mês praticamente. Eu acho que não teremos tempo para trazer em pauta a luz da verdade, da discussão, do debate, da compreensão do que seria e o que o próprio Ministério está fazendo em relação ao combate ao racismo e à intolerância religiosa. Hoje de manhã saiu uma outra reportagem sobre a intolerância religiosa das comunidades de terreiro. Então eu estou realmente bastante insatisfeito porque parece que eu não cumpri ou não consegui cumprir com todo o respeito ao colega do MEC, a gente não conseguiu cumprir o nosso papel em defesa dos povos tradicionais. E eu termino fazendo a seguinte provocação, se vai para CPP a pauta do diagnóstico, nós precisamos ter o cuidado aqui, nós vamos convidar para debater o tema, pois é um tema muito importante que requer uma visão de mundo afrocêntrico, requer uma visão de mundo que tenha todo o carinho a respeito ao povo negro desse país. Então eu termino dizendo que precisamos avançar muito nesse aspecto, desse diagnóstico, porque nós temos muita coisa publicada, mas está muito solto, presidente. Eu acho que é um grande desafio seria a gente conseguir reunir essa documentação para saber o que foi feito, o que precisa fazer e aonde nós queremos chegar com essa proposta do diagnóstico. Obrigado! Mais alguma pergunta? Comissão? Só o assunto de comissão de orçamento. Obrigado. O presidente Cláudio Augusto Vieira da Silva informa que não temos coro qualificado para a votação e precisa dar uma segurada. Quero só te esclarecer o seguinte a secretária de educação é de educação básica Rita Coelho, comunicou que teve uma emergência e como secretário tem que ir e não tem escolha e ela teve que ir cumprir uma obrigação funcional que ela tem que, sobre o projeto, eu vou me aventurar aqui contigo, contigo não, com todos e todas. É do Conanda essa pesquisa, não é? Essa pesquisa? Então que o Conanda tome pulso dela. Terceirizou, perdeu o controle. Não sabe o que é, para que vai fazer, quem é que vai fazer. Então não aconteceu. E na tua avaliação, que eu acredito, não estava numa linha muito boa de participação, de organização, de forma de fazer uma pesquisa, de que olhar, de que ponto. Então, ela voltou, porque não teve condição de fazer a execução orçamentária. É uma chance e que o Conanda tome o protagonismo para si e chame quem achar que deva via CPP, via outra coisa do nosso tempo e do tempo orçamentário. Se deixar isso para o segundo semestre, nós vamos ter novamente a dificuldade que tivemos esse ano e em outros anos. Então se isso puder ser alinhavado, construído, na perspectiva que achar que deva, eu acho que isso poderia ser melhor para a execução é que se resolve no primeiro semestre do ano que vem. Então, tem o erro de um lado que você já colocou, mas eu gostaria também de levantar esse erro de outro lado que se é do Conanda. O Conselho tem que tomar para si a responsabilidade da

direção que ele queira. Que ele queira, como nós estamos construindo em outras áreas, plano de socio-educação, plano de escolas de conselhos, enfim, uma infinidade de temas que nós estamos tocando. Nós temos agora 20 pessoas, conselheiros e conselheiras aqui, certo? Então nós precisamos votar o relatório da COF. Só uma indicação, a COF tinha um relatório proposto que a equipe de licitação viesse na Assembleia do Conanda, mas a gente encaminhou na reunião da mesa diretora que eles vão vir na próxima reunião da mesa diretora. E aí gostaria de que fosse bem importante o CPA também se organizar para participar desse espaço pra gente poder construir junto com a equipe de licitação esse calendário pra fazer, executar o ano que vem. A gente também se envergonha do que está acontecendo. Não foi fácil lidar com essa informação na mesa diretora. Muito ruim, como as coisas se deram, mas a gente precisa encaminhar para que aconteça, de fato. Então ficou para próxima reunião da mesa diretora. Mais algum esclarecimento sobre o relatório da COF? É só alterar o valor lá do relatório. Já está alterado, né? É, que a gente tinha colocado 1.300.000, 1.600.000, e na realidade é 1.000.000 que vai para a escola de conselho, e 633.000 que a fração não está lá no relatório. Então, entendam que o nosso relatório vai ter aquele valor ali multiplicado. Só para adequar valores exatos, para não ter problema. Isso que vai para PRODOC. Vai para PRODOC 633.907 e 1 milhão com a escola de conselhos. Você foi fazer uma observação e de modo que nós perdemos o quórum. Vamos dar um pouquinho aqui, porque não adianta começar outra comissão. Nós estamos no exato momento. Nosso quórum está chegando. Então pessoal, está em votação o relatório da COF e ele exige quórum qualificado, que são de 20 conselheiras e conselheiros. Os 20 conselheiros e conselheiras que estão aqui nessa sala estão no exercício da titularidade, mesmo que sejam suplentes de estão no exercício da titularidade aqui. Alguém é contrário ao relatório da COF e à proposta de remanejamento de recursos apresentada? Então, eu estou entendendo que o relatório da COF está aprovado e com isso também a proposta de remanejamento dos recursos por unanimidade. Agora quem quiser atender telefone pode ir, dá vontade. Agora nós passamos ainda, que horas são, podemos esticar só para vencer a segunda comissão antes do almoço? Sem medo, vocês acham que a gente consegue isso no máximo em uns 20 minutos? É rápido, então vamos lá. O conselheiro Elói Gallon iniciou a relatoria da Comissão de Mobilização e Formação. Eu estou sem relatora de novo aqui. Então vamos lá. Bom dia, sou o Elói. Eu sou um homem branco, com 1,80 metros de altura, 63 anos, cabelos brancos. Uso óculos, hoje com uma camisa lilás. Muito bonita, por sinal. Eu tenho que fazer dois relatos. Esse é o do dia 7 e do 11. Eu acho que isso aqui está tudo. Pauta, CPA, informes, CMF, indicação para comparação nacional pela primeira infância. Depois tem a extraordinária que foi a anterior. Mas acredito que não tem grandes alterações com relação a isso aqui, mas seria interessante buscar ali para a gente depois poder fazer o relato do CPA. Maria Isabel da Silva apresenta as ações da FLACSO no CPA. Houve um documento que foi apresentado em anexo, mas ela fez uma apresentação para a comissão. Laurence inicia repassando a informação que teve nessa sexta-feira após a última plenária sobre a compra dos celulares emperrou no setor de licitações e talvez não seja possível efetivar a compra em 2023. Referente aos computadores a princípio permanece o processo para aquisição em 2024. É aquilo que já foi trazido aqui as informações. É profundamente lamentável. Eu acho que uma questão que foi um desrespeito é essa falta da informação de que não havia previsão para compra de equipamentos informática para esse ano. Então nós ficamos um ano inteiro tentando conseguir processo, tudo encaminhado, discurso, e na CMF encaminha, ver o que tem que fazer. E no final do ano, oh, não tinha previsão para comprar esse ano, então não dá para comprar. Isso é um profundo desrespeito. E com todo o respeito a toda a burocracia que tem, etc., Enfim, acho que isso precisa ficar registrado. E tem esse encaminhamento que a Marina já colocou aqui, vice-presidente, de que a gente vai chamar o pessoal para mesa diretora, bom encaminhamento. Yasmin e Fernanda falam sobre as dificuldades de recursos materiais, os computadores celulares, os dados móveis, que os adolescentes estão tendo para participar nas atividades e lamenta a situação. O Sérgio também fez um comentário sobre essa indignação. Sobre o plano de comunicação, Elói informa que não há novidades, além da que foi já deliberado na última plenária do Conanda, então que está sendo feito o processo para a contratação de assessoria da comunicação. Foi feito um resgate do plano de comunicação que o Conanda já tem e esse encaminhamento então para dar sequência sobre escolas de conselhos, esta questão está sendo encaminhada, aqui o Claudio trouxe uma excelente notícia sobre escolas de conselhos e agora também nós acabamos de aprovar mais um milhão para essa questão. Tatiana propõe pensarmos a questão de como comparemos as questões das conferências. Isso aqui é um pouco na linha do que eu ontem conversei um pouco com o Claudio que foi uma deliberação da CMF da gente conversar com o Claudio sobre esse canal que o Claudio abriu de conversa com os conselhos estaduais e a gente poder estar pautando algumas questões aí então entra essa questão do acompanhamento é dos resultados das conferências a questão das deliberações do Conanda de como que isso está batendo nos estados e nos municípios. E outras questões que envolvem, como por exemplo, o SIPIA e o Conselho Tutelar, sobre isso também a gente deliberou uma conversa com o setor responsável na Secretaria que está afeta essa questão do SIPIA, sobretudo o SIPIA Conselhos Tutelares, para poder depois abordar então nesse espaço com a presença do Cláudio, enfim, como os presidentes ou representantes dos Conselhos Estaduais. E a partir dali então a gente poder chegar nos municípios. Indicação para acompanhar o Plano Nacional da Primeira Infância, faltava fazer indicação de membro da CMF, apresentada a demanda para acompanhar os equipamentos do Plano Nacional Primeira Infância. Ana Lúcia Canete do Ministério da Cultura se dispõe a participar e é indicada pela comissão. Então nós indicamos a Ana Lúcia como representante da CMF. Encaminhamento: solicitar pauta mesmo que trouxe a questão da compra dos equipamentos, a gente já fez isso na última reunião da mesa diretora, e daí teve essa deliberação que Marina comentou, deliberada a indicação da Ana para acompanhar o plano primeira em fase. Eu acredito que eu trouxe também as questões da outra reunião já aqui meio resumido, porque nós acabamos fazendo duas. Uma porque nós não tínhamos vencido o plano, a discussão do planejamento da CMF para 2023 ou 2024. Então fizemos uma reunião extraordinária para abordar um pouco isso e ficou pendente agora da última reunião que nós não abordamos, que estava em pauta, essa questão do aprofundamento das ações do CPA porque a Bel não pode estar presente porque chocou com o evento que tinha aqui da RAADH, o evento internacional. Ficou também pendente o relato sobre a questão da violência do grupo interministerial, interinstitucional, porque Tatiana também ficou doente e esses dois pontos de pauta vamos abordar aqui em dezembro. Obrigado. Alguém tem alguma pergunta à comissão? Alguma pessoa da comissão? A conselheira Dayse: Queria um pouco mais de informação sobre a questão do SIPIA, ou SIPIA, do Conselho Tutelar, o que foi discutido, o que está em pauta, é uma questão importante. E gostaria de ter um pouco mais de conhecimento sobre a questão da Escola de Conselhos. Nós estamos deliberando mais verba, eu queria saber como é que o processo está, que escola é isso. Como é que isso está se dando para a gente poder acompanhar um pouco mais sobre o SIPIA, o Conselho Tutelar, o que envia o contrato TR, é que a gente precisa ter um porque tem reclamações, a gente ouve reclamações, foram trazidas e tal, do não uso, do mal uso. Eu também pessoalmente já tive várias reclamações e senti, porque a gente tem de conversar com a Secretaria. A gente conversar com a secretaria, ver o que que tem, por exemplo, se tem através da Secretaria através do Ministério, se tem algum diagnóstico, alguma coisa nesse sentido, para que a gente possa começar a discutir essa questão, para a gente estar embasado em alguma coisa. Porque senão nós vamos discutir o que,

se é consulta do telado, se nós não temos... Então essa é a ideia, ver o que que tem, se tem dados, se não tem, se tem denúncias do Ministério, quais são, e aí a partir da posse disso, teríamos como discutir com os presidentes ou representantes dos conselhos estaduais. Então, tem uma questão que já havia sido liberada de uma pesquisa a respeito disso. Já estava dentro do programa de ação, da gente fazer uma pesquisa a respeito do uso do SIPIA nos conselhos tutelares, além disso, mas também, quais as dificuldades de utilização, elas são enormes, a questão da classificação das violências, a classificação das violações de direitos, na verdade. Então a própria classificação das violações não é uma coisa clara que você tem acesso. Então eu acho que essa é uma questão modal se a gente pensar aqui na Escola de Conselho, ao objetivo da formação dos conselheiros tutelares. Então assim, como que você pode fazer a formação do conselho de tutelares. Fazendo com que o SIPIA seja objeto dessa formação, não só do seu uso do ponto de vista informática, mas do urgente, do registro das violações de direitos. Então toda questão é conceitual mesmo. É uma questão preocupante isso, bem preocupante. E essa pesquisa que a gente tinha surgido e aprovada, acabou, não foi realizada, não tem nada encaminhado a respeito dessa pesquisa. Na época foi dito que porque eleição, ia se adiar. Mas a eleição já aconteceu, nós não vamos fazer nada, não quer dizer. É, isso vai ter que ser pauta, de fato, agora para o próximo período. Sobre as escolas de conselhos, eu gostaria que tenha mais propriedade aqui Cláudio. Com certeza. É só rapidamente informar, nós previsão de dez escolas de conselhos, com metade do recurso de Conanda, metade do recurso da secretaria. No meio do caminho apareceram mais duas ainda para esse ano. Aí foi no momento em que nós conversamos com a COF se houvesse alguma possibilidade de algum recurso não ser utilizado no tanto que foi previsto, que faria essa ideia, faria essa ideia de alocar nas escolas de conselhos. Uma universidade, a reitoria, está muito demorada em assinar os documentos, aquela coisa e o dia 15 está chegando. Dia 15 é o último dia para execução, mas quem executa não somos nós. A gente passa o recurso para a faculdade, para a universidade executar. Então tem um trâmite, tem que ter um tempo aí, uma semana, então está um pouco difícil. Mas como é política aprovada aqui e é política aprovada na Secretaria, de qualquer forma, está dentro de algo que nós combinamos. Sobre o SIPIA do Conselho de Tutelar e Conselho de Direitos, conhecido como SIPIA-CT, mas acho que a gente tem que ir mudando o vocabulário. É SIPIA-CT e SIPIA Conselho de Direitos. E em dezembro é um dos lançamentos do dia 4, já está pronto o programa, ele entra com a nova gestão. Com a nova gestão entra a formação pela Escola Nacional de Justiça da Criança, escolas estaduais de formação de conselhos, e é por aí que a gente vai levar a atualização do CIPER. As resistências nós estamos trabalhando numa outra perspectiva, que é trabalhando com o CNJ, com o CNMP, com o Ministério, com o Conanda, com o CONDEGE para a gente regular. Não cabe ao funcionário público, no caso o conselheiro ou a conselheira que está lá, escolher se vai utilizar aquela ferramenta ou não. Aquela ferramenta é da política. Imagina, isso eu falei numa reunião lá do Rio, imagina eu vou para o hospital agora e o médico fala não, não vou seguir o protocolo não. Protocolo do atendimento, da cirurgia, não vou seguir. Imagina uma coisa dessa. Então a delegacia e o delegado ou a delegada lá, não vou fazer esse boletim, não vou fazer um outro aqui no Word, ou no papel do pão que eu comprei na padaria. Então é um problema que está colocado dentro dessa disfuncionalidade do sistema de garantia de direitos. Então eu acho que a gente vai resolvendo nessa disputa de narrativas que nós vamos fazer e na organização do sistema de garantir direitos, não pode ficar dessa forma como está. Eu uso isso, eu não uso aquilo, eu gosto daquilo, eu não gosto do outro. E aí eu acho desde, não estava aqui na época, eu acho que é uma pesquisa agora, é uma pesquisa fora do tempo. Deixa tomar posse dia 10 de janeiro, deixa chegar as escolas de conselhos, deixa chegar o novo sistema e que vai estar já funcionando e aí a gente nesse decorrer a gente pode voltar a essa temática. Hoje precisamos executar. O SIPIA é muito pouco utilizado. Chega de denúncia aqui no Conanda para a gente resolver que o Conselho de Tutelares não estão usando, ou o Conselho do Tutelar usa e Conselho de Direitos não. Aí o Conselho do Tutelar fica produzindo dados para quem? Então são essas duas coisas. E a nossa proposta é que no ano que vem a gente chegue em todos os estados com as escolas de conceito. Então temos os recursos, formação, isso está sendo uma discussão quase que diária conosco, para nós implantarmos a política nacional de formação do sistema de garantia de direitos, como qualquer política pública tem a sua política de formação. Então a gente está indo nesse caminho. E aí se vingar essas duas universidades, nós chegaríamos ao número de 12 neste ano. 12 estados. Se não vingar essas duas, vamos ficar com os 10 e aí fica para o ano que vem. Angélica, Renato, depois. Oi, não é só o outro com a fala? O SIPIA, é quando fala, chega assim porque desde 2003, eu já passei, já trabalhei aqui na Secretaria, eu já rodei muito. E desde 2003, a gente está lutando com os partidos de SIPIA, para ser para fazer o SIPIA, e a gente chega a ter isso, e na realidade é meio frustrante. Mas aí, só uma sugestão, assim, pela experiência que a gente tem lá no MDS. Que, claramente, quando a gente coloca alguns critérios para o recebimento do recurso, é um estímulo enorme, então para receber recursos em assado precisa, por exemplo, preencher tal coisa. Aí essa coisa, milagrosamente, que nunca era preenchida, começa, sabe, a gente não preenche, então talvez se deliberar, porque tem uma resolução, que eu fiz com o Conanda, né, um som bem mais contado, que para recursos para os conselhos, eles vão te dar material para fazer com o celular, carro, computador, o que é que você faz? Tem uma resolução dizendo que é pré-requisito para receber, está em dia com preenchimento de PIB, com algum critério específico. Acho que podíamos pensar, não é uma coisa que a gente faz para ser uma acertada, tem que pensar para se discutir, tem que discutir com eles, com os conselhos, sem dúvida. Mas eu acho que podia se pensar e pactuar, naturalmente isso, que dá importância e que para que, Deus de Deus, a importância, os recursos de cobertura fossem repassados eles seriam esse critério, inclusive de priorização. Que a imagem assim, acompanhando, eu acho que poderia ser um incentivo concreto para começar a ser mais utilizado é, previsão presidente, companheiros, companheiros, conselheiros, conselheiras, eu quero fazer um esclarecimento. Onde eu citei o MEC foi em relação ao nosso último encontro, a nossa última assembleia, que ficou decidido por nós convocar a senhora Zara da SECADI. Era o tema que estávamos a proposto para discussão étnico racial sobre a lei 10.639. Isso não ocorreu, então quando eu coloquei a ausência do MEC, imaginava eu, e aí eu vou pedindo perdão, pedindo desculpas, que esse tema estava sendo aprovado como foi encaminhado pelo colegiado, e não foi, então eu fui pego de surpresa mais uma vez, mas aí escurecendo por esse transtorno ocasionado aos senhores e senhoras e pedir à mesa de diretoria que faça um posicionamento porque que esse item não foi colocado em pauta. Item 2, eu queria também pedir por clemência a intervenção do nosso presidente no dia 16 do 11 de muito nos honrou, nascida a FLACSO, nós fizemos uma reunião com a Comissão de CPA do Estado da Paraíba, do Cedica. E a coisa está meio fria, não consegue avançar. Como o senhor tem um grupo que dialoga diretamente com os presidentes de todos os estados, eu queria pedir ao senhor, através do dia da secretaria, na unidade da criança e adolescente, que pusesse um ofício pedindo esclarecimento, porque a pauta está parada, o que está ocorrendo, o que o Conanda pode fazer para ajudar. Um resgate dessa pauta, porque assim, presidente, e demais, cada vez que muda de conselheiro tem eleição parece que é uma coisa horrível para tudo. A gente fica meses e meses tentando se encontrar, mas a pauta está lá e não avança de jeito nenhum. Então como essa presidência tem contato direto, eu peço que através da Secretaria, mas também nos outros estados, seria interessante saber como anda o CPA e eu sei que muitos deles vão fazer eleição ano que vem. O conselheiro Beto Obrigado

presidente Claudio, conselheiros, conselheiras, Coordenador Elói. Podia só fazer um agressivo, eu sair para tomar minha medicação da rinite que hoje está sendo atacada, talvez o tenha falado e eu tenha perdido. Então se for repetitivo, me desculpem. Mas nós também tratamos na reunião da comissão sobre a importância de um diálogo mais próximo com os conselhos estaduais. Para que haja um sentimento deles em relação a esse Conselho Nacional, um sentimento maior que pertença, e para que com esse sentimento maior que pertença, a gente possa, por exemplo, superar algumas barreiras, quando muitas vezes a gente encontra. Quando falamos em alguns assuntos importantes, como a constituição nos conselhos do CPAs. Convidarmos, de repente encontrarmos no ano que vem, pré-conferência, um dia mais, uma tarde, fazer uma pauta mais aberta. Convidamos os conselheiros estaduais, os conselhos estaduais presidentes para que estejam conosco, para que conheçam um pouco os ritos dessas nossas Assembleias Ordinárias, a estrutura do Conselho, a formação do Conselho Nacional, para que haja até essa aproximação maior, esse corpo a corpo. Pré-conferência que certamente vai resultar em uma relação ainda mais próxima e mais amigável na própria conferência. Cogitou-se também, Conselheiro Eloy, a possibilidade de pensarmos na Média Braz em reuniões descentralizadas nas regiões, para que possa, enquanto Conselheiro Nacional, também conhecer as especificidades, por exemplo, em uma reunião na região norte, outra região nordeste, um estado específico dessas regiões, para que a gente possa, de fato, trocar esses saberes, essas experiências e ter mais contato também com os territórios, com as realidades regionais, isso fortaleceria as regiões e certamente também fortaleceria a nossa presença, um canal de comunicação com os conselheiros, com os conselhos estaduais. É isso, presidente. Obrigado. Cláudio, Obrigado e desculpe por fazer isso acrescento. Quero ter colaborado. Eu vou fazer esse conhecimento. Se vocês quiserem, podem continuar, mas eu vou ter que ir embora. Porque é por causa do Conanda mesmo. A agenda do Conanda é duas horas. Então tem que fechar isso aqui ou continua e eu vou embora. Vou esclarecer, a gente já faz isso. Por exemplo, kit e conselho, está vinculado à utilização do SIPIA. Mas isso tem que se aprofundar, isso tem que vincular mesmo. A gente sabe... Ontem eu até comentava com alguns, nós, por exemplo, propomos lá numa das notas técnicas nossas sobre o projeto de já nem sei mais o nome que se vê, mas enfim, o projeto sobre o Conselho de Tutelar que o Ministério Público exerça seu poder de fiscalização local e diga assim, senhor prefeito, senhora prefeita, esse Conselho de Tutelar não pode funcionar que não tem casa, não tem não sei o quê, não tem isso, não tem aquilo. Eles fiscalizam esse fiscal da lei, porque nós vamos ficar do Estado ou do federal, olhando 5 mil e tantos municípios? Não vamos. Agora as comarcas têm gente lá que pode fazer isso. Mas essa vinculação já é feita, o programa vai continuar de equipagem e ela vai continuar obrigatória. Agora temos um problema que aí a gente tem que acertar não só com a formação, mas sem a formação a gente não consegue, que é a utilização da ferramenta, se aproximar que alguns nem querem se aproximar. Em segundo lugar, a gente tem que trabalhar e aí eu vou dar a notícia. Nós vamos para a segunda reunião, dia 11, Secretaria, CNJ, CNMP e CONDEGE, e a proposta é trabalhar as questões que envolvem a orientação, a regulação quando for possível, enfim, o instrumento que se dê com esses entes federais, incluindo evidentemente Conanda, CNAS, Ministérios Temáticos, a MDS, a trabalho, para questões específicas. Porque todo mundo está reclamando, mas a gente tem que tomar ou fazer alguma coisa. Então a utilização do SIPIA é uma delas. Renato. Foi decidido na última Assembleia o seguinte, primeiro dia exclusivamente primeira infância. Aí nós convidamos cinco pessoas, aí nós misturamos os assuntos aqui. Era o MEC duas vezes, mas era uma pessoa ligada a uma coisa do MEC e aquele assunto era outro, então não tem nada a ver uma coisa com a outra. Mas nós não tiramos da agenda, nós organizamos a agenda de novembro desse jeito. Primeiro dia, só a primeira infância, segundo dia essa pesquisa da alienação parental e outra que vem de tarde, que infelizmente eu não vou poder estar aqui, que é aquela pesquisa sobre fundos de direitos da criança e adolescente. E aí o que sobra é para as comissões. Agora essa agenda está posta, vamos ver se a gente organiza para dezembro, já que nós escolhemos também CNJ agora priorizar para a questão da alienação parental. Então não foi tirada não, a gente organizou diferentemente. E tu fez mais uma coisa... Ah sim, claro, você e o Beto. Gente, nós vamos para a quarta reunião. Não é reunião do Cláudio, não, tá? É reunião do Conanda, com todos os conselhos estaduais, que começou naquela segunda-feira após a nossa assembleia que adiou a conferência dos conselhos estaduais, nós continuamos a cada 15 dias. Sempre é segunda-feira, 4 horas da tarde, mas aí essa semana que vem agora vai ser na terça-feira. E é exatamente esses pontos. Então escolhemos falar logo a seguir da conferência, que foram duas reuniões, uma que a gente fez uma escuta as dúvidas etc. Depois construímos com eles aquelas indicações que a gente trouxe para a Assembleia. Depois conversamos sobre o processo de escolha, como é que se deu. Eles é que pediram a pauta. Na última, nós conversamos sobre aquele projeto 2602, que institucionaliza o Conselho de Tutelar e tira o Conselho de Tutelar de dentro do Estatuto. Nós fizemos uma carta pela Secretaria e colocamos para eles que se eles quisessem subscrever para mandar lá para o grupo do PL, da comissão, e segunda-feira a gente vai ver como é que foi isso. Então a ideia é exatamente essa, Branco, é ir escolhendo, ver o Renato. Somos nós, juntos lá. Eu acho que fica aberto, é virtual. Só que assim, é uma hora e meia a duas horas no máximo de reunião. E a fala é dos conselhos estaduais. A gente fala de vez enquanto pouco. A gente tem que estar ouvindo, esclarecendo, mas o importante é trazer. Eles e elas, conselheiras, estão gostando muito disso, mas é uma reunião promovida pelo Conanda. Sim, mas é nessa perspectiva, não é para o Conanda ir e escutar, dialogar, mas falando pouco. Porque senão a gente toma o espaço dele de novo e aí, eu acho que perde um pouco do sentido. Então, já ponha aí na agenda de vocês, terça-feira agora, 4 horas da tarde, no máximo 6 horas fecha. E é por tema. Qual é o tema, SIPIA e registro. É registro, o registro é o registro dos meus conselhos. Tem gravado, que é no Teams, a gente grava tudo. O Teams grava automaticamente. Mas é só a primeira vez que vai falar do SIPIA. Então, isso é conversa para muito tempo. Tem mais alguma coisa para esclarecer? Podemos colocar o relato da comissão que ia ser rápido. Pode colocar em votação? Com quórum qualificado. Tem alguém contra? Então estamos aprovando o relatório da Comissão da CMF por unanimidade. E antes de falar, eu não vou poder ficar aqui na parte da tarde, tenho uma agenda de duas horas, a Deila vai estar comigo, eu vou estar com a Deila também, e às duas horas. Eu só queria fazer uma última sugestão, de tarde vocês vejam isso aí, tá? Como nós vimos ontem, nós temos quatro instituições que estão fazendo coisas e muitas sobre uma temática, que estiveram aqui conosco. Eu, com quem conversei ontem à noite, falei, estou pedindo uma pacienciazinha. Eu acho que o formato que o Conanda funciona não vai dar conta de acompanhar isso. Tem um grupo de trabalho que tem data e dia e hora para terminar, que é o da Presidência da República. O processo que está na justiça tem a velocidade e a dinâmica dele própria. Então eu estou sugerindo que a gente possa. Eu não cheguei, pensei em algumas coisas, mas não passou de um primeiro pensamento. Eu estou sugerindo que a gente possa logo na semana que vem ou na próxima, que a gente pudesse nas comissões, para que todo o Conanda possa discutir, qual é a forma que o Conanda pode atuar nessa temática que nós vimos aqui. É nessa forma de comissão vamos chegar a uma conclusão sobre isso. Mas como é que a gente vai fazer uma conversa? Então eu acho que a gente pode ali num espaço de duas semanas provocar uma reunião entre as nossas comissões, se for possível, e cada comissão fazer um desenho sobre isso, sobre esse formato. Lembrando é um plano nacional que está dentro do nosso planejamento, do qual nós temos a responsabilidade política dele. Ele não é um plano nacional da saúde, ele é um plano nacional da primeira infância, que é uma temática do Conanda. Então, se vocês concordarem aí na

parte da tarde, fica essa ideia, para que a gente possa, e depois eu, Marina, a gente faz essa... Não dá para encaminhar? Aí a proposta é o quê? Eu e Marina, a gente sistematiza isso do que vier das comissões e já vai apresentando. Olha, poderia ser assim. E lembrando que nós vamos ser o quinto, pode aparecer outro. São quatro movimentos, órgãos distintos e estão fazendo coisas na mesma área, com velocidade dinâmica e obrigações diferentes. E eu acho que repetindo um pouco aquilo ontem e terminando, é uma oportunidade que se abre não para nós, Conanda, mas para a política. Para a política, para a infância. Como eles fizeram o protagonismo, fizeram até a primeira fase, está dado. Essa história já está colocada. Esse ambiente já está colocado. Tem municípios brasileiros fazendo coisas a esse respeito. Tem municípios brasileiros, estados, sistemas de justiça, então aí enfim. E como última forma, não deixar de lembrar que não é todo o momento que a gente consegue fazer um diálogo assim, principalmente se envolvendo o órgão máximo de controle da justiça. Então deixa essa ideia, Amanda o DNA tá com fome. A menina precisou levantar-se lá do outro lado pra pegar o microfone. Eu estou com fome, gorda com fome, vocês já sabem como é. Não, é porque assim, ontem depois daquela nossa reunião, o momento eu fiquei um pouco mais, até agora eu pedi para Marco Legal só ver qual era o artigo que tem a definição dentro do próprio estatuto da criança adolescente, para o artigo 88, e esse tipo de grupo de trabalho, conselho etc. Tem que ser, tem que consultar o Conanda. E a gente precisa ter essa atenção, porque está dentro da lei. Esses grupos não podem ser criados ao léu sem passar pelo Conanda. E precisa também nos atentar ao que está na legislação. Até porque você quer bater bola aqui Marina? Não, não vamos de bater bola aqui caralho. Não vamos, você termina e depois eu atuo. Hoje eu levei isso porque nós estamos em curso lá no ENAP e nós estamos em curso com a Secretaria Geral da Presidência da República. E eu levei essa preocupação para dentro da Secretaria Geral da Presidência da República. Porque ela é o órgão centralizador que deveria fazer esse tipo de captação e encaminhar para o Conanda. E automaticamente ela não está fazendo. Ela está acompanhando esse GT, por exemplo, do Conselho, mas ela não encaminhou isso para o Conanda. E aí falei que está faltando aí uma interlocução de fluxo, porque a gente não pode também ficar só. Claro que a gente não vai ser contra eles criarem esse GT, contanto que nós estejamos participando, porque nós somos o órgão da deliberativo nessas questões. Então, fiz essa sugestão à Secretaria Geral da Presidência da República para se apelar a esses temas que estão em vários grupos de trabalho em áreas diversas para que a gente não possa descentralizar da matriz que seria o nosso conselho aqui, que é de participação social e dos Ministérios dos Governamentais. Gente, a nossa próxima Assembleia é 13 e 14. Isso significa que todas as reuniões das comissões são semana que vem. Então a proposta do Cláudio é que seja a pauta da reunião de todas as comissões na semana que vem. Vocês vão estruturar uma proposta de como o Conanda pode participar, debater, construir nessa temática. E vão encaminhar para gente, a mesa diretora vai analisar no dia 12 e aí no dia 13 a gente já apresenta alguma coisa na assembleia. A gente pode encaminhar assim? Eu acho que a consideração feita precisa ser incluída. Que eu acho que ninguém aqui, quando fez as críticas que fez, queria dizer que não vamos levar em consideração todo o trabalho realizado. Mas que o Conanda foi apenas consultado no final do tempo. Então nós temos que nos colocar e ter estratégias de estarmos na interrupção primária desse tipo de assunto. Então vamos fazer isso sim e vamos nos colocar lá junto ao Presidente da República. Tem que falar direto com a Lulinha? Então vamos para lá, lá que o Conanda tem que estar. Então eu vou pedir licença aqui e vou só aguçar mais a fome. Eu não estou falando para fora não, aqui para fora fez eu já sei. Eu estou falando para dentro. Estou falando para dentro do Conanda. O que foi feito para fora eu já sei. Isso eu não mudo mais, porque já passou, é ontem, que reflete hoje. Eu quero saber como é que o Conanda vai estar organicamente nisso. Que depende dos 30 que estão aqui dentro. E é um plano nacional. E eu estou colocando isso porque eu já estou manifestando uma opinião. Eu acho que no formato de comissão como nós temos aqui dentro, nós não vamos dar conta de acompanhar politicamente isso. Então eu não estou falando, Amanda, para fora. O governo tem o direito de fazer grupo de trabalho, soltar a pipa e botar lá que é o governo tem o direito de fazer isso, foi eleito para isso. Só que nós somos de uma outra forma de exercício de poder, Conanda. Mas como? Como a justiça falou que ela está fazendo isso com o dinheiro do executivo. Pronto. A gente soube? Conanda soube? Então vai reabrir o debate, mas aí eu preciso falar. Eu não estou falando isso para fora. Para fora não adianta. Eu estou falando é para dentro. Como que nós vamos acompanhar? Como que nós vamos deliberar sobre isso? Não é mandar dois representantes para o GT? É muito mais do que isso. Mandar dois representantes do GT, a gente escolhe aqui hoje, manda a reunião amanhã, acompanha, faz o relatório e está resolvido. O GT decidiu isso. E o Conanda? Então eu acho que é um pouco mais para dentro, para a gente. Para mim, é um desafio para nós cumprimos a nossa missão, não a missão das quatro instituições que estiveram aqui, porque elas já estão cumprindo, elas já estão fazendo o quê delas. Então, acho que a janela que abriu ontem, porque o Conanda articulou isso. Ninguém caiu ontem aqui de geração espontânea, não. Isso foi articulação do Conanda, o tempo todo. Tínhamos cinco ontem aqui, não era expositores pessoais, não. Cinco órgãos, instituições e movimentos. Agora nós trazemos isso para nós. Como? Essa é a resposta. Se fosse pelas comissões, já está resolvido. Já existem as comissões. Eu estou perguntando assim, eu estou falando assim, eu acho que isso não vai dar conta. E o Conanda tem que responder, como é que responde? Através dos conselheiros e das conselheiras nas suas atividades. Qual é o nosso movimento nesse momento? A partir de amanhã de manhã é reunião das comissões. Decide isso lá e manda para cá para a gente ver qual é o desenho. Então, é isso que eu estou falando. Eu acho que é um pouco pensar para dentro. Ontem quando falaram sobre os recursos eu percebi que eles não explicaram, parece que o Ministério da Justiça transferiu um recurso só para esclarecer que acompanhei na época, lá tem o Fundo de Direitos Difusos do Ministério da Justiça e tem inclusive recursos grandes, todos os anos eles fazem um edital de seleção de projetos para apoiar tanto das governamentais como não governamentais. Então os projetos selecionados recebem os recursos. O que aconteceu foi que o CNJ apresentou esse projeto do Partido e foi um selecionado. Então recebeu um recurso desse fundo. Não foi uma coisa do Ministério da Justiça, foi a seleção. E até bom, assim, eu até muito pouco tempo não sabia desistir desse fundo, nem sabia tampouco que a gente poderia se candidatar a apresentar algum projeto ser importante divulgar. Até porque o dinheiro foi muito, muito significativo. Não, mas eu não disse isso não. Eu estou dizendo assim, o que eu disse, vou reformular, porque eu não me comuniquei direito. Dinheiro do Orçamento do Executivo que vai financiar um projeto que é do Judiciário. É isso. Sim, porque faz parte do Orçamento da União. Para quê? Do Executivo. Agora, por quê? Porque uns vão lá e pegam, e não estou falando que pegam para si, fazem um projeto, discutem o projeto, que estimula o funcionamento da justiça, isso tudo que tem no Ministério da Justiça. claro que tem, não estou falando. Eu estou dizendo que, olha, é viver onde nós estamos andando, e para isso, a gente tem que olhar para dentro, gente. Nós estamos num ponto agora que nós temos que olhar para dentro e produzir uma resposta interna. Não adianta ficar olhando para o que outro faz, o outro não faz. Eles vão fazer, vou lhe dizer, se o Fernando, não vamos tocar nesse assunto, não. Lá em junho foi, o trenzinho passou. Passou, e nós vamos ficar chorando, como foi do outro plano da primeira infância quando foi no outro plano da primeira infância. Quando André recebeu o livro lá. Como alguém falou ontem, não me lembro quem, só se chamaram para ser signatário. Aí botou o livro lá. Então é isso. Então essa ideia que está refletida aí para a gente poder almoçar é só essa. É através dos nossos próprios módulos, que são o funcionamento das

comissões pensar como é que nós podemos responder. Isto é um plano nacional, está no nosso planejamento, está no planejamento da MDH, SNDCA, está no planejamento do Conanda, é uma obrigação política nossa, só que ele tem uma história que não passou muito por aqui. Primeiro eu quero concordar com a análise que o presidente faz, acho que agora a gente não tem muito o que pensar, não dá para ficar chorando sobre o que ele tem derramado, eles fizeram, era por competência, talvez a gente tenha conseguido resgatar e entrar na conversa, mas concordo plenamente que nós não temos com as nossas práticas atual condição de fazer essa interface com eles, acompanhar no ritmo que já está, não dá. Então o que eu queria propor presidente, ontem eu falei, eu falei meio que de brincadeira com a Marina, mas eu queria propor, se o conselho entender que seja viável, que a gente faça uma extraordinária com formato seminário, que a gente fique dois dias debruçados sobre o tema que ficou metodologia, para não ser uma coisa perdida, van, para a gente poder de alguma forma exercer o nosso papel de controle ilustrado. É isso. Gente, o Fred já deu uma proposta do que a gente pediu. A gente pediu então para que as comissões semana que vem se reúnam e pensem em propostas de como a gente vai lidar com a temática. Fred acabou de fazer uma proposta, ele apresenta na comissão, na CDHAP, na semana que vem. A gente vai reunir todas essas propostas na reunião da mesa diretora no dia 12. Tá bom? Obrigada, gente. Todo mundo liberado para o almoço. Retorno às 14h

29/11 às 14h – A Vice-presidente – Marina de Pol Poniwas iniciou a tarde do dia vinte e nove falando da necessidade de fazer uma inversão da pauta, porque a conselheira Marta precisará ir numa audiência pública. Então a gente tem que colocar a CDHAP e a relatoria do Sinase antes e depois a CPP. Eu vou pedir para a Laurenice, por gentileza, nos contar sobre as nossas opções para a nossa confraternização de final de ano, para que nós possamos definir e organizar tudo a tempo. Ato contínuo - Boa tarde, conforme falando pela vice-presidente vamos ter uma confraternização em dezembro. Desde o último mês, quando nós tivemos a última assembleia, eu conversei com a Marina para que a gente pudesse fazer uma confraternização na última assembleia em dezembro. Nossa assembleia será nos dias 13 e 14 de dezembro, vai acontecer lá no prédio do edifício Parque Corporate, onde a gente costuma fazer, lá no auditório. Então, conversei com a Marina e Bel. A Bel, da FLACSO, sugeriu algumas opções para verificar. A questão de pacotes. Então, eu fui ao Serpentina Zero Grau, que fica aqui no Sudoeste. Não fica longe do prédio em estaremos, e lá eles me deram algumas opções de pacotes. Tem pacotes desde horário do almoço, habitual, três horas, com bebida, alimentação, churrasco no valor de 150 reais por pessoa, até um valor de 50 reais que a pessoa em tem o almoço e paga a bebida e as outras coisas que pode sumir fora, porque sei que não é todo mundo que bebe. Então eu vou fazer uma enquete com vocês, eu gostaria que vocês participassem da enquete, porque a última enquete é que se eu tivesse ido pela enquete várias pessoas teriam ficado sem almoço. Então eu peço a gentileza para participarem da enquete, para eu colocar o número de pessoas que vão participar da confraternização. A proposta da confraternização é que seja dia 14, que é o segundo dia após a nossa Assembleia. Então nossa assembleia vai ser normal. Até às 16h, após esse horário será a confraternização. Pensamos para confraternização em um amigo oculto, é um amigo oculto que ninguém vai sortear agora, ninguém vai saber quem vai ser o sorteado na hora, então quem mora em outros estados, deve alguma coisa do seu estado, unissex ou eu acho que ninguém se importa de receber um presente que seja apenas feminino. O sorteio na hora, fazer o sorteio na hora e aí assim, é amigo da onça, com direito a trocar pelo que você mais gostar. É só uma mais ou menos nesse uma brincadeira. Uma brincadeira porque a gente também, depois de um ano pesado, que foi o nosso, com três presidentes, com várias mudanças. A Ato contínuo a vice-presidente - Então beleza, é isso. Obrigada. Todo mundo já sabe que tem que trazer um presente regional, valor mínimo, 50 reais para nossa brincadeira. Então vamos lá, gente, dando continuidade ao nosso trabalho agora do período da tarde. A gente vai para a relatoria da CDHAP. O conselheiro Carlos Frederico inicia dando Boa tarde, a todos. Bem-vindos todos de volta ao meu almoço. Eu não tenho barriga cheia. Só não pode dormir durante a nossa apresentação. Depois pode, tá? Vamos lá, vamos começar. Bom, gente, a reunião não aconteceu no dia programado, também alterado. No dia alterado, era previsto no dia 20 também, no dia 20 foi ser feriado. Tinha um outro evento, não me lembro qual era, o evento foi mudar, então foi para o dia 24, começando às 14 horas e 30 minutos, no meio virtual. Foi coordenado pela nossa coordenadora Cristina Mosquetta do MJ, tivemos a participação de alguns convidados para falar sobre temas específicos. Então, o primeiro item da nossa pauta era o PL 3555, em 2023, que altera ali no ecologismo 69, está aqui da Canção Adolescente, que dispõe sobre atribuições da defensoria pública e o Dr. Anel do Senador Ângelo Coronel do Prefeito do Ida Bahia. E a proposta de emenda à LDO. Então, sobre o primeiro tema, nós tivemos a participação da doutora Noely, que estava representando a Associação Brasileira de Magistrados de Juízes. E ela fez uma avaliação, do ponto de vista da magistratura, então da magistratura, em relação ao projeto, sendo seguida pela doutora pela defensora pública Doutora Danieli, do CONDEGE, que fez também uma exposição do ponto de vista da deficiência pública. E aí é importante a gente sacar que foi um debate, não foi um debate, mas uma exposição bastante acalorada, provocativa em relação ao que tinha dito a juíza anteriormente. Depois ela foi seguida por mais duas pessoas, pela doutora Lígia, também defensora pelo estado de São Paulo, também no congresso, fez uma intervenção do nosso jovem Jefferson CPA, e depois, enfim, foi tão acalorado a colocação, a defesa, foi tão acalorado que a Cristina precisou de um intervindo de forma firme, porém educada, para não descambar para um debate mesmo que não era proposta da reunião. Em seguida, a gente agradeceu a participação dos convidados e com a saída delas, no âmbito da Comissão, nós tratamos de avaliar rapidamente como seria o nosso posicionamento em relação ao projeto. O projeto prevê a possibilidade do Ministério de Defensoria Pública assumir alguns papéis nos processos referentes à criança e adolescência, tanto na fiscalização de instituições, como nas ações judiciais de instituição de destituição de pátrio poder, enfim, de todas as formas houve a concordância de algumas pessoas depois, a gente tinha que fazer uma análise à luz do interesse da criança e adolescente, e não dos órgãos que estão em confronto, digamos assim, por ocupação de espaço nessa pauta. Ficou claro para nós que há uma divergência entre o entendimento da Defensoria, do Ministério Público e da magistratura quanto a essa participação. E a briga deles é deles, não é nossa, a gente não tem nada a ver com isso a nossa questão de criança e adolescente. Então a comissão ficou de se debruçar com maior profundidade sobre o projeto, na próxima reunião com, aliás ao longo dessa Assembleia. A gente precisa tomar ainda hoje uma decisão contra a divisão do projeto para nossa análise para a próxima reunião. Nós combinamos isso, está relatado aqui, que a Comissão ainda hoje decide como vai dividir o projeto para a análise e debate na próxima reunião da Comissão. Está claro, gente? Ficou claro? Então foi esse o nosso encaminhamento em relação a esse PL. Não temos aí nenhuma posição firmada, o que nós decidimos na reunião foi quanto a metodologia que vamos adotar para analisar. E obviamente as premissas da nossa análise, os fundamentos da nossa análise. Em seguida passamos para a discussão da questão da LDO e tivemos a participação do Lucas José da Coalizão pelo Fim da Violência contra a Criança Adolescente que fez uma apresentação, falou sobre as emendas e a coalizão, conseguiu na LDO, o momento que se encontram, por onde já passou, quem já concordou, enfim, falou de valores, inclusive, e alguns desses valores estão vinculados ao Ministério dos Direitos Humanos para o Conanda. Se não me engano, uma emenda de 7 milhões. Tinha uma de 22 que está ligada, que

é para os amazônicos, que envolvem inclusive criança e adolescente, não exclusivamente, mas inclusive criança e adolescente, e essa de 7 milhões que seria para o Ministério de Direitos Humanos, para o Conanda, para ações de criança e adolescente. Deixa-me dar uma olhada aqui, para não falar bobagem, de 400 milhões na proteção pelo sistema de proteção e de proteção social. A proposta é pela deputada Juliana Cardoso, aprovada na Comissão de Governo de Institutos Social. A outra emenda de 22 milhões, essa direitos de saúde, comunidade étnica, culturais e sociais, para presença, solidariedade e bem viver dos povos indígenas. De 22 milhões. E essa era do Conanda, que ele disse em milhares, 7 milhões, vamos ver o que você acha aqui no relatório, mas se não me lembro, não tem esse valor essas duas coisas foram aprovadas. O Lucas se salientou também que houve audiência pública dessas comissões para tratar desses assuntos e que nós temos sido convidados e que não houve participação do Conanda. A Laurenice também esclareceu que chegou no sem o tempo que veio a indicação, isso sempre convoca com bastante antecedência. Mais ou menos hoje 12 horas, gente, é bastante antecedente para mobilizar um órgão como o nosso. Mas o Lucas explicou, inclusive, que a dinâmica do Parlamento, a gente não tem como fugir. Então, presidente, o que a comissão já sentiu é que a gente precisa estar atento mesmo nesse prazo, ter um esforço maior para responder essas convocações e tentar nos anteciparmos. Vamos tentar nos antecipar para saber de quando tem a possibilidade da audiência e preparar algum material, alguém para representar a Conanda. Inclusive, deixar claro que a companheira Ana e a companheira Marta se colocaram à disposição para participar dessas audiências sempre que necessário. Basta a gente consultar. Acho que em regra nós da Comissão vamos estar sempre dispostos a contribuir. Mas as duas, como tem mais frequência aqui em Brasília, ficam mais fáceis para elas. É isso, presidente. A reunião encerrou, como sempre, no horário normal. Aliás, esse é um destaque que a gente tinha que fazer para a nossa coordenação. São muitos zelosos, tanto o Jonathan quanto a Cristina, muitos zelosos com o horário das reuniões, que controlam bem os debates para não ficarem muito alongados. E acabam agindo, eles são bastante produtivos. Obrigado. Desculpa, eu passei batendo. Marina: Eu vou abrir então para o pessoal da comissão que quiser contribuir. A gente falou, foi pontuado também a participação em CONAETI, porque agora nós temos um tema em conjunto com os dois GTs da CONAETI, um que vai trabalhar a questão dos fluxos de atendimento a crianças em situação de trabalho infantil e o outro GT vai trabalhar o plano, revisando o plano. Então nesse grupo da revisão do plano eu participo, depois a Rozangela pode falar também sobre o GT de fluxos. E o que a gente pactou foi como é que é o seu processo, como é que a gente vai criar as etapas de revisão do plano pelos membros. Vai ter consultor, em que etapa quer ir, para quais os capítulos que ele vai nos auxiliar a revisar, mas uma coisa já ficou combinada, que a gente vai precisar fazer a conversa dos conceitos de trabalho infantil, especialmente esses, essas novas modalidades que nós falamos, que é o trabalho nas mídias digitais, e isso os próprios doméstico, porque esses conceitos depois são usados para as pesquisas, então a gente precisa ver isso muito bem definido. Eu não fiquei até o final da reunião do GT, mas o que estava sendo combinado, que eu vou pegar depois, é esse processo de trabalho com as datas e os prazos e como é que se dará essa revisão. É, isso é foi um assunto e em outra pauta, e acabei perdendo aqui, mas foi apresentada pela Ana. A Ana apresentou a marca, colocaram bem o trabalho e no final foi liado. A representação numa audiência, num mundo que hoje, a marca e eu, o Rio. Não, vai cair o fala, não, desculpa, realmente, para se bater. Então, só para ressaltar que esse debate sobre a CONAETI foi porque daqui a gente tirou a necessidade de uma resolução, enfim, um documento de diretrizes sobre o trabalho anti-artístico no ambiente digital. E aí esse trabalho seria feito junto com a CONAETI. A gente apresentou uma proposta diminuta, então a Marta está levando essa proposta diminuta para dialogar. E a partir da Secretaria Nacional também nos veio que o Conanda nunca se debruçou sobre o tema do trabalho infantil artístico em geral. Então veio a sugestão de que essa resolução pudesse abordar, além do trabalho infantil artístico no ambiente digital, esse trabalho infantil artístico de forma ampliada. Então esse diálogo está sendo feito junto com a CONAETI. Marina: Eu só não entendi o encaminhamento com relação a esse ponto. A gente vai escrever uma resolução junto com a CONAETI. Isso a gente já teve em outra assembleia. Já tinha provado outra assembleia sobre trabalho infantil artístico no ambiente digital. E aí está sendo proposto, então, que seja trabalho infantil artístico de forma ampliada ou uma parte direcionada ao trabalho infantil artístico no ambiente digital. Eu acho que agora a gente precisa conversar com o CONAETI, para vê qual será o tempo. Aí tem outro ponto que a gente também contou, que ficou atuado numa outra reunião da CDHAP, essa dupla, eu e Ana, para gente poder acompanhar esse debate em relação às emendas. Por alguma razão, parece que a gente não deliberou isso em Assembleia. Então a gente gostaria de colocar nessa pauta de hoje, para que se os conselheiros e o pleno concordar, a gente continua à disposição para participar do processo de incidência política. Acho que não é só das audiências aqui para representar o Conanda, mas representar o Conanda no processo de incidência. E a gente deixa, querendo pegar atribuição de nenhuma outra comissão, porque nós também citamos a COF como competente para fazer esse acompanhamento, o que a gente só faz é se deixar de formação para poder acompanhar. Se vocês não terminaram ainda depois eu gostaria de fazer algumas anotações aqui e abrir a palavra. Então, sobre a questão do PL, eu acho que a gente também precisa debater aqui para pensar qual vai ser o posicionamento do Conanda. Sobre ele, é o PL para também trazer mais detalhes que trata do defensor da criança e acho que tem total relação com a pauta que a gente estava falando mais cedo da alienação parental e da falta de atenção para o que as crianças e adolescentes têm a dizer dentro dos processos judiciais. Então, para trazer para vocês que esse PL traz essa figura, vem instituir dentro do ECA o que a Defensoria nos traz, que a Defensoria, na DEP, com o DG, enfim, esse PL traz, é que quando o ECA foi promulgado as atribuições da Defensoria ainda não haviam sido estabelecidas. Então a lei da Defensoria vem depois do ECA. Por isso que a Defensoria não aparece com todas as suas atribuições de defesa de direitos coletivos dentro do Estatuto. Então eles vêm argumentar que muitas vezes já exercem essa função na defesa de direitos coletivos e de custos, mas é que isso não está seguindo as suas atribuições como da atribuição pública, como as questões que estão colocadas na legislação, que precisaria ser colocada. E aí, num debate inicial, a gente olhou para Espera, antes da reunião, e ele traz alterações, não é? Que em diversos pontos, e o que a gente trouxe de debate é que alguns pontos a gente tem mais consenso de que há essa necessidade de acusar da detenção de certos procedimentos como na oitiva informal que é feita pelo Ministério Público, que vai gerar representação de um adolescente por ato infracional. Então nesse momento a gente conversa sozinho, com o Ministério Público sem uma defesa, mas a gente acha que nesse momento. Seria importante. Ter a garantia do direito à defesa, e ter outras situações que a gente também precisa analisar de forma mais detalhada. Então a gente combinou de fazer essa análise por blocos, por temas, né? E trazer essa análise aqui para sem-leno. Mas queria trazer também só para vocês poderem opinar, poderem ouvir, está sendo discutido nesse pé. Então só para registrar, a gente não discute o mérito do projeto, a gente discute a forma, a gente combinou como finalizar para submeter a Assembleia. Espero que em dezembro a gente consiga. Agora, pronto, gente, nesse ponto, nesse ponto, foi a sua diretora, que é, que é, foi uma excelente acalorada, assim. (Inaudível) A coordenadora da reunião trouxe isso na mesa diretora de que ela ficou surpresa com a situação porque ela não sabia que o processo ia se dar daquela forma e que foi muito ruim o processo que se deu dessa forma, né? Porque poderia a comissão ter definido momentos, por exemplo, separados, de oitiva, de escuta, de cada ponto, enfim. Então, acho que a gente precisa

fazer alguns acordos entre nós. Esses links de reunião virtual, eles não podem vaziar, gente. A comissão precisa definir antes, com antecedência, quem serão os convidados. Quem vai participar para todo mundo e preparado para o debate não se pega de surpresa lá na situação. Porque, enfim, acho que a gente precisa ser mais colaborativo na construção dos nossos processos. Então, eu não sei o que foi que aconteceu, como que aconteceu, mas acho que a gente pode pactuar entre nós de a gente se organizar melhor para fazer as escolas. Ainda mais um PL desse que tem essa delicadeza de estar sendo debate bastante finalizado e disputado em torno dessa em torno dessa. Acho que não é difícil identificar quem convidou, mas assim, eu imaginei, eu não convidei ninguém, nem participei da decisão de quem convidar, mas assim, eu não fiz essa leitura, eu tive sido ruim. Muito pelo contrário. Mas precisa ser uma decisão da comissão. Mas quem tomou a decisão? Quem recebeu convite oficial do Conanda para participar dessa reunião foi a Abramig. A Abramig recebeu convite oficial para participar dessa reunião. As outras que estiveram lá não receberam convite oficial para participar. Essa é a questão. São dúvidas. Reuniões não são públicas. Não são públicas. A comissão decide quem vai participar. Porque todas as nossas reuniões, a Coalizão pela Sociedade do Brasil participa da violência. A Coalizão pediu várias vezes permissão para a mesa diretora e foi dado, porque daí a gente avisa todo mundo, as pessoas da Comissão sabem que a Coalizão vai estar lá e que vai participar. O Fórum Nacional do ECA também pede permissão para a gente e a gente autoriza permissão. Eu acho que todo mundo pede permissão para a mesa diretora ou para a própria coordenação da Comissão. E isso não é para dificultar ou para atrapalhar, é para organizar o debate. Se todo mundo tiver ciência de que é assim que vai acontecer, as pessoas que vão participar, as pessoas se organizam melhor. Não é para atrapalhar a participação. Não é com esse objetivo, é para organizar a participação. Eu agora vou começar a escrever. Ah, mas antes tinha uma outra questão que a Marta falou e que eu preciso apontar com relação às representações em audiências públicas e em outros espaços. A mesa diretora também delibera. Por mais que vocês se coloquem à disposição, é bom porque, inclusive, vocês sempre estão por aqui, mas às vezes a gente se organiza conforme a região. Então, se já tem algum conselheiro lá que pode estar lá e participar, é aquele conselheiro que vai ser encaminhado. Por exemplo, quando tem alguma situação. Em que a gente está em outra reunião, a gente prioriza encaminhar um conselheiro suplente para não atrapalhar a nossa reunião em andamento e a gente também prioriza conforme as temáticas. Às vezes vem convites específicos, para o conselheiro Paulo, para o conselheiro Dayse, já veio assim. E a gente, a mesma diretora de libera, encaminha que vão aquelas pessoas em determinados espaços. Mas a gente tem feito assim era sobre socioeducação. Eu pedi para a Deila participar da abertura do evento do CNJ, porque a temática era sobre socioeducação. Então a gente tem feito dessa forma. Com relação à audiência pública sobre o feminicídio, eu pedi, porque chegou com antecedência, eu pedi para que a CDHAP fosse consultada e encaminhasse quem tivesse disponível para participar. Então temos feito assim, conforme a temática. Se vier alguma outra temática mais próxima do debate que a CPP tem feito, a gente vai encaminhar para a CPP indicar quem vai ser o representante naquela audiência pública. Eu acho que assim tem sido organizado melhor. Com relação a essa audiência, não teve participação mesmo do Conanda, porque nós recebemos com poucas horas, antes estávamos envolvidos na RAADH, não foi possível articular assim em cima da hora. A gente pede desculpas, entende da importância de que o Conanda tivesse representado naquele espaço, mas é isso, a gente precisa se organizar com antecedência. Eu quero me inscrever. Sobre esse ponto da representação, entendo que tenha chegado em cima da hora, mas a devolutiva que a gente teve foi. As pessoas que estão em Brasília estão participando da RAADH, então não pode ninguém representar lá no Congresso. Mas a gente sabe que todas as audiências públicas do Congresso Nacional são possível a participação online. A questão não é que eu e Marta queremos representar. A gente está dizendo, olha, as participações também podem ser online, porque não tem ninguém em Brasília que o Conanda não precisa participar. Então, qualquer pessoa pode ser acionada nesse caso para participar. E o Conanda não participou de um debate que era superimportante, que a gente incidiu sobre isso, conseguimos a aprovação de emendas importantes e a gente não estava lá nesse debate. Ontem a gente estava aqui reclamando que a gente não é chamado e quando a gente é chamado a gente não vai. É só isso. Gente, as inscrições. É Marta, Daisy, Fred. Foi o que eu anotei aqui. Marta. Quería voltar um pouco nessa questão de convidados para participar da reunião. Não quero polemizar, mas acho que tem duas formas dessa participação. Uma é você entrar lá, acompanhar reunião, e de repente pedir a fala com o convidado e isso ser concedido. A outra forma é você realmente ser convidado, porque a comissão vai discutir um tema e a gente quer naquele dia ouvir alguns especialistas. Então, é isso. É uma pergunta. Só para gente tirar essa dúvida se o link é fechado, se a reunião é aberta. Laurenice - Versa o Regimento Interno do Conanda. Poderão ser convidados a participar das comissões permanentes ou grupos de trabalho representantes de órgãos públicos dos poderes executivo, legislativo e judiciário de organização da sociedade civil, da academia, crianças e adolescentes, dentre outros conforme critério da comissão. Neste caso eu vou justificar que a Abramig foi a comissão que a Secretaria Executiva convidou a pedido da CDHAP. O link foi colocado no grupo da CDHAP. Outros convidados para além disso, a Secretaria Executiva não tem como saber. E assim, aí fica a coordenação, resolve se a pessoa vai falar ou não lá dentro da comissão. E assim, se convidou só a Abramig é porque a gente entende, mesa diretora e secretaria executiva, de que a comissão estabeleceu um método para aquele diálogo, entendeu? A comissão não é a primeira comissão. Isso é regimental, Fred. Regimental diz que pode convidar a comissão. A critério da comissão decidiu isso. A comissão decidiu isso que pode convidar sempre qualquer um, que a junta reunião é a permissão desse comissário. Gente, a Secretaria Executiva precisa mandar o convite para as pessoas. É um trabalho institucional, não é, senhor? A gente pode discutir o modo de operante. A gente pode discutir o modo de operante da concessão da reunião, que podia ou não passar a palavra para o governo que tentava sair. Deveria ter tratado isso antes da comissão. Se não levaram para o meu diretor, a gente tomava puxão de orelha e perigo. Era assim, não é? Pelo amor de Deus, eu não tenho criança aqui. A comissão decidiu, na primeira reunião, que todas as outras reuniões seriam abertas, e que todo mundo podia convidar quem quisesse a participar. Na primeira reunião, está em alta a comissão relatada por mim. Então, assim, foram convidadas as pessoas para falar e outras pessoas para ouvir. Eu não sei ninguém convidou. Ninguém convidou. Eu não convidei ninguém. Eu quase nem parti para estar dirigindo durante a reunião. Mas assim, eu não confio em ninguém, mas não sei quem confiou, mas é uma exageração. Durante a reunião eu elogiei a condução da coordenação, firmeza para garantir que o debate fosse tranquilo, e tal. E agora, depois disso não há por que dá continuidade com esse debate. Se o modos operante não está certo, vamos discutir o modo operante. Aliás, presidente, estamos discutindo o Modos Operante de tudo nesse Conselho, porque a mesa diretora organiza o Conselho, mas não é dona dele. A mesa diretora não pode deliberar, não pode decidir por quando se competir ao Conselho, ao Conselho de salva aquilo que o próprio Regimento e a Assembleia ele delegou. Então assim, é preciso que a gente decida o Modos Operante disso. Quem representa quem quando? Se a Comissão de Ação Parlamentar não representa o Conanda dentro do Parlamento, não faz sentido esse nome. O Regimento Interno precisa mudar. Ninguém falou que não representa, Fred. Eu estou falando de todas as representações. Tem convites que vêm nominal e a gente encaminha a pessoa que está sendo convidada para participar do evento. Tem convites que vêm especificamente naquele estado, naquela cidade. Se tem algum

conselheiro que mora lá, é aquele conselheiro que vai. É a organização do trabalho. Se tem alguma pauta que é a CPP que está discutindo e vai ter uma audiência pública, é alguém da CPP que vai. Se é uma pauta que diz respeito à CDHAP, é a CDHAP que vai. Ninguém está dizendo que não representa no Parlamento. Ninguém disse isso em momento nenhum. Agora a gente não pode dizer que todas as audiências públicas, a CDHAP que vai. Também ninguém disse isso. A gente precisa estabelecer uma metodologia. O nosso regimento organiza de que a comissão é que define. Vocês estão me falando assim, a comissão na primeira reunião disse que a comissão é aberta. Estou perguntando para vocês, e vocês não estabelecem uma metodologia de trabalho para escutar as pessoas? Essa que é a pergunta que eu faço. Porque a coordenadora da comissão foi surpreendida com um debate que ela não sabia que ela ia ter que coordenar naquele momento. Se essa tivesse sido uma deliberação da Comissão, ela teria ido preparada para o debate. Essa que é a questão, gente. A questão não é que não pode convidar, pode convidar. Desde que as pessoas estejam organizadas para isso. Eu vou voltar às inscrições e eu vou pedir, por favor, que ninguém mais se atravesse. Peçam a palavra que eu vou fazer as inscrições. Marta, finaliza porque é isso, eu acho que a gente colocou na pauta a escuta de uma pessoa, é como se a gente tivesse posto na pauta dessa assembleia que ia trazer as indicações de Elisa para escutar sobre a revogação da lei de alienação parental, e aí eu pego e chamo alguém que é a favor da lei, sem falar com ninguém, e coloco aqui para a gente gerar um debate. Eu acho que essa situação que a gente está questionando, olha que não foi dada essa transparência nem dentro do próprio grupo, porque a Laurenice que acompanha, se ela tivesse visto outras sugestões, porque ali foi livre, olha, sugiro que chame tal fulano e que tal fulano, e nesse momento ninguém falou vamos chamar a Defensoria também. Foi algo que a Cris, brilhantemente contornou, foi algo que aconteceu, mas também tem a coisa de constranger o convidado, se o convidado vai lá para fazer uma conversa é um processo. Se ele vai lá para fazer um debate sabendo que vai ter gente contrária, é outro processo. Eu acho que todo mundo se saiu bem no final, mas é isso. Acho que também concordo com você, Fred. Se a pessoa não estava inscrita como convidada para falar naquele momento, podia ser uma deliberação ouvir ou não. Porque também é isso. Se a gente não tem os convidados na lista, mas tem outras pessoas na reunião e ela pede a fala, ela pode ser concedida ou não. E aquelas pessoas não estavam listadas para falar. Mas eu concordo, a gente também não pode constranger as pessoas. Se eu estou nesse lugar também de ir como especialista, eu gostaria de saber o restante da lista de convidados como a Câmara faz com as audiências públicas. Eu sei quem vai, quais as organizações estão lá. Eu acho que o problema é tratar isso dessa maneira. Não aproveita que vai ter esse debate, porque a gente tem que ouvir o teu lado também e acabar estrangendo as pessoas que a gente mesmo convida. Em que pese tem umas opiniões contrárias às nossas, sabe? Acho que a gente precisa respeitar o formato e o portado que está lá. Obrigada. A conselheira Dayse: Gente, eu gostaria de pontuar duas coisas. A primeira, e eu acho isso bastante importante, é que esse debate desse projeto de lei, ele nos interessa muito de perto. Acho que definir quais são as atribuições do defensor público num sistema judicial, no sistema de garantia de lei com o sistema de justiça, é fundamental. Então, isso é estranho que, para fazer o debate a respeito de um projeto de lei que diz respeito a defensoria a primeira instituição chamada seja a Abraming. Primeira questão. Então me parece que no afã da gente poder fazer, ouvir, conversar sobre o tema, né? Primeiro chamar a Abraming e a Condege, não é a primeira convidada? Primeira questão. Primeira questão que eu tenho que ouvir é, se o projeto de lei diz respeito ao Condege, que o Condege tenha a dizer sobre isso. Depois eu vou ouvir os outros a não ser que eu queira realmente fazer um debate com todos os atores implicados na questão. O que seria? E não sei nem se seria a Abraming, Porque a Abraming é uma associação brasileira de magistrados de agressores da juventude, e nós temos mais de uma associação de juizes, mais de uma associação que junta juizes, promotores, defensores. Então me parece que talvez tenha que haver também um preparo maior para que a comissão esteja mais amparada para fazer a escuta de uma maneira mais organizada. Então acha que há um trabalho prévio que tem que ser feito. Não sou da comissão, mas eu diria isso. Quando eu me inscrevi pela primeira vez, eu queria dizer o seguinte, gente, me preocupa sobre maneira que a gente tenha muita clareza. Eu sei que a comissão ainda não chegou no método e que a comissão está discutindo a metodologia que vai ser trabalhada. Eu acho que isso é bem importante, mas eu gostaria de dizer, do ponto de vista do mérito é muito importante que a gente possa entender qual é a função do defensor público, porque existe uma luta histórica, da qual vários profissionais não só dão direito, fazem parte, que é a defesa do direito da criança. Então, a gente tem que fazer uma distinção. O que é o defensor do direito daquela criança, o João, o que é o Ministério Público como defensor do direito de todas as crianças. Então, no exemplo que a Ana trouxe do adolescente com o caso institucional, isso fica bastante evidente. Então, se eu tenho, o Ministério Público representa o Estado, embora ele não seja subordinado a nenhum poder, ele não é um poder, ele é um si mesmo. Ele representa o Estado, e ele vai verificar quem os direitos foram livros pelos sujeitos ou pelo Estado, pela sociedade ou pela família. Então me parece que esse debate extrapola a comissão, tem que vir para se ver, mas eu sinto falta, eu sinto meu bem. Ditar, participar, às vezes eu não estou na comissão, mas eu tenho um interesse, a minha praia, eu posso colaborar, mas também não sinto falta. Da circulação mais rápida dessas informações, poder ouvir, poder entendê-las. Um debate é bastante importante. Uma outra coisa que eu queria dizer em relação às divergências e de magistrados, tomadores e deputados, é que isso está deixando na altura do contexto, a área do estereótipo está completamente notável. Porque há várias funções que ele debilita e que a defesa dele está chamando também para si. Uma delas, diz respeito a fiscalização, (inaudível). Então acho importantes essas diferenças que estão feitas, e eu acho que está mais grande. Por outro ano, para gente ter um plano de comunicação, que a gente tenha um pouco mais rapidamente, o Conanda, em si dá ciência do que está rolando, de qual é o tema, como é que está sendo discutido, que dia que vai ser, para a gente poder também se organizar, e não ficar tão às vezes preso numa comissão que só não está sentindo muita possibilidade de participação. Sabe? Então é uma sugestão. E quanto ao mérito da questão dele? Nós temos também essa coisa da pressa, então tem que discutir tal dia naquela Assembleia e no ponto de tantos minutos, isso aqui, se a gente tem como critério o que vai servir, o que na defesa do direito da criança e do adolescente, nós temos que aprofundar isso. O que é defender o direito? Então a minha sugestão é no dos dois lados, tanto na organização, acho que existe uma organização pré-líquida que tem que ser feita também, e os encaminhamentos posteriores, que não serem mais rapidamente informados, talvez um pequeno boletim, uma coisa que serve, uma coisa que possa. Ó, com comissão tal, com comissão tal, com comissão tal, alguns encaminhamentos que estão rolando para a gente poder acompanhar mais de perto. Marina: Esse boletim podia só ser a circulação da pauta para todo mundo? O que cada comissão vai discutir naquele dia? Pode ser? Só para eu anotar aqui como encaminhamento. Fred? É, eu acho que é bastante para a gente. Só para reafirmar isso. Eu acho claro que a organização deve embora garantir defesa, acho que todos nós aqui definimos o direito de contraditório, mas nessa perspectiva acho que a gente tem que ter esse cuidado com essa organização, mas assim, entendo que a crítica, a crítica não é adequada para o espaço que está se tratando. No âmbito da comissão, eles poderiam, deveriam ter sido discutidos, deveriam. Houve de uma forma o constrangimento é que é fato. É fato. O debate começou a caminhar por um rumo perigoso. E a gente foi muito, muito assertiva na condição, no condicionamento, no detalhamento desse debate. Agora, há essa

deliberação na Comissão, não é afirmar, nem quem foi que convidou quem. Mas há essa deliberação na Comissão, as nossas reuniões são sempre abertas em qualidade dos próximos de membro da condição pode convidar quem quiser. Não há qualquer denúncia em sentido contrário. Agora, se passar a condição da reunião, deve passar a palavra para quem entende e que deve. E não para quem possa, de alguma forma, recriar esse tipo de constrangimento. A mais rica é era só para extrair os que não ouvem. Pelo menos a meu ver. Não houve consequências negativas de debaixo, pelo contrário, pelo contrário nos chamou a atenção para um fato que talvez passasse despercebido, nos nossos olhos, a Daisy contou com muita competência até agora, mas eu não tinha atentado para esse risco que estava nesse conflito em interesse entre os diversos órgãos, então os passados despercebidos nos chamaram a atenção. Acabou sendo rico, foi positivo, foram muito interessantes, profundas, do ponto de vista do mérito do projeto, as explorações foram muito, muito interessantes, nos auxiliaram bem a visualizar o projeto de um modo amplo. Achei que a gente podia ter resolvido isso no âmbito da comissão. Só isso que queria destacar. Obrigada, Fred e Dayse. Boa tarde a todos e todas, Thayse Bauer, a Coalizão pela Socioeducação. Acho que primeiro, primeiro ponto é dizer que eu achava que era ponto pacífico a participação de organizações na CDHAP. A gente participou inclusive durante todo o governo Bolsonaro, das reuniões, começou a ter conflito quando as reuniões voltaram a ser presenciais e aí a coalizão começou a pedir que fossem híbridas. Então esse foi o grande ponto de questão. Quando começou agora o novo mandato do Conanda, não havia nenhuma questão. Inclusive a Coalizão foi só um pedido, o que foi exatamente, o que foi acatado, e a chave não havia nenhum problema em relação a isso. Sobre a CDHAP, acho que as informações precisam correr um pouco mais entre vocês, porque duas pessoas da Defensoria Pública que falaram em reunião, são da Coalizão. Então assim estavam ali representando inclusive a Defensoria Pública de São Paulo, a Defensoria Pública de Minas Gerais, e são pessoas que fazem parte da coalizão. Então, o link foi post no grupo da coalizão e aí entraram. Uma outra coisa que eu queria pontuar é que esse PL é um PL extremamente importante, acho que sobretudo para a social educação, especialmente, porque ele prevê o Defensora Delegacia de Polícia, o Defensora Oitiva Informal. com monitoramento pela Defensoria Pública, porque tem vários defensores que estão sendo impedidos de entrar em unidades sociais educativas quando tem notícia de tortura de adolescente dentro do sistema. Então, há um debate acontecendo fora do Conanda, e acho que todos os conselheiros e conselheiras aqui já estão cientes de que tem, de fato, uma rixa para que a Defensoria Pública não aprova esse PL, porque supostamente estaria pegando ali as atribuições do Ministério Público, o que do ponto de vista da socioeducação não tem absolutamente, não faz sentido, não faz nenhum sentido. É por isso que eu propus com o encaminhamento na reunião, inclusive, que fosse analisado em blocos e que o GT socioeducativo ficasse responsável pela análise dos arquivos que falam do socioeducativo. Uma segunda questão que eu acho aqui é que os defensores foram chamados para entrar naquela reunião porque se convidou a magistratura para discutir o PL que estava sendo proposto pela Defensoria. Então eu acho um desrespeito, assim, um desrespeito sem tamanho, chamar a magistratura ou o Ministério Público para falar sobre o PL, que foi escrito inclusive a mãos por vários defensores e defensoras. Então é por óbvio que os defensores e defensoras vão entrar na reunião para defender o ponto de vista do PL, já que eles sequer tiveram o direito de apresentar o PL que foi escrito por eles. Então, acho que o CONANDA precisa ter um pouco mais de cuidado para não ultrapassar as atribuições, para não ultrapassar os atores, que inclusive esse CONANDA considera como fundamental na Resolução 513, que define o sistema de garantia de direitos e coloca a Defensoria Pública na mesma hierarquia do Ministério Público e do Poder Judiciário. Então, assim, é muito importante que quando sejam o PL de autoria de tal ator e de tal atriz, primeiro essa pessoa seja escutada desse órgão, seja escutada para depois se chamar outros organismos, outros órgãos que possam fazer o debate. Obrigada. Marina: Obrigada, Taís e Angélica. O que eu acho, acho que desviou um pouco do tema, mas acho que é importante a gente colocar e deixar claro e límpido aqui, está claro no regimento tudo que tem autonomia. As comissões para colocar os critérios. Agora os critérios, gente, não é cada um, cada participante chama quem quiser, não é aberta, não é aberta, o regimento não é aberto. Agora, pode se convidar, a critério da comissão, pode convidar qualquer pessoa. Ou seja, a comissão tem que deliberar a gente, a comissão, para a tal reunião vai ser chamada. A, B ou C. Todos têm voz lá para discordar inclusive. Não, acho melhor colocar. Tenta isso, vamos colocar logo tais detalhes, atores, até para ter o debate de ideias divergentes dentro da comissão, está certo? Então não vamos ouvir cada ator em uma reunião diferente, está certo? Está certo. Eles têm que ser, obviamente, acordados dentro da comissão. Acredito que seja isso que está sendo falado. Não pode chegar na comissão e de surpresa ter pessoas lá, porque justamente ela não é, tem regras. Não é um absurdo uma comissão chamar um e ter que chamar outro. Não, não é aberta, gente. Tem regras. Vai chamar, claro os atores-chave, isso seria. Mas assim, primeiro, claro que tem autonomia para chamar os convidados no momento que quiser. E o segundo é essa questão, eu acho que pode, por exemplo, uma comissão pode ter, olha, a gente pode chamar, mas isso tem que ser acordado, bem, o que está colocado é a questão que não foi acordado. Não pode se acordar que vai uma pessoa e chega lá ter outros atores e criar... É só isso, mas isso eu acho um ponto muito importante para a gente deixar claro. Se isso não estava claro, claramente não estava claro. Algumas pessoas achavam que era do jeito, que era do outro. Isso é tranquilo, daqui para frente, gente. Eu acho que não pode começar com essa ideia de que é um rito para A ou para B. Mas quando tem um fato que o homem desgaste, se percebeu isso, que havia esse entendimento divergente, e a gente chegar no consenso. Mas o que eu acho que a gente tem que deixar bem claro e combinado aqui, né? Essa questão de quando tiver uma reunião da Comissão, todos os componentes da Comissão terem clareza do que vai acontecer lá, do que vai ser discutido, e que são as pessoas presentes. Marta, pedi a inversão da saída para audiência, mas foi exatamente isso que aconteceu. Quando foi colocado no grupo nosso. A gente vai te falar o que é que você acha. Então, como a gente falou, acho que a gente podia chamar tal pessoa, acho que a gente podia chamar tal organização. Existiu essa má fé, ah, por que só essa? Entendeu? Ali, e teve o que não falou nada. Então assim, se nós estamos combinando de fazer um evento, você me pergunta, Marta, se tem alguém que você pode indicar para falar tal coisa? Ah, eu tenho, Ana Angélica. E aí a conversa é aberta, é aqui. E aí depois o Renato falou, poxa, vocês não convidaram alguém dos povos tradicionais? Mas por que você não falou que você estava aqui? Se tem alguém para indicar, é aberto. Eu acho que só o incômodo que fica depois foi posto no grupo aberto. As pessoas podiam ter sugerido outras pessoas, outras para além desse sistema de justiça. Então, não, aí no grupo assim, ficou combinado o quê? Que eu chamar a entidade que tinha indicado. Entendeu? Porque agora que a gente está questionando, por que você chamou esse pessoal de verde, não chamou aquele de azul e por que os vermelhos não estavam participando. Porque em algum momento no grupo, alguém só falou dos verdes, Ana Angélica. Eu estou te dando razão. É isso. E aí de surpresa, é como você chegar com testemunha surpresa no processo. Olha, não fiz nada até agora, mas eu tenho essa testemunha aqui. E foi o que aconteceu na reunião. Olha, a gente não sugeriu a tempo, mas deu tempo de trazer, ou de chamar, ou de colocar essas pessoas no grupo. E eu concordo com o Thais. A gente tem passado os links para as pessoas que vêm, que colaboram, que contribuem. Esse dia o que teve de especial? Teve alguém que foi convidado formalmente para fazer uma fala naquele contexto. E que os outros vieram por outras vias que não com o convite oficial. E que se criou uma situação X

que o Fred colocou. Entendeu? Que a gente sobreviveu, saiu do outro lado, mas assim, podemos evitar para as próximas? Que é o que você está falando, Ana Angélica, podemos evitar para as próximas? Vamos pactuar isso? Então, quando alguém perguntar sobre tal pele, eu tenho uma organização que sabe falar. Os outros se manifestem também. Ou então a gente fica nesse não tive ideia de chamar esse pessoal. Tudo bem, não tive ideia, às vezes acontece. Mas não houve essa má fé, a gente quis escutar este, esse histórico que Thayse está trazendo era um histórico que nem todo mundo na comissão tinha. Agora a gente tem, é o projeto da Defensoria, então vamos ouvir. Porque apareceram vários outros semelhantes também, né? E que é uma discussão antiga, de fato. Mas é isso, gente. Obrigada, desculpe o excesso. Marta, até antes de você sair, eu só queria finalizar uma coisa, eu já vou passar para Elisa, que é a próxima escrita. Eu vou pedir para a CDHAP organizar uma metodologia. Se a CDHAP quiser propor um seminário em que tenha uma mesa com todas as pessoas e outras comissões queiram participar e ajudar na organização é ótimo, excelente, vai contribuir porque a gente já entendeu que essa pauta é superimportante para nós e que a gente vai se posicionar e então a gente precisa ter subsídios para isso. Então, se deu errado lá na hora, a prensa sempre me parece que não, deu certo, teve uma mediação que precisou ser feita, mas algumas pessoas não estavam preparadas para o debate. Pois então agora que seja feito um convite oficial para todas, que elas venham preparadas para o debate, que a gente possa organizar um debate para poder construir o nosso posicionamento. Tá? Vai Elisa. Bom, boa tarde. Só porque, assim, não sei se levantaram meu nome, eu segui um rito que eu tirei de hierarquia. Falei com a Secretária Executiva, depois da Secretária Executiva eu me dirigi à coordenadora da CDHAP. Então, assim, eu não entro nas reuniões sem pisando. Corretamente, não estou aqui querendo passar por cima de ninguém, só isso. Inclusive eu pedi para, quando tivesse o assunto que é relativo à minha instrução, eu pudesse estar lá. Não, só porque como houve essas discussões assim, não estou aqui no caminho de privilégio, nem nada. Seguindo os ritos os conselheiros podem acompanhar qualquer comissão. Não, eu li no regimento, mas assim, mesmo lendo, a gente sabe que existem aqueles pactos tácitos. Então, bem claramente, não passo por cima de ninguém. Edmundo: Agora não é rapidinho e marca e mar assim ó gente eu acho que marca falou um pouco do que eu queria falar, mas eu queria só reafirmar o seguinte depois da aprovação do PL 14692 que é esse fundo e autorizou a captação direto parece que abriu um moleque lá no Congresso e tem um monte de PLs. E aí eu quero colocar aqui que a COF precisa acompanhar esses PLs. Até porque a gente já tem uma expertise, né Amanda, constituída. Bora ser peão. Mas eu acho que é nossa ação também. A outra questão diz respeito sobre como se dá o convite. Eu queria pedir que nossa secretária executiva leste o artigo seguinte, porque eu tive o cuidado de quando comecei, de quando começamos esse mandato, saber como que cada comissão poderia atuar, qual era o raio de atuação e como essa atuação deveria acontecer. E por último, é só para aproveitar o momento, porque já acabou o relato das comissões, eu pensei que o assunto podia surgir, mas eu queria provocar aqui a Amigo Diretora para ficar atenta às questões que estão acontecendo com o Disque 100. Nós estamos recebendo muitas denúncias e ontem nós tivemos a oportunidade de conversar aqui com ele rapidamente. Está com a mesma preocupação sobre os anúncios que estão surgindo, sobre o não funcionamento, porque na realidade as pessoas estão dizendo que meiga ninguém atende. E são muitas pessoas que fazem isso. Não é uma só. Eu já ouvi isso de várias. Ligar e não atender é terrível. Quer dizer, é a própria morte do sistema que nós criamos. Lembrem, quem criou, quem começou, o que esqueceu foi a sociedade e o brasileiro. E que depois disso se transformou numa política pública. E o pior, aí às vezes a pessoa consegue falar, depois de muito espera, quando consegue falar, não tem a resposta, não tem o acompanhamento dos anúncios. Eu acho que a gente precisa tratar desse tema, estou fazendo mais trabalho para a gente. Não é da COF, isso não. Agora eu queria que ela pudesse ler o parâmetro seguinte para não poder encerrar esse debate aí sobre. Elói: Eu não vou entrar no debate aí porque foi absolutamente bem contemplado e só reafirmo o que é fundamental a gente aprofundar, discutir profundamente essa questão, porque eu usei uma liga rápida no projeto e tem muitas implicações, muitas, e é bem importante que a gente. No afã de querer fazer, encaminhar, a gente acaba, bota muito a emoção e acho que é bem importante racionalizar, às vezes. Às vezes e sempre. Sobre o, não sei se era isso que o Edmundo pediu para a Laurenice e o iniciou, mas sobre a questão dos convites, está bem claro no regimento e assim que a gente tem se pautado na CMF. Lá no artigo 41, onde dizem, são atribuições dos coordenadores das comissões permanentes. No inciso 6, diz o seguinte, solicitar a Secretária Executiva que faça convite a especialistas que poderão colaborar na reunião da comissão permanente ou grupo temático sobre a discussão. Então é assim que a gente tem procedido. Bom, se tem problema no regimento que a gente precisa rediscutir, acho que tem questões que a gente precisa rediscutir no Regimento Interno, mas é o que está dado, é o que está... Então, ou a gente tem uma organização e se pauta por aquilo que está provado aqui, ou pode virar uma bandalheira, essa que é a questão. Acho que é bem importante ter essa seriedade e encaminhamento das questões, é só isso, obrigado. Obrigada! Dayse: Na verdade eu também já me sinto contentada, acho que importante, embora agradado esse tipo de discussão, eu queria salientar mais uma vez a necessidade da comunicação. Eu acho que nós estamos tendo demandas que ficaram acumuladas durante muito tempo. Nós somos poucos para tarefas muitas, e se nós não tivermos, assim, bastante clareza de como é que nós podemos buscar junto e trazer pessoas para nós ouvirmos e, com isso, a gente poder aumentar o nosso repertório, nós não somos donos de todo o conhecimento do mundo. Nós temos que ser humildes e saber da nossa mente e chamar, sim, ouvir, escutar. Eu acho que talvez o grande exercício seja a gente estar mais informado entre nós mesmos. E ter um critério, não só de... Aqui, por exemplo, quando diz que é a coordenação que vai solicitar, então a coordenação não tem que indicar quem vai ser convidado. Mas nada impede, nada impede. Dayse disse isso, como também disse, que nessa hora, por exemplo, chamar primeiro os juízes e não ter ouvido ainda os defensores públicos é no mínimo um engano estratégico. É um engano estratégico de falta de compreensão do que é o projeto de lei em si. Então acho que isso acaba também na sequência de ações, a coerência. Se a gente tem uma resolução que cria o sistema nacional de direitos da criança e adolescente, nós também temos que nos ater. Eu acho que nós todos estamos sendo apelados por uma questão que se chama de emergência. Todo mundo está tendo que agir muito rápido, dar respostas muito rápidas, sem poder consultar, refletir, pensar, pedir ajuda. Então, acho que talvez, para o ano que vem, a gente possa se organizar melhor a Dayse, que diz assim, se eu vou tratar do sistema de garantia de híbridos, o que que já tem? A Secretária Executiva já organiza isso, olha, tem sistema de garantia, tem resolução, o Conanda já andou deixando o nosso palco, está ao período, está em um subsídio para a comissão, não começado. Se as comissões fechassem a pauta com antecedência, talvez isso pudesse ser possível de organizar. Mas as comissões têm fechado a pauta no dia da reunião. Não tem como ter essa organização prévia. Eu acho que a gente tem que... É bom esse debate porque isso chama a atenção de todos nós, da gente organizar um pouco melhor para fechar as pautas antes, para que daí a sanitária possa fazer os convites necessários para que possa dar subsídios necessários, para que possa circular um boletim anteriormente e todo mundo fique sabendo da pauta e da agenda daquela permissão. Esse seria o cenário ideal, vamos pactuar isso? Acredito que seja o caminho. O Fred pediu inscrição e o Beto e finalizou, gente. Juro que eu vou ser bem breve. Eu só queria pontuar as coisas com bastante clareza, para não ficar parecendo uma coisa que não é. Aliás, meu pai me ensinou que existem três verdades. Aqui o lado

conta, aqui o outro lado conta, é que não tem que ser nem um time. É que cada um carrega um pouco mais na emoção, dependendo do vencedor, só para a parte. E a verdade dos fatos. Então, assim, a luz da verdade, para tentar resgatar as coisas como se dão, e como estão no resumidamente interno, que aqui ninguém acha ou entende. Tem que ser o que dá escrito, ser o que dá dito, não é? Ninguém inventa. Certo? Então vamos lá. Como é que é essa comissão se posicionou? São duas coisas distintas. Uma, quem serão os convidados na forma do artigo do regimento interno que o Elói fez a leitura para a gente, porque aqui ninguém proponha bagunça, é certo? E essa é uma coisa, quem vai ser convidado para falar. É isso que está ali. A outra é, as reuniões da Comissão de Direitos Humanos e Ação Parlamentar, será o tempo aberta a quem quiser partir. E aí quem pode convidar quem quiser participar? Todos os membros da comissão. Qual é a rotina disso? Não tem, não tem. Porque é exatamente assim. Eu sou membro dessa comissão, acho que quero convidar o meu amigo vizinho para assistir. Se ele vai ter direito a falar, se ele vai poder debater alguma coisa, é problema da condução da reunião. E não do convite. A gente não faz reunião de porta fechada. A gente faz reunião de porta aberta. porta aberta, agora fala quem for autorizado pela Comissão a falar, quem faz disposição, quem for convidado a fazer. Essa que é a questão, e foi assim que a Comissão procedeu, surpreendeu a todos nós, inclusive, quem não foi convidado por muito mais tempo do que quem foi, muito mais tempo de disposição, muito mais profunda e didática, inclusive, do que quem foi convidado. Surpreendia todos nós, quando ao final da fala, quem não tinha sido convidado a falar, nem tinha sido autorizado a falar, o participo de participação democrática provocou o debate, a mesa interveio de forma brilhante e interrompeu o que poderia me escambar para um debate pouco educado foi extremamente rico para a comissão, não teve bagunça, ninguém foi surpreendido com a aparição de ninguém. Não, não, houve surpresa. Houve surpresa é com o tempo que foi dado de fala a uma pessoa que não tinha sido convidada para fazer uma exploração. Ninguém aqui está livre de fazer uma assembleia ou uma reunião se não for por meio virtual, que tem um link aberto. E tem alguém, e eu não estou dizendo que foi o caso, mas tem algum inconveniente que alguém fale mais do que deve ou que não deve. Ninguém está vivo. Então assim, o que é vivo que não está normatizado, não está normatizado, é quem pode assistir a reunião. Isso não está normatizado. Está normatizado, é quem é convidado a falar, isso foi obedecido e está normatizado. Quem autoriza quem é o falar também foi obedecido. Então assim. Só à luz da verdade, as coisas funcionaram dessa forma, acredito que é preciso talvez criar isso no fato. Aliás, como profissional do poder legislativo do senhor, em termos de a gente se movimentar, a gente cria norma a partir da realidade básica, existe o fato de a gente ser normatizado. Hoje estamos tentando normatizar, vamos normatizar, mas não foi deixar de observar nenhum dos contrariedade de ninguém pela participação dele. Começou o nosso debate porque houve, isso foi tratado na mesa diretora. Marina: Por isso que começou o debate. Eu não estou mentindo, Fred, teve uma contrariedade. Se não, o debate não tinha surgido, né? É porque teve contrariedade. É Beto. Não, eu vou agradecer o presidente, mas vou retirar minha fala, deixar para sugerir encaminhar num outro momento pelo bem da nossa serenidade. Obrigada, Beto Obrigada, fundamental. Gente, vamos precisar então aprovar a relatoria da CDHAP e os encaminhamentos. Tem essa sugestão que a gente precisa organizar melhor o trabalho. Eu vou fazer uma proposta para colocar lá nos grupos, estipulando prazos para que as comissões fechem suas pautas, para que a gente possa circular esse boletim e se organizar melhor nas nossas agendas e se organizar melhor na participação. A gente quer que todo mundo participe e que seja um espaço democrático e aberto em todas as comissões, mas de forma organizada para a gente não constranger ninguém e estar preparado para os nossos debates e para o trabalho que a gente precisa fazer. Então, coloco em regime de votação a relatoria aos encaminhamentos da CDHAP. Por favor, os conselheiros e conselheiras que aprovam, por favor, se manifestem. Contrários? Abstenções? Ok, aprovado. Por favor, a relatoria do GTSinase. A conselheira Amanda Anderson: Não, ele está procurando para colocar ali para vocês. Prontinho, está aí. Eu tenho aqui tudo vai ser o Sinase, aí a gente vê o Sinase, o GIFE. Iniciando a reunião com a apresentação dos presentes, sendo o Deila, o Gajope, a Paola, Rogério Eduardo Guedes, Gérgelo, Ed, Lorena, Camila Antero, Camila Sabino, Mara Carneiro, Gustavo Samuel, Thayse Bauer, Maiara Silva, Rodrigo Azambuja, Sorimar Saboya, Ana Carla Rocha, Romilda Vieira e Laurenice Castro. Feitas essas apresentações, a coordenadora do Sinase, Deila Martins, passou aos informes a pauta presente reunião. Thayse informou sobre PLS 425619, de autoria do senador Virão, que autoriza o uso de armas de fogo por agentes da socioeducação. Uma relatoria do senador Alberto Girão e está para ser pautado em breve, apresentando um parecer de coalizão para ser emitido através do Conanda, através do Conanda, solicitando a Marta o alinhamento para encaminhar com rapidez a apresentação ao plenário do Conselho. Maiara trouxe o informe de que foi elaborada a relatoria sobre o PL da Secretaria de Infância e Adolescência. Marcio Rogério trouxe aqui. Enquanto defensor, está preparado uma ação civil pública contra a legislação de minas gerais que permite o uso de armas de fogo por agentes da social educação sendo solicitada apresentação ao Sinase para uso como base de apontamentos. Mara trouxe a informação sobre a situação das meninas em situação de privação de liberdade do Ceará, solicitando a emissão de uma nota contra a tortura com algemas, entre outros, sendo informada por Maiara que a secretaria já tem essa ação no radar e está monitorando. Inclusive, gente, só para fazer um apontamento aqui, que foi depois da nossa reunião. Foi depois da nossa reunião. Oi, tudo bem? Tudo? Está todo mundo em silêncio agora, depois de quase rodar a cadeira aqui. Vai! Eu quero rodar a cadeira comigo também. Fazendo um apontamento com essa questão do Ceará, inclusive os agentes socioeducativos eles foram, está muito baixo. É que vocês estão acostumados com o prédio que fica engolindo o microfone e gritando no ouvido da gente. Esses agentes foram afastados agora recentemente, na semana passada inclusive. Deila trouxe a demanda apresentada na última reunião sobre o chamamento do Conselho para reunir-se com a Fundação Casa de modo virtual, sendo dito por maior que uma solicitação de intervenção federal por parte da Associação dos Sindicatos Contra a Privatização e as PPPs. Amanda trouxe que foi sugerida uma reunião com os agentes e que poderíamos apenas reforçar esse ponto de pauta. Gustavo trouxe que existe um GT criado para discutir as PPPs em São Paulo, que terá reunião no próximo dia 13, às 10 horas. Relembrando Marta que já houve uma audiência pública que tratou esse assunto. Camila novamente disse sobre a situação do Ceará, que seria interessante acarar a banda do MDHC para acompanhar a situação naquele estado, sugerindo a coordenação e o encaminhamento no sentido do GT, requisitar ao Ministério a inclusão do Estado nessas caravanas dos direitos humanos no Ceará. Paulo informou que é uma articulação dos sindicatos para uma próxima reunião, sendo solicitado por ele, e informe no Globo interna da data e o livro para que possamos nos fazer presente e acompanhar. Rodrigo trouxe a forma como as crianças adolescentes são conduzidas totalmente contra as reorientações, chamando a atenção ao artigo do 178 que regulamenta esse transporte. Não podendo ser feito em camburões, além deixa essas crianças sob o sol e sem ventilação adequada, e crianças adolescentes, imagina. E para além da nota do plano lenda, sugere uma parceria com o mistério sendo orientado por Deila em caminheira ao e-mail da secretaria, que será direcionado ao GT e aproveitamos para fazer a provocação ao UNICEF, informando Marta que possui contatos de representantes dos órgãos de São Paulo, podendo contribuir com essa relação. Maiara apontou que, além do contato pelo UNICEF, também alinhar com o PNUD da ONU uma parceria nesse sentido, por ser uma maneira de combater as associações, não só pelo Judiciário, como também através dos organismos internacionais informando ainda

que está sendo produzida os relatórios da caravana feita pela secretaria e será apresentada a esse GT. Ressaltando que as caravanas não possuem o caráter de fiscalização, mas de constatação de elaboração de demandas fiscalizadoras. Informando que foram feitas algumas sugestões ao governo do Espírito Santo que aceitou, mas em caso de exceção, principalmente no cuidado à saúde mental, por ser um ponto crítico do Estado. Mas que a caravana efetuará sua visita ao Estado em breve, agradecendo a Deila questionando se o site está aberto a sugestões, sendo informado aqui. Márcio trouxe que já existe um inquérito civil público sobre essas modalidades de transporte de crianças e adolescentes, sendo informado que a Polícia Militar e Civil deixarão de transportar crianças e adolescentes, já que existe uma orientação específica para essa modalidade de transporte. Ressaltando que a União tem permitido que os Estados apliquem as modalidades sociais educativas por si sem qualquer forma de monitoramento, que se faz necessária para maior execução das recomendações e orientações demandadas pelo Sinase. Camila solicitou o e-mail do Marcio para enviar o envasamento de gestões de transporte de adolescente, que existem subsídios em vários diplomas legais. Na Carla apresentou a perspectiva de universalização do CREAS. É um debate, inclusive com o sano planejamento dessa proposta de... Eu que fiz a relatoria. O quê? Ele tirou de lá? Está tudo certo? É porque depois que eu engato a primeira eu vou. Não tem? É. Ampliação, não sei se só vão aprovar mesmo. Ampliação do CREAS para o atendimento da sociedade na comunidade aberta, reforçando uma área que cinco pessoas do Ministério da Justiça e Segurança Pública vão auxiliar nessa atuação. Três pessoas do MEC estão aguardando mais pessoas dos demais ministérios que têm interesse na temática enfatizando que foram seis anos de destruição, que precisamos de... recursos foram escassos por certos períodos e que a União não poderia incidir diretamente na aplicação pelos Estados, mas que essa realidade de entrega vai ser moldada de forma distinta a partir dos próximos repasses. Marcio destacou que existe um PL que versa sobre a social educação, a mãe dos PLs, sobre a social educação, solicitou que Conanda a peça de uma audiência pública alcançada como forma de pressão em andamento da demanda. Marcio informou que o Conselho Nacional do Ministério Público fez uma inspeção anual em todos os serviços de medida aberta de parceria com o MDS, reforçando a fala da Marta sobre o financiamento de forma continuada, proposta no PL mencionado. Deila trouxe a anúncio sobre o uso de equipamentos de armamento menos letais na unidade social educativa de Tocantins, de pensar uma maneira coletiva como Conanda dessa demanda, trazendo Romilda, Defensora Pública do Estado do estado em questão, relatando essa que houve um evento no início do ano naquele estado no qual alguns sócio educandos agrediram um agente e esse evento mesmo que isolado nos encadeou uma série de medidas que foram recomendadas, inclusive pelo Ministério Público daquele estado no uso de armas menos letais, tais como tonfas e spray de pimenta, estando essas medidas bem avançadas em sua implementação explicando que o dispersor de extrato vegetal, spray de pimenta, solicitando a verificação de aplicação dos repasse para a social educação sendo aplicados em armamentos e não em educação e reinserção desses adolescentes. Lembrando que foram apresentadas denúncias naquele estado a OAB sobre o tratamento desumano e situação de indícios de tortura praticados em desfavor dos adolescentes, se colocando o Rodrigo para auxiliar no que fosse preciso. Maiara informou que recebeu através do SEI essa demanda no Conanda e encaminhou os setores responsáveis e outros órgãos, sugerindo aos membros aqui presentes que encaminhe essas demandas diretamente à coordenação como forma de agilizar o procedimento. Maiara se relatou que está preparando um relatório sobre a situação no Estado referente ao uso de fardamento militar pelos agentes, o que é considerado pelo Ministério Público completamente fora do propósito da socioeducação e a aplicação de verba destinada a sugerir ao Conanda uma resolução que possa tratar desses pontos das viaturas do fardamento desses instrumentos sendo informados pela coordenadora que já estamos na elaboração de um documento nesse sentido no conceito. A coordenadora do GT mencionou que enviaram um e-mail à senhora Laurenice. Enviou A senhora Laurenice marcando uma nova reunião extraordinária para o dia 14 de novembro, às 10 horas com sugestão. Enviou sim. Ela enviou aí, ficou 17/11. Mas aqui, lá no dia a gente acordou dia 14 e a minha relatoria foi dia 14/11. Minha relatoria está certa. Às 10 horas com sugestões pesquisadores sobre o tema, enfatizando, Amanda, que temos como membro no Conselho não do Ministério do Trabalho e Empregos, sugeri que o convite para participar da próxima reunião, trazendo propostas e questionamentos sobre a regulamentação dessas EPIs para a socioeducação, encerrando a coordenadora desse GT com a ênfase na reunião marcada para o próximo dia 14 às 10 horas de forma extraordinária. Quantas reuniões a gente já tem em ausência do Ministério do Trabalho e Empregos? Só para eu entender, é só a extraordinária que vocês estavam pedindo, então não precisa mais, vocês já fizeram. Já fizemos mais três extraordinárias depois dela. Posso ir para a segunda então? Aprovada a primeira. Senhora, por favor, aprova a primeira para ir para a segunda. Marina: Põe lá nos encaminhamentos, por favor, gente. Então aquela primeira ali não é mais necessária, mas ali, e dialogar com a Justiça Global. Aí sim. Aí é uma outra recomendação. Isso. Está, então vocês estão dizendo que o GT vai continuar o trabalho com aqueles itens ali. Só que eu não vou cercar a palavra não, eu vou abrir para as pessoas do GT que elas possam falar, depois é que eu vou entrar em regime de votação. Eu preciso abrir, não posso fechar. Quem na verdade quer que o GT estiver aqui, presidente, e quiser falar, acrescentar alguma coisa, ou caso tenha alguma dúvida, alguém queira falar alguma coisa também, está aberta a palavra. Ninguém, gente? Ninguém? Está todo mundo encerrado. A Laurenice me falou aqui que justiça global já participou da reunião de vocês. Então a gente tem que aprovar ali do 3 para baixo. Do 3 para baixo. Então os encaminhamentos da GTSinase é encaminhar a nota do Conanda e requisitar posicionamento do Unicef e PNUD, sobre as propostas de privatização da execução das medidas sociais educativas. A Marta vai fazer essa nota. Articular a reunião com o Condeca de São Paulo para tratar sobre a questão da possível privatização da Fundação Casa São Paulo. Já aconteceu. Solicitar ao Ministério de Direitos Humanos e Cidadania relatórios sobre a ação das caravanas nas unidades socioeducativas. Então são dois encaminhamentos, o segundo e o quarto. Isso? Isso. Angélica está em escrita. Não, é só uma dúvida. Eu faço parte da comissão também. Essa questão da nota do Conanda sobre privatização da execução e tal, eu acho que caberia talvez uma discussão maior sobre qual é a posição, né? Porque teve uma reunião que se tratou disso. Ah, a nota já está pronta? Ah, a nota já está pronta. Foi aprovado. Ué, depois disso, então, tiveram na reunião algumas. É porque muito depois de Júlia, Júlia não estava aqui como conselheira, mas na reunião, em uma das reuniões do GT, houve esse tema, se falou, entendeu? E havia até uma... Quando houve a jurídica, interpretações diferentes de jurídica sobre o caso, mas que já, cinco anos depois, já provou o tênis. Só porque eu não estava em Júlia, eu não sabia e não entendi por que que não voltou esse número do GT. É desconhecimento meu. Então vamos lá, gente. Aprovação entrando a relatoria do GT e esses dois encaminhamentos. Em regime de votação, os conselheiros e conselheiras que aprovam, por favor, se manifestem. Contrários. Abstenções? Aprovado por unanimidade. Agora a gente tem reunião do dia 14/11. Mais uma reunião. Não, nós tivemos quatro reuniões. Por isso que eu estava aqui, gente. Vamos falar do Sinase, por favor. A gente precisa ser daqui hoje. A reunião do dia 14 às 10 horas coordenação pela dela relatoria quem fez foi a marta os participantes foram Deila marta Ana Angélica, Ana Carla Costa Rocha, Marcio Saboia, Ronilda Viera, Isabel, Paula, Rosa, Rodrigo não precisa ler as não né Rodrigo Asambuja, Larissa Poutrine, Mônica Brito, Luz Malves, Patrícia Alves, Thayse Bauer, Romilda Vieira Lopes, Camila Doria Ferreira, Vitor Binoto, Matheus McVoy, Elizabeth

Resplandes. O apoio de Cleide Constantino. A pauta foi o uso de arma não letal nas unidades socioeducativas do estado de Tocantins. Iniciamos os trabalhos, iniciados os trabalhos com a apresentação de cada participante. A coordenadora dela explicou que um dos objetivos da reunião do GT é compor uma resolução sobre parâmetros de segurança do sistema de socioeducação. Para isso, o grupo recebeu os convidados Isabel, representando a Justiça Global, e Matheus McVoy, representando a Omica Research Foundation, para apresentarem o resultado de um trabalho feito por ambas as instituições sobre o tema compartilhando a nota técnica da justiça global com os conselheiros, que trata sobre a regulamentação do uso de força do sistema socioeducativo no sistema prisional do Brasil. Com uma nota extensa, foi feita uma apresentação em breve sobre sua estrutura, que traz algumas questões, algumas conclusões e alguns pontos de debate. O documento também contém uma análise de protocolos do uso de força das unidades os parâmetros internacionais de direitos humanos. Não foi possível fazer uma análise de todos os estados brasileiros porque nem todos encaminharam as informações solicitadas. Primeiramente, a Malta traz informações sobre as normas gerais do uso de força no Brasil, as noções gerais do uso de força no sistema internacional de proteção dos direitos humanos e apresenta os princípios de uso de força e ilegalidade. Necessidade, proporcionalidade, precaução, não discriminação, responsabilização e analisa o uso da força nacionalidade de atendimento socioeducativo. Sobre este último tema, a nota apresenta a estrutura institucional, os instrumentos normativos aos quais os autores tiveram acesso aos tipos de armamento utilizado nas unidades, nas cadeias de comando, os níveis de uso de força, a atuação da força externa e mecanismo de controle de responsabilização. Alguns destaques da nota, de maneira geral, é a regulamentação do uso de força nos espaços de privação de liberdade. A legalização brasileira permite o uso de alguns equipamentos, mas é bastante genérica e deveria ser mais específica para dar mais segurança na aplicação desses parâmetros gerais nos casos concretos. Não há também um sistema de controle de responsabilização com sólidas, bases normativas. Outra questão é uma relação aos tipos de armamentos. Uma regra também não há um rol taxativo dos quais tipos podem ser utilizados, quais são absolutamente vedados e quais são relativamente vedados. Também há a questão do uso de armas menos letais, permitindo as normas de vários estados. Na maioria das normas estaduais analisadas, há uma previsão genérica sobre o uso moderado ou proporcional da força, sem detalhamento como exigido nos parâmetros internacionais, que deveria ser feito de acordo com esses parâmetros. No sistema socioeducativo, poucos estados classificam armas de fogo como material proibido, e alguns autorizam um porte no interior da unidade por força policial. A proibição deve ser expressa em arma interna, tanto para o uso da arma de fogo no interior das unidades socioeducativas como armas de eletrochoque. Há a questão do uso de irritantes químicos, que é proibido pelas normas internacionais e o uso de materiais devem ser somente em casos estranhos. O uso de algemas como forma de contenção foi um grande problema nas unidades socioeducativas de medidas provisórias. É desaconselhado os adolescentes, é da condição peculiar de pessoas em desenvolvimento. O uso de qualquer instrumento de contenção deve ser evitado, e quais e jamais como instrumento de castigo, de acordo com as normas internacionais, de acordo com as normas internacionais. A Justiça Global acompanha as medidas provisórias, operadas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, relacionadas à unidade sócioeducativa de espírito santo, e ao longo de todos esses anos é o uso de algemas como forma de contenção. A Justiça Global teve uma participação muito grande na elaboração da recomendação do Conselho Nacional dos Direitos Humanos. A recomendação número 12 de 2020 que trata sobre a regulamentação do uso de arma menos letal no sistema prisional e sistema penitenciário nacional. Passada a palavra para o convidado Matthew McVoy, representando a Omega Research Foundation, que expôs o seguinte. É difícil apresentar a nota tempo reduzido porque é um documento extenso, mas destaca principalmente o ponto de irritantes químicos como arma não letal para condensar, pois em vários estados brasileiros vence uma tendência de adquirir e utilizar, principalmente de uma empresa de produção de polo defensor que afirma que o material utilizado tem origem vegetal, e sob a alegação de que é um produto que não causa lesões, todavia, há de se lembrar da definição de tortura que o ponto não é a lesão, é a dor e o sofrimento que ele causa. Sobre o tema de algemas, a Ômega empenhou vários anos trabalhando com parceiros como o Mecanismo de Combate à Cultura e a Justiça Global. E o mecanismo já comentou sobre os de algemas na socioeducação, no socioeducativo, porque muitas vezes passa despercebido algo do cotidiano, mas fere a dignidade. É repressivo e vai contra a ideia de socioeducação que afeta a dignidade dos adolescentes. É importante que a resolução do conselho aborde o tema do uso de algemas no sistema social educativo. A convidada Isabel pediu novamente a palavra para complementar, que ao se pensar em adoração de uma revolução, é importante também pensar na responsabilização e tratar sobre o uso abusivo de força, porque a legislação é muito frágil nesses dois aspectos. Nas normas internacionais, todo uso abusivo de força contra adolescentes deve ser investigado a realização de perícia deve ser obrigatória nesses casos. A coordenadora dele agradeceu pelas contribuições e ampliou o convite para que as organizações continuem contribuindo nos próximos encontros do GT socioeducativo. Na sequência, passou-se a escuta sobre o uso de armas não letais nas unidades de atendimento de medidas socioeducativas do estado de Tocantins. A doutora Luz Malves, presidente da Comissão de Direitos da Criança e Adolescente da UAB de Tocantins, expôs que a comissão especial da criança e do adolescente da UAB/TO, fez uma visita em março deste ano uma unidade de internação no estado, onde funcionam três ambientes, internação provisória, internação pós-sentença e unidade feminina, que estava fechada para reforma. Encontraram no local uma situação deplorável, totalmente insalubre, que os próprios agentes dizem não comer a comida oferecida pela unidade, pois em outros tempos já passaram mal, que a comida vem com moscas, um verme e que já veio com baratas tem espaços interditados pelo próprio agente porque chove dentro. Não há quadra para esportes, poucos adolescentes, são 14, e situação de segurança muito complicada. Recentemente o Ministério Público omitiu um parecer sobre o regulamento do uso da força. Mesmo com todas as denúncias e todas as irregularidades, o Ministério Público omitiu resolução sobre o uso de armas não letais. E de acordo com o mecanismo, já houve compra desses equipamentos e os agentes já receberam treinamento para o uso. No Tocantins já é corriqueiro o uso de algemas e bastões, que não se consegue comprovar, mas há relatos de ameaças constantes por sentenças de arma de fogo, por presença de arma de fogo dentro das unidades, que é chocante precisar melhorar a alimentação, a qualidade dos alojamentos e o pedido do Ministério Público é para comprimento de medida em semiliberdade, que hoje é a medida aplicada como preferência. Mas em uma formação de comitê estadual de prevenção de combate à tortura, o juiz local disse na mesa de encerramento que os adolescentes não chegam à unidade de internação porque são assassinados antes. E essa é uma fala muito difícil de se ouvir. Agradeceu pela atenção e pela escuta, parabenizou o Conanda pela iniciativa dessa regulamentação e deixou a comissão da criança e do adolescente da OAB, Tocantins, à disposição para contribuir. Dr. Márcio, do Ministério Público de Minas Gerais, representante da COPEIGE, destacou que compartilhou com o grupo uma decisão monocrática do Tribunal de Justiça de Minas Gerais para anular a resolução que permitiu o uso de armas não letais nas unidades socioeducativas, mas uma decisão do desembargador suspendeu essa liminar. O MPMG, tem lutado para reverter essa decisão, parabenizou essa iniciativa do Conanda em regulamentação do sistema de saúde e educação e anotou que ela terá um peso muito grande. A senhora Romilda, do Mecanismo de

Combate à Tortura, expôs que doutor Isabel trouxe um recorte muito importante dessa temática sobre a situação de Tocantins, que tem uma instrumentalização normativa emitida pelo Estado pela CECJU de número 6.327, anexo 3887. 430 no qual se nomeia esse equipamento menos letais como equipamentos de proteção individual e APLs. No artigo terceiro da citada resolução, o elenco e os instrumentos que podem ser usados são esses. Os agentes de segurança socioeducativa poderão utilizar os seguintes equipamentos. Coletes anti-perfurantes galísticos. Equipamento anti-motim, capacete anti-motim com viseira e protetor de pescoço, escudo anti-motim, algema, bastão tonfa, dispensador de extrato vegetal, spray de pimenta e equipamentos de prevenção que combate a incêndios. O que chama a atenção de entre esses equipamentos, haver o dispersor de extrato vegetal e gostaria que explicasse mais sobre esses equipamentos, cuja utilização está sendo autorizada como EPI. O senhor Matthew respondeu que o problema observando os outros países no Reino Unido tem um nível menor de controle para os EPIs. Há um controle maior sobre as armas letais. E por isso é importante essa diferenciação terminológica sobre esse produto citado por Romilda não são vistos em outros países. É uma empresa brasileira que tem produzido esse dispersor de gengibre, mas há poucas informações abertas sobre esse produto. E seria importante conhecer os testes realizados pelo Estado. Quando pesquisamos há dois anos não encontramos muito, mas precisamos pedir essas informações. O problema dos dispersores químicos é a dor física e humilhação que esses produtos causam. Ao ser perguntada sobre a legislação internacional que serve de referência para a construção da nota, a senhora Isabel explicou que estão mencionadas na bibliografia da nota que também... e que recentemente a Ômega produziu o guia das nossas unidades sobre os de armas menos letais. Doutor Rodrigo Azambuja, da Defensoria Pública do Rio de Janeiro e coalizão pela socioeducação perguntou aos convidados se esse guia é feito a diferenciação entre equipamento que é de fato de proteção individual e aqueles que são feitos para provocar violência e sugeri que o GT converse com o Ministério de Trabalho e Emprego para entender qual a classificação dos agentes socioeducativos e novamente o Ministério de Trabalho e Emprego que a gente precisava. O senhor Matthew explicou que o guia não é exaustivo, contempla o algumas das normas utilizadas com mais frequência. Lá está a tampa, bastões etc. como armas menos letais, também listam os dispersores químicos. Um escudo também pode ser utilizado como arma, mas sua função principal é defensiva. Principalmente não se consideraria como arma menos letal sob os irritantes químicos. Os efeitos do spray de pimenta em crianças já têm estudos, mas outros tipos de produtos. A comprovação de dor é mais difícil porque não há estudo. Mas temos vídeos e testemunhos que comprovam a dor e podemos trabalhar juntos para construir argumentos. Obrigado pelo convite e continuamos colaborando. A senhora Romilda anotou que o estado de Tocantins tem um regimento interno geral que proíbe o uso de armas e telefones celulares nas unidades, mas tem essa instrução normativa que trata várias armas menos letais como EPI. A instrução está contrária ao próprio regimento interno. A senhora Mônica Brito do CEDECA informou com destaque o trabalho do mecanismo, principalmente sobre o acompanhamento da Romilda que ajudou a levar o eco dessa situação e entendimento socioeducativo do estado de Tocantins para o Conanda desde 2021. CEDECA produz um relatório sobre a situação do estado em caminho que o Conanda recebe a visita do Conselho Nacional de Direitos Humanos e decidiram não mobilizar as famílias dos adolescentes, pois esse tipo de evento dá uma visibilidade e isso gera expectativas e depois as famílias são torturadas ou criminalizadas em cada o território pelo qual pertence. O sistema socioeducativo foi implementado no Estado em 2006. A gestão do sistema é feita pelo sistema prisional, que também não deveria ser ruim, mas toda a formação dos agentes do sistema socioeducativo é orientada para o sistema prisional e foram feitas pela equipe do sistema prisional. A única unidade de internação que o estado possui é masculina, tem capacidade para 45 adolescentes, sempre atendeu a um número baixo de sua capacidade. Sempre foi muito violenta, inclusive pelo controle dos corpos de medicação psiquiátrica, para dopar os adolescentes. Por que sempre esteve abaixo da capacidade do atendimento? O número reduzido dos adolescentes não tem a ver com a existência de uma política de justiça restaurativa e a política do meio aberto não funciona como no município. O plano estadual da socioeducação foi feito em gabinete e que não tem proteção dos instrumentos orçamentares. Não há plano político pedagógico nas unidades, não há registro delas nos CEDICAS. Seria importante as PPPs porque o sistema educacional do estado é prisional, não há normativo para revistar as famílias que visitam. O regimento interno não trata só das medidas de contenção de violência. Há alguns anos houve o extermínio de adolescentes que fugiram da unidade do grupo PIA, que é inclusive uma unidade de medida provisória. O CEDCA não sabia desse extermínio, não sabia do uso desses equipamentos menos letais. Foram feitas várias denúncias no município público, mas não houve nenhum tipo de evolutiva. O mecanismo já esteve no estado, identificou situações gravíssimas nas unidades fez um relatório que foi rechaçado pela secretaria que cuida da política. Hoje a OAB é uma parceira que o motivo do uso desses equipamentos menos letais foi a agressão de um agente sócio do partido dentro da Unidade. Que foi... A gente repetiu tudo o que a gente falou da outra vez? É porque repetiu tudo aqui. Está, obrigada. Você compilou os dois? Isso é um resumo com 18 páginas? Não, gente, não tem 18 páginas. A senhora Larissa Pultrini informou que o histórico de servidor agredido por um adolescente foi na época em que ele estava licenciado da Defensoria Pública e teve um discurso de que o uso de armas era para proteger os adolescentes, que, diferentemente do que o Dr. Rodrigo relatou sobre o Rio de Janeiro, no Tocantins foi o Ministério Público que solicitou o uso das armas menos letais pelos agentes socioeducativos e o juiz concordou e quer que esse uso seja adotado o mais rápido possível, sendo a sua preocupação e que durante todo esse tempo que acompanha a socioeducação no Tocantins. As lutas são constantes, como a piscina aterrada, quadra deteriorada e sempre ouviu que a política não dispunha de orçamento para esses reparos. Quando a senhora Mônica informou que o valor para a compra de armas menos letais, pergunta se como a secretaria se articulou rapidamente já que já é um processo licitatório e quando agentes socioeducativos estão trabalhando no legislativo já tiveram emendas para a compra desses equipamentos. Há um caso de um adolescente agredido com uma corrente e não houve nenhuma investigação sobre isso. A corregedoria, depois de 5 anos de corrida ou corrida, deu a punição do agente de suspensão. Não há formação para gerenciamento de crise. Os agentes socioeducativos só tiveram treinamento junto ao sistema prisional em 7 anos de algemas foi autorizado para o uso constante, como sair da unidade algemada para a escola ou para atendimento na organização. Foi uma resistência enorme para retirar essa algema. Pode resumir, pode resumir. Eu não estava presente, presidente, porque eu tinha reunião com o ministro, então eu vou ter que ler. Não, pode deixar que eu leia, eu sou relatora. Está bom. Deila, resume para a gente, por favor. O pessoal do GT pode contribuir. Desculpa ter colocado a Amanda nessa situação, é porque eu e a Marta estávamos e a gente tinha ficado fazendo resumo na hora de passar a situação. A conselheira Deila: Mas então, como a Amanda já bem adiantou, trata-se de uma denúncia no caso de Tocantins, da unidade socioeducativa, onde um agente foi agredido por um dos adolescentes, numa situação atípica, numa recomendação do Ministério Público autorizando os agentes socioeducativos a utilizarem armas menos letais no dia a dia do atendimento socioeducativo, como tonfa, entendido como arma menos letal pelo Ministério Público, spray de pimenta, aí tem outros equipamentos como escudo, capacetes, enfim, a gente ouviu as denunciante que foram da OAB, que a Amanda já bem colocou, da OAB, do SEDECAM e da Defensoria Pública. O relato é sempre um

relato de muito isolamento na denúncia, é algo importante da gente destacar, porque são organizações que estão fazendo a denúncia sobre as violações no Saúde do Capim. Já há alguns anos que essas violações não tomam um eco efetivo para uma atuação nessas unidades socioeducativa, especialmente no estado de Tocantins. Surpreende não ter retaguarda nenhuma do Ministério Público, pelo contrário, o Ministério Público tem uma visão de parceria com essa ideia do uso de armas mentis letais é contrária, mas que é uma posição isolada dela enquanto defensora e não da instituição de defensoria pública. Tudo isso nos trouxe a reflexão, foi importante a gente ter ouvido essa denúncia que a gente sabe que é corriqueira infelizmente no Brasil inteiro, mas que tem se buscado em alguns estados a regulamentação desse uso de equipamento dentro das unidades, que causa ainda mais violência e tortura para os adolescentes. E o GT vem numa construção de uma minuta de resolução para regular o papel do agente social educador e dos aspectos de segurança das unidades, da segurança para os adolescentes e não contra os adolescentes. Então, todos esses elementos estão sendo sistematizados para que, de fato, a gente consiga contemplar esses aspectos dentro da resolução e a gente propõe alguns encaminhamentos já objetivos. Eu acho que pode voltar a ele, já nos encaminhamentos. E esse dá para ler, viu? Eu acho que são quatro pontos. Leia aí Amanda os encaminhamentos. O pessoal não recebeu esse relato? A Secretaria Executiva não recebeu. Não, não é esse. É outro aqui, é o encaminhamento. Se solicitar uma nota do Condege sobre a utilização de armas menos vitais pelos agentes socioeducativos. Ainda que se tenha uma regulamentação, você vai externar da preocupação com esse tipo de regulamentação. Mandar ofício para a Secretaria Nacional de Justiça e Cedica. Seria importante ouvir os agentes socioeducativos, mandar para o CNMP, e bem fim do CNJ e para o Tocantins. A coalizão pela social educação sugeriu fazer uma nota conjunta com a ANSED e encaminhamento de ofício para o sistema de justiça. Levar ao plenário do CONANDA essa discussão para dar visibilidade nesse espaço mais amplo para o estado do Tocantins. Pedir posicionamento do CNMP convidaram o secretário de justiça, promotor de justiça, núcleo da Defensoria Pública, a Superintendência do Socioeducativo do estado Tocantins, que seria do sistema prisional, porque lá é só sistema prisional, lá não tem divisão. Isso, seria só o estando responsável da entrada da secretaria pelo socioeducativo. Então a ideia é que na próxima reunião, a gente não esteja até mais forte. Vocês colocaram 50 mil pautas. Recriar a Comissão Nacional, porque o FONACRIAD fala só pelo meio fechado e precisamos fazer a conexão com o meio aberto. Orçamento, diretrizes, apoio etc. Articular com a Comissão Nacional de Combate à Tortura e essa pauta também está lá e querem fazer o seminário para isso. Esse GT precisa ver o que tem de produção, alguns membros do CNPCT venham para o GT, ouvir o promotor de justiça, Defensoria Pública e a gestão da unidade socioeducativa. Então, a próxima GT que a gente tem expectativa de ser em dia 8, seria realizar esses convites para a gestão de voto em prazo, e a gente reservar um momento para essa escuta também, e poder se lhe sobre a questão, especialmente sobre a recomendação do Ministério Público. E convidar o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Cultura para construir junto essa recomendação porque muitas vezes se trata de casos de tortura que acontece dentro das unidades. Seria muito importante essa sinalização do Comitê também. E aí? Até a votação. Olá, eu sou a Laura e vou julgar essa relatoria agora. Enfim, mas agora a gente se achou aqui e a gente vai compartilhar a relatoria com todo mundo, está bom? A Thayse está inscrita. Eu só queria complementar e reiterar a fala de Deila, porque a gente tem aí uma movimentação nacional, não só em relação ao uso de armas menos letais, mas também de armas, a gente só se educar aqui. A gente tem um PL que está tramitando no Congresso Nacional o 4256 de 2023, que é um PL que precisa ter atenção, inclusive o Conanda precisa ter atenção e que vários estados estão legislando nesse sentido de beber o pote de arma e de armas menos letais dentro do Centro de Atendimento de Saúde Educativa. Tocantins, na verdade, ele não tem uma legislação complementar, que olhe para isso, que fale sobre isso, mas a Secretaria de Cidadania e Justiça do Estado de Tocantins emitiu essa normativa uma instituição normativa, 01 de 2023, seguindo a recomendação do Ministério Público, que falava na recomendação sobre a necessidade do uso de armamentos letais. Então é isso, um ator que serve para fiscalizar as unidades socioeducativas e para defender, para fiscalizar e monitorar os direitos dos adolescentes, recomendou, fez uma recomendação com essa perspectiva do uso do armamento menos letal para ser usado contra os adolescentes, e não numa perspectiva de segurança relacionada aos direitos humanos e aos direitos fundamentais. Então é fundamental que o CONANDA se mobilize diante dessa temática, não só no estado de Tocantins, mas também nos outros estados, sobretudo, naqueles estados em que o sistema socioeducativo está ligado à Secretaria de Segurança Pública e à Secretaria de Justiça e não as demais secretarias que tratam das demais políticas públicas de assistência social, de saúde etc. Obrigada. Obrigada, Thais. Marina: O que a gente precisa provar aqui agora com relação a essa relatoria é o convite ao comente de combate à cultura e a produção de uma minuta de resolução conjunta. É isso que eu entendi. Ok? Todo mundo devidamente esclarecido não é palavra escurecido. Aprovado, gente? Por favor? Ok, obrigada, aprovado. Tem mais alguma? Relatoria do grupo de trabalho do grupo sobre SINASE os, 27 de novembro. Quantas páginas são? Deila, você pode resumir para a gente? Obrigada. Essa reunião foi resultado do encaminhamento da última assembleia, que foi um diálogo direto com O Condeca. E a gente teve a possibilidade também nessa reunião de conversar com atores da assistência e representantes de dois funcionários da Fundação Casa. Os nomes aí eu não vou... Não vou ver, mas a Amanda pode me ajudar aí. Só citando os representantes, Amanda, que daqui eu não... Não, eu estava olhando aqui porque que eu não participei dessa de dia 17, porque eu estava na Bahia. Agora que eu estou vocês verem como eu sou fiel a vocês. Eu quero saber por que eu não estava presente. A reunião teve início às 10h, contando com a presença de Deila, Marta, Antônio Jorge, representante do Condeca, com início das discussões. Antônio Jorge foi concedido a palavra, parece que foi a situação atual da Fundação Casa que tira proposta do governo referente à privatização da execução das medidas socioeducativas. Antônio Jorge, que é que ele é? É, era isso, era só para ler os participantes. Que tivemos na representação Antônio Jorge, ele justificou a ausência do presidente do CONDECA, ele estava fazendo essa representação, eu não enxergo daqui. Aurora, representando com CONSEAS, se não estão enganadas. Então, nessa reunião, o Antônio Jorge colocou que está na mesa diretora a análise dessa questão da Fundação Casa, que haverá uma reunião no Pleno do Conselho em dezembro para que haja um posicionamento do CONDECA. A representante do Conselho diz que há uma mobilização da sociedade civil e das organizações que compõem a assistência também, considerando que não é um problema isolado a privatização no socioeducativo. É uma proposta de governo que vem se expandindo, inclusive, para outras áreas, como a educação, privatização de escolas, de serviços, de laboratórios e atenção à saúde da mulher. Então, a problemática que vem afetando vários setores no atendimento às pessoas com direitos violados. Então a ideia é uma mobilização conjunta, haverá uma reunião no dia 11 de dezembro. O Conanda foi convidado a participar dessa reunião também. Um dos encaminhamentos é, eles piraram como conhecer as experiências de Minas Gerais e Santa Catarina. A gente precisou posicioná-los também sobre o andamento dessas experiências e reafirmando mais uma vez o posicionamento político do Conanda contrário à privatização de unidades socioeducativas, que é um posicionamento muito bem-vindo pelos representantes que estavam nessa reunião, entendendo a nota do Conanda como um instrumento relevante para que eles possam incidir junto a uma esfera de governo que não mostra efetivamente com transparência qual é a proposta de privatização da Fundação Casa. Então o

documento que está sendo elaborado ou que já foi elaborado sobre a privatização não foi dado transparência quais setores serão privatizados, se é um par, se vai haver demissão de funcionários como é a proposta seja estada a partir de uma privatização. Então a ideia também é que o próprio Condeca provoque o governo do Estado, a Fundação Casa, a dar transparência a essa proposta e colocar para o debate junto à sociedade. Então a gente tirou como encaminhamento participar dessa reunião do dia 11, sendo aprovada aqui no Pleno, que os encaminhamentos a manda participar online da reunião do dia 11 do 12, que abordar a proposta de privatização da socioeducação e definir junto ao GT do Conanda sobre o SINASE uma data para discutir o projeto das PPPs no âmbito socioeducativo. Isso, exatamente. A Maiara, que é a coordenadora nacional da socioeducação do SINASE, ela já se colocou à disposição para fazer um alinhamento sobre todas as propostas que têm tramitado sobre privatização no âmbito do socioeducativo para que a gente conheça o andamento de todas e a gente ficou de agendar esse momento com ela também, que a gente ainda não tenha essa data, mas é uma expectativa que seja nas próximas reuniões. Em Minas Gerais, a gente conseguiu mobilizar cerca de sete mandatos da Assembleia Legislativa e a gente conseguiu uma audiência pública agora, no dia 14 de dezembro, lá em Belo Horizonte. Então, o Conanda provavelmente vai ser chamado para estar na mesa. Vão ser dez participantes, a gente conseguiu semana passada, mas eu já dou aqui como informe. E aí não só o Conanda, mas também as pessoas que são contrárias ao sistema da privada de sanção, a gente tem acompanhado isso desde o início. Em São Paulo a gente também mobilizou cerca de cinco mandatos da Assembleia e está sendo marcada uma audiência pública para o início do ano que vem, em fevereiro. Ia ser agora em dezembro, mas pela desmobilização a gente entendeu que era melhor em fevereiro. Então, um pouco antes do carnaval haverá uma audiência pública em São Paulo também para tratar das privatizações. E aí, obviamente, trazendo os movimentos sociais, com os movimentos psicomilitares de pessoas presas e pessoas que acompanham seus trios do social educativo para que elas sejam escutadas sobre a privatização do sistema social educativo. Obrigada, Thais. Então a gente tem que aprovar aqui dois encaminhamentos participar da reunião do dia 11 e 12 e uma data para discutir as PPPs no GT. E a participação na audiência pública do Conanda que vai vir o convite. É dia de assembleia. A gente vai tentar se organizar aqui para ver como é que a gente vai encaminhar isso. Está certo. Então os conselheiros e conselheiras que são favoráveis, por favor se manifestem. Aprovado. Finalizou o GT? Tudo bem. Parabéns, GT. Gente, nós temos um convidado, o senhor Ricardo está online com a gente. O senhor Ricardo do JIF vai fazer uma apresentação para nós sobre o Fundo dos Direitos da Criança do Adolescente. Ele veio ao convite do secretário Cláudio. Você está online? Me escuta bem, senhor Ricardo. Oi, boa tarde, tudo super bem. Eu não estou o meu som não está saindo eu não estou te escutando só me dê fala alguma coisa. Eu escuto bem vocês, mas ele está dando eco para mim. Tá dando eco, né? Agora a gente tá te ouvindo. Obrigado a vocês. Vocês me escutam bem, certo? Para mim está vindo bastante eco, mas queria agradecer imensamente, um espaço, um convite para essa reunião, esse conselho, uma alegria imensa, queria agradecer imensamente ao presidente, secretário Cláudio, a mesa diretora, e a Assembleia do Conanda, na pessoa, vou colocar na pessoa da Ana Cifale, do Instituto Alana, que também coordena a rede temática de garantir direitos da criança adolescentes do GIF, sem tomar muito tempo de você discutindo muitos encaminhamentos importantes, porque eu vou tentar compartilhar a minha apresentação, mas ela não está possível está aparecendo. Vocês enxergam minha tela reação de vocês, que Deus abençoe se vocês estão enxergando. Ah, vocês enxergam a apresentação, perfeito. Senhor Ricardo – GIFE: Bom, essa pesquisa a gente fez na rede, garantindo direitos de criança adolescente do GIFE, que já vem a rede mais antiga do GIFE, a própria agenda de criança adolescente se confundiu bastante com o tema do GIFE, que é o investimento social lá com a fundação da Fundação Abrinque e depois os outros investidores sociais, tem uma agenda se fundadora da filantropia brasileira que a gente conhece depois da Constituição de 1988. Essa rede é formada por investidores sociais, por partilhantes da Sociedade Civil, como o UNICEF etc. E a rede, ela se interessa a coordenar os esforços de investidores sociais, para investir em meteoro, e dar melhor força a queima da gíria pública específica. A rede é dividida em três grandes frentes, a frente de advocacia, a frente de conhecimento e a frente de conselhos e fundos, que é formada pelo Santander, então social e estrutural. A pesquisa, a gente fez com um amplo esforço, porque antes dessa pesquisa já tinha sido feita lá em 2007 pela Fundação Telemídica, no Ministério Público de Minas Gerais, um primeiro esforço de fazer um programa, uma fotografia ampla sobre os conselhos e grupos no Brasil e, como nos últimos anos, o governo anterior veio com um esforço de esvaziar, de legitimar o espaço para o espaço ao cidadã, inclusive com a investida sobre a Condeca, por exemplo, a gente pensou que um dos pontos de visões que a gente poderia dar era refazer esse esforço de dar, de fazer uma fotografia mais ampla, objetiva, com os desafios que a gente sabe que o Conselho, mas tornando-os objetivos, dando evidências, colocando-os no registro das evidências. Então esse foi o nosso esforço de tentar contribuir para fortalecer os Conselhos e Fundos de Garantia de Direitos da Criança Adolescente, como espaços da democracia e do sistema. A pesquisa foi dividida em algumas fases, sempre na tentativa de tentar entender o que está acontecendo em cada uma delas. Então, a primeira coisa que a gente fez foi fazer uma revisão bibliométrica da literatura científica sobre os conselhos da criança e adolescente. Esse esforço, o achado que a gente achou nele foi que existe um ângulo e uma consistente produção bibliográfica, mas ela é diminuta se a gente a colocar dentro dos universos, seja nos instrumentos de participação social, de controle social, tanto quanto na agenda de criança adolescente. Ou seja, o conselho eles ainda são uma parte muito pequena da literatura sobre comunicação pública, controle social e da própria agenda de criança adolescente. Essa foi a nossa primeira achada quando a gente fez a análise de revisão bibliométrica nos bancos de dados da CAPES da CNPQ e dos outros periódicos brasileiros. Em um segundo momento, até para balizar os próximos passos, a gente fez uma escuta com especialistas. A gente escutou o Claudia Vidigal, uma série de outras lideranças, para poder entender o que eles enxergavam como desafios. E, em um segundo momento, a gente fez uma escuta de atores da rede temática, que tem um ator de conceitos, para entender também na visão deles o que seriam esses principais exercícios para poder tentar inclusive guiar melhor a nossa pesquisa. O terceiro momento foi uma pesquisa que a gente fez com um amplo universo de conselhos nos municipais, a gente pegou o meio em bastante amplo, a gente teve bastante dificuldade nessa etapa porque é um pouco difícil, os conselhos são muito precarizados na conta, então é um pouco difícil de acessar. Já é difícil acessar o poder público municipal. Então os conselhos também estão acalmados ainda um pouco mais difícil. Mesmo assim, com meio de 1.200 contatos, a gente conseguiu a resposta, o retorno de 643 desses conselhos, mais um entre estaduais que também responderam a nossa pesquisa. Então seja um aproveitamento próximo do 50% da amostra que a gente tinha. E, bom, depois de eu fazer essa fotografia do CESARV, a gente foi ouvir propriamente os conselhos. A gente fez três grupos locais, cada um com 12 representantes, e dali a gente tirou também a prova do que a gente viu no CESARV e nas etapas interiores, para tentar entender se esses caminhos, se esses desafios eram mesmo o que os conselheiros enfrentam lá na conta. E, por fim, para terminar, a gente fez entrevistas estruturadas com três dirigentes de conselhos diferentes também. Bom, já de largada, enfim, a gente olha que algumas coisas são bastante comuns, a gente conseguiu tornar objetivo algumas coisas que a gente já tinha a percepção, que alguns dos desafios principais é a falta de apoio da gestão municipal, a diferença territorial, muitas desigualdades territoriais, e naquela época,

naquele período que a gente fez essa pesquisa, que era a perda de dignidade dos expedientes de participação e controle social. Bom, quem participou aqui foram os conselheiros. A gente tentou equilibrar bastante a representação dos conselheiros, então a gente equilibrou com representantes da sociedade civil, da gestão pública, também conselheiros de primeira viagem, conselheiros mais experientes, também entendendo o estado o estado da arte de cada um dos conselhos, por exemplo, conselhos com mais capacidade, com mais estrutura, um pouco mais precarizados, e também, como a gente entende a investimento social-privado, a filantropia como um importante vetor de fortalecimento dos conselhos, a gente também ouviu os conselheiros dos conselhos que tiveram ou têm apoio de recursos da filantropia. Bom, esse aqui foram um pouco os conselhos que a gente conversou, para os grupos focais e para as entrevistas. E esse aqui foi um pouco da distribuição regional. Até pela diferença da resposta que a gente teve, do livro de respostas que a gente teve entre cada uma das regiões, ficou difícil para a gente fazer uma representação nacional. Ela ficaria muito desbalanceada se a gente fizesse um retrato nacional, porque cada região respondeu com mais ou menos engajamento. Destaco aqui que a região nordeste teve o maior número de municípios respondentes, também a região que tem mais estados, enfim, mas com 11% dos municípios da região respondendo, e na região sudeste também. Na região centro oeste aconteceu um paradoxo, porque estive debaixo do engajamento dos municípios, mas os estados responderam bastante, responderam bem. Então a gente teve uma amostra de 12% dos municípios brasileiros respondendo essa pesquisa, o que dá para gente uma amostra relativamente segura, que pelo menos dá uma prótese sobre o estado da arte de França. Vou passar rapidamente por aqui, mas só para mostrar que existe um padrão, que varia um pouco entre as regiões. Na região norte, a questão da capacitação, da dificuldade de articulação com investidores sociais e dificuldade de gestão e captação de recursos foram desafios principais do alívio do desafio. Isso vai repetir com mais ou menos intensidade nas demais regiões, na região nordeste você vê que de novo ali, mas variando um pouco, diminui um pouco esse desafio, mas ainda assim eles aparecem de farmacêutica, pois aqui com a novidade que é o rebaixamento, o envolvimento da sociedade civil, pode haver algum tipo de desequilíbrio em relação à representação dos conselheiros na região centro-oeste, de novo, essa questão da dificuldade de captação, da dificuldade de gestão dos recursos e também o envolvimento da sociedade civil. Na região sudeste, eles demonstraram desafios de forma mais acentuada, entre representativos, mas também repetindo o padrão de captação, de gestão e captação de recursos e articulação com os investidores. Ou seja, mesmo onde os investidores sociais privados são mais concentrados, que é esse rio do São Paulo, também os conselhos também encontram alguma dificuldade de relação com os investidores sociais. Na região sul também, mas é que aparece uma coisa nova e que vai... Isso no CESARV apareceu relativamente pouco, mas nos grupos locais e nas empresas, isso apareceu com mais intensidade que é a relação com o poder executivo local. Bem, aqui, como eu mostrei para vocês, a gente teve o Nordeste inverter um pouco, os municípios participaram bastante, mas dos estados. Só o Conselho Estadual da Paraíba nos retornou, e na região centro-leste, onde os municípios participaram um pouco, os estados, excetuados o estado do Mato Grosso, todos os outros unidades da federação reagiram dos estados, o que eles entendem como desafios, a dificuldade na captação foi a campeã, dos oito, sete, apontaram dificuldade na captação, a dificuldade também de alinhamento com o poder público estadual também foi uma outra questão, e também a dificuldade... de relacionamento de poder público e sociedade civil. Os outros três também repetiram alguns desafios que aparecem nos conceitos municipais, que é a dificuldade de captação e a baixa capacitação de conselheiros. Bom, olhando para os conselheiros, a gente ouviu para eles o que fariam, o que caracterizariam um conselho estruturado como um conselho forte. E aí eles entenderam que a capacitação dos conselheiros em várias áreas, desde a agenda da política pública até gestão, lançamento, todos esses conjuntos, essa cesta de capacidades, foram entendidas como necessárias que o conselho seja considerado cultural. Também a capacidade de mobilizar e trabalhar de forma articulada, como um dia de outros órgãos, ou seja, entender que o Conselho ainda não é um insulamento, ele não é uma ilha, também é uma outra característica. Também, comunicar a causa, o tornar suas realizações conhecidas, também foi considerado um ativo muito importante para que os Conselhos sejam considerados estruturados. E a força política dos Conselheiros, isso vai dialogar bastante com a questão da dificuldade de relação com o poder público local, ou com a dificuldade entre os agentes públicos e os conselheiros de sociedade civil. Então essa representação política dos conselheiros também foi considerada um item muito forte, com padrão do que a gente ouviu dos próprios conselheiros. A capacidade financeira também é bastante clássica, isso dialoga bastante com a capacidade de realizar diagnósticos, planejamento, instrumentos de gestão, é muito importante a capacidade de atuar com o legislativo municipal para, inclusive, a regulamentação de uma série de instrumentos, do sistema de garantia. Inclusive, propor com legislação, monitorar políticas públicas, também monitorar o poder público municipal. Ter um fundo suficiente que funcione, e um conselho que tenha estrutura para funcionar. Essa também é uma das principais, pontos que os conselheiros apontaram para a gente. E por fim, isso dialoga muito com a força política, com a estrutura etc., que muitas vezes isso é disponibilizado pelo poder público municipal, que tem uma relação colaborativa com o município. E isso quer dizer o que, concretamente? É ter a agenda de criança e adolescente reconhecida pelo poder público municipal, e refazer repasses para o FIA, indicar conselheiros da sua série de representação que tenham capacidade, que tenham compromisso com a agenda e disponibilização. Então isso é o que termina com que o conselho funcione efetivamente. Ah, e essa é uma outra questão também bastante importante, que é esse trabalho articulado com órgãos do sistema de garantias sobretudo o Ministério Público do Conselho do Pernambuco nacional do Ministério Público para apresentar essa pesquisa, foi bastante interessante, bastante importante a recepção deles, eles distribuíram para os promotores, e o Conselho Tutelar também foi considerado bastante sensível para a gente como elemento de articulação com os mencionados. Os desafios, né, os desafios são um pouco o espelho deles entendem o espelho invertido do como um espelho de um conselho funcional, estruturado. Ou seja, o poder público municipal não enxergar a agenda de criança e adolescente como prioridade, ou seja, não cuida das indicações de qualquer forma, não destina recursos para o FIA e não permite com que o conselho tenha uma estrutura administrativa mínima. A relação entre conselho e a sociedade civil e da gestão pública também é bastante conflituosa, isso foi um apontamento padrão que a gente ouviu dos conselheiros, e a ausência de estrutura administrativa. Os recursos, mais uma vez, aparecendo como um desafio também, e a dificuldade de disseminar e de fazer conhecida as realizações para a conselho a questão da falta de capacitação, ou seja, capacitação incipiente dos conselheiros. Acho que isso nos ajuda, inclusive aqui como GIFE, como investidores sociais e privados, a pensar apoios que permitam superar esse tipo de encanação. A gente também fez uma escuta sobre boas práticas para entender nas experiências reais o que seria entendido como elementos de um conselho funcional. Flora do Goitado município pequeno do Pernambuco, considera que o sucesso dele, a estruturação dele se deve. Ter uma estrutura, ter uma assessoria jurídica, ter uma equipe de funcionários que tenha capacidade, instrumentos de gestão, que tenham conhecimento da agenda, o fundo também de funcionar, ter capacidade de arrecadar e ter um acúmulo de projetos já financiados por diversas fontes diferentes. Aqui, no caso, eles receberam recursos do Itaú Social e do Santander. Barcarena já é um município grande do norte do país, também um grande exemplo. São outros

critérios que ele falou aqui, coincide bastante com o que o Glória e o Boitá diz, mas também acrescenta elementos novos. A questão da Secretaria Executiva que tenham técnicos, que tenham capacidade, que tenham conhecimento, isso foi bastante importante. O diagnóstico plano de ação também foi outro elemento que eles consideraram que é fundamental para o sucesso deles. Em Santarém, que é um município ainda maior, ele colocou uma questão que é bastante interessante e conversa bastante com o que a gente ouviu de conselheiros é que instrumentos de certificação e reconhecimento, como o seu selo Unicef de crianças, esses instrumentos também ajudam conselhos a criar cúmulos, a guardar novos espaços e assim a gente tem uma alternativa de caminhar. E aí tem que financiar algumas recomendações de improviso de conselhos, do que o investimento social privado, a utopia pode fazer para ligar os conselhos é a rede se fortalecer com apoio aos conselhos, porque o que a gente percebeu também é que os conselheiros ficam muito sozinhos também, eles precisam de referência, precisam de articulação, precisam trocar experiências, a gente se fortalecer com esse espaço de referência também. Construir conhecimento para atuação deles, dos conselhos, dar apoio, tanto para captação de recursos, seja conteúdos específicos, que são voltados para isso, para se estruturar, para botar mais diagnóstico, formar os conselheiros para também gerar uma rede de conselheiros que tenham conhecimento acumulado, estabelecido para atuar como agentes do sistema de garantia nos pedidos dos conselhos, patrocinar as parcerias com o Ministério Público, que o Ministério Público fez isso até inclusive como um pouco de esteio que eles têm, onde eles estão, escutados, onde muitas das agendas deles são botadas para funcionar. O que serve para poder ter um pouco dessa capacidade de fazer as coisas também funcionarem. E, bom, fortalecer as doações também, fomentar doações, seja de pessoas físicas, seja de pessoas jurídicas, por meio da filantropia também. E acho que aqui é um apelo de vive para os nossos associados, do GIFE, para a rede temática que é manter e aperfeiçoar os editais, os apoios, porque isso cria também o aprendizado nos investidores. Ou seja, se a gente aprende, a gente consegue apoiar mais também os conselheiros. Então acho que fica um pouco nessa chave. Ainda tem a questão de valorizar esse aprendizado dos projetos financiados que a gente fez, que é a análise de meta, que é patrocinar a produção de conhecimento científico sobre os conselhos. E por fim, e isso apareceu também, acho que esse é o mais importante, que é pensar sobre influências brasileiras, porque existe muita desigualdade territorial e existe muita desigualdade intra-regional olhar para as infâncias não como um padrão, mas sim entender a especificidade de cada uma delas. Acho que é isso, eu agradeço muito. Eu também peço mil desculpas, porque eu vou precisar muito sair, porque eu tenho uma audiência começando exatamente agora no Tribunal da Justiça, e queria me colocar muita disposição do Conanda, agradecer novamente a abertura e o trabalho de vocês, que entrou no sistema de garantir. E é isso, colocar o início da disposição, a rede temática de disposição, para a gente continuar a desdobrar e multiplicar esse conhecimento e essas ações. Seu Ricardo, nós que agradecemos o senhor pela participação aqui na Assembleia do Conanda e nós que pedimos desculpas, né, porque nós aqui atrasamos significativamente aí sua agenda, né, com meia hora de atraso, mas a gente precisava fazer algumas aprovações aqui urgentes na Assembleia e acabamos mesmo atrasando um pouquinho. Peço desculpa mais uma vez, agradeço a sua participação, obrigado por estar conosco, infelizmente. Não vai dar tempo de a gente abrir para o debate, mas espero que em outros momentos a gente possa estar juntos novamente. Obrigada. Um abraço. Gente, vamos lá, agora o relato da CPP. A conselheira Rosângela, iniciou dizendo: representante da Federação Brasileira de Associações Socioeducacionais de Adolescentes. Sou uma mulher branca, de cabelos loiros, olhos castanhos, uso óculos. Estou vestindo uma blusa listrada, colorida, e uma calça preta, sapatos brancos. Vou fazer a leitura do relato da reunião da CPP em virtude da necessidade de ser retirada na tarde a nossa relatora, a Elisa Ferreira. Então, a reunião aconteceu no dia 21 de novembro de 2023, às 9 horas, sob a coordenação de Ana Angélica e Tatiana Roda, do MDS. Relatoria, Elisa Ferreira. Participantes e conselheiros; Débora Vigevani, Rosângela Borota Teixeira, CPA Raissa Dias Lima, servidores Cleide Constantino, Carlos Henrique de Moraes, convidados Dersilete Lisboa Loureiro, auditora fiscal do trabalho, coordenadora geral de fiscalização do trabalho, da Secretaria Nacional de Fiscalização do Trabalho, Shayane Cruz da Silva, coordenadora nacional da aprendizagem, do Departamento de Políticas de Trabalho para a Juventude, da Secretaria de Qualificação e Fomento à Geração de Empregos e Renda, do Ministério do Trabalho e Empregos, Elane Bancala, CIE São Paulo, Ana Luísa Castro, Secretaria Nacional de Articulação do FMBSA, Luísa Carvalho Rodrigues, Procuradora do Trabalho da Cor de Infância, MPT, Katerina Volkov, Secretária Executiva do FNPET, da Lísia Amaral Cruz, do MDS, DP-SEAC, Ana Lúcia Alencar, Coordenadora Geral de Articulação e Normas do Departamento de Políticas de Trabalho para a Juventude, da Secretaria de Qualificação e Fomento à Geração de Empregos e Renda do Ministério do Trabalho e Empregos, Tatiana Augusto Furtado Gomes, Conselheira Titulares, Inspetoria São João Bosco, Simone Dalbello, pesquisadora da UFSC, Universidade Federal de Santa Catarina. Justificativa de ausência do convidado Rodrigo Dib, coordenador do colegiado de fóruns estaduais e distrital de aprendizagem profissional, também denominado Fóruns de Aprendizagem Profissional do Brasil, FAP-BR. A pauta teve como itens, atualização da resolução Conanda número 164 de 9 de abril de 2014, plano nacional da primeira infância, PNPI, alteração da data de reunião da CPP do mês de dezembro. O primeiro ponto de pauta foi referente à atualização da Resolução Conanda nº 164 de 2014, que dispõe sobre o registro e fiscalização das entidades sem fins lucrativos, e inscrição dos programas não governamentais e governamentais que tenham por objetivo a assistência ao adolescente à educação profissional. Após a apresentação dos participantes, a Conselheira Rosângela fez uma contextualização do tema e da necessidade de atualização da Resolução Conanda nº 164 de 2014, em seguida foi passada a fala para a convidada Dersilete Loureiro, representante da Secretaria Nacional de Fiscalização do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Empregos, que fez uma apresentação sobre a Portaria NTE nº 3544 de 2023, que dispõe sobre Aprendizagem Profissional, o Cadastro Nacional de Aprendizagem Profissional e o Catálogo Nacional da Aprendizagem Profissional. Na apresentação, foram destacados os pontos principais da portaria. Como objetivos principais da portaria, foram reiterados os seguintes pontos. Prezar pela qualidade, acompanhamento, privilegiar vulnerabilizados foi destacada a necessidade de prezar pela qualidade e acompanhamento dos aprendizes, com destaque para os públicos mais vulnerabilizados, como os adolescentes egressos do sistema socioeducativo. Certidão de cumprimento da cota, art. 77 da Portaria 3544, de 2023. Compete à Secretaria de Inspeção do Trabalho disponibilizar sistema eletrônico que permita aos estabelecimentos a emissão de certidão de cumprimento de cota de aprendiz. Destaca a disponibilização do sistema eletrônico para emissão de certidão de cumprimento de cota de aprendiz. Atende a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios e exige a apresentação de certidão de cumprimento de cotas de aprendiz. Assim, a expectativa de aumento no cumprimento de cotas pelas empresas licitantes a partir da vigência da nova lei de licitações. Com relação a entidades formadoras, também foi feita uma ampla apresentação sobre exigências e também mencionada a exclusão da possibilidade de atuarem como entidades formadoras as escolas de ensino médio das redes públicas e privadas de educação, que desenvolvem o itinerário da formação técnica e profissional credenciadas como escolas técnicas de educação pelo órgão competente do respectivo sistema de ensino. Eu vou tentar aqui sistematizar ou sintetizar alguns desses

tópicos, mas depois nós podemos voltar a cada um deles caso você tenha alguma questão mais própria para ser abordada. Então foi também abordada a habilitação das entidades formadoras e cadastramento de curso de aprendizagem profissional no Cadastro Nacional de Aprendizagem Profissional, a possibilidade de parceria envolvendo duas entidades formadoras, até no máximo duas entidades formadoras, ressaltado o conceito novo trazido pela portaria sobre pré-aprendizagem, programas experimentais, qualidade dos cursos, e um ponto que chamou bastante atenção foi em relação a estrutura adequada ao desenvolvimento dos cursos de aprendizagem, de forma a manter a qualidade do processo de ensino e acompanhar e avaliar os resultados. Dentre outros requisitos, prevê a especificação do profissional da entidade responsável pelo acompanhamento das atividades práticas dos aprendizes na empresa, com no mínimo um psicólogo, ou assistente social no quadro de pessoal, responsável pelo atendimento psicossocial aos aprendizes em cada unidade da federação onde atuar, sendo obrigatória a contratação de mais um profissional a cada grupo de 100 aprendizes matriculados, um instrutor no quadro de pessoal para cada turma de até 50 aprendizes matriculados e um coordenador pedagógico no quadro de pessoal com formação superior na área de educação ou área correlata em cada unidade da Federação de Atuar e elaborar mecanismos para propiciar a inserção dos aprendizes no mercado de trabalho após o término do contrato de aprendizagem. Foi também delimitada a questão da carga horária das atividades práticas e teóricas dos respectivos cursos de aprendizagem profissional e percentuais, também as alterações em relação aos cursos na modalidade à distância ressaltando que uma dessas alterações foi a previsão expressa de que as atividades teóricas ou aulas devem ocorrer de forma síncrona, ou seja, em tempo real, e que não poderá haver formação EAD quando o número potencial de contratação for inferior a 100 aprendizes no município. A necessidade de estrutura mínima de pessoal, acompanhamento da parte prática, local de execução das atividades teóricas e outras exigências foram previstas. Plataforma EAD e estrutura tecnológica, comprovação de polo presencial, EAD em curso da educação profissional em nível técnico reconhecidos como curso de aprendizagem, gratuidade total aos aprendizes equipamentos tecnológicos não podem ser cobrados. Eu gostaria só de ressaltar que nesse item de cursos EAD, o potencial de contratação daquele município ele não pode ser superior a 100. Caso ele seja superior a 100, então tem que ser cursos presenciais, e não na modalidade EAD. Prever diversos requisitos de qualidade para esses cursos na modalidade AD. Trata de questões relativas a cursos híbridos, com a possibilidade de curso híbrido para aprendizagem profissional apenas no contexto do programa Economia 4.0, exclusivamente para maiores de 18 anos que tenham concluído o ensino médio, carga horário total dos cursos será dividido em, no máximo, 70% a distância e, no mínimo, 30% presencial. No mínimo, 80% da carga horária teórica será destinada ao desenvolvimento das competências da economia 4.0. Essa portaria também delimita melhor a questão do teletrabalho. Quando adotado nos contratos de aprendizagem, deverá observar as regras da aprendizagem profissional ser compatível com as atividades práticas do contrato de aprendizagem, ser adotado aos empregados do setor no qual o aprendiz estiver alocado, vedada a adoção dessa modalidade de trabalho exclusivamente para aprendiz. Essa portaria 3544 de 2023 também trata da modalidade alternativa de cumprimento de cota sem muitas alterações, considerando que esse tema já é tratado também no Decreto 9578 de 2018. E a doutora Dersilete Loureiro também nos apresentou alguns dados sobre o perfil da aprendizagem no país em relação ao sexo, 52,2% dos aprendizes são do sexo feminino e 47,8% do sexo masculino. Em relação ao comparativo do salário recebido pelos aprendizes, identificou-se que não havia diferenças significativas entre os salários por gênero ou raça, havendo certa uniformidade entre os valores, uma vez que tais valores costumam ser padronizados. A média de salário é de R\$ 670,52. A média de idade dos aprendizes é de 18 anos, 18,44 anos. Esse ponto nos chama bastante atenção, uma vez que o Decreto 9579 de 2018 assegura prioridade do atendimento nos programas de aprendizagem aos adolescentes. E nós estamos com uma média de idade dos aprendizes maior de 18 anos. Quanto à raça e etnia, temos 37,70% pardos, 35,29% brancos, 7,80% pretos, 0,48% amarelos, 0,16% indígenas e 18,58% não informados. Quanto a deficiência, foi mostrado que apenas 0,73% dos aprendizes são pessoas com deficiência. Quanto ao recorde de ocultos, foi mostrado que 60% dos aprendizes estão em ocupações ligadas à área administrativa, auxiliar de escritório e assistente administrativo, o que foi problematizado, destacando-se a necessidade de maior diversidade de áreas de ocupação. Dentre outros aspectos, a Conselheira Rosângela ressaltou a superação do conceito pré-aprendizagem uma vez que grande parte das entidades executa o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos ou programas específicos de formação para o mundo do trabalho que antecedem a aprendizagem no contexto da Resolução CNS nº 33 de 2011, e mencionou as Suas Trabalho e outros programas de formação para a cidadania que contemplam oficinas de formação geral para o mundo do trabalho. Após essa apresentação, foram ouvidas Shayane Cruz da Silva, coordenadora nacional da aprendizagem, e Ana Lúcia Alencastro, coordenadora geral de articulação de normas do Departamento de Políticas de Trabalho para a Juventude, da Secretaria de Qualificação e Fomento à Geração de Empregos e Renda do Ministério do Trabalho e Empregos, tendo sido pontuados a insuficiência da proporção de assistentes sociais e psicólogos para o número de aprendizes considerando os estabelecimentos maiores que tendem a um maior contingente de adolescentes. A questão do registro dos programas de aprendizagem e das entidades nos conselhos municipais da criança e do adolescente fica prejudicada pela falta de padrão na emissão do registro e de tempo máximo para emissão do registro. Destacou a problemática dos CMDCA's quererem entrar num mérito em relação a aspectos técnicos para os quais não estão capacitados, como material didático e aspectos pedagógicos. Destacou-se que as normativas já preveem qual órgão fará a avaliação dos aspectos pedagógicos. Durante as discussões, foi sugerido haver uma uniformização de padrões a serem levados em conta pelos CMDCA's para emissão do registro. A seguir, os conselheiros e convidados discutiram o tema, tendo sido levantados os seguintes pontos. Foi reiterada a necessidade de maior número de profissionais de psicologia e assistência social. Todavia, conforme ressaltou a Conselheira Rosângela, o requisito estabelecido pela portaria MTE nº 3544 de 2023 não foi previamente discutido com as entidades formadoras e não condiz sequer com os parâmetros estabelecidos para as ofertas da proteção social básica do sistema único de assistência social, SUAS. Foi relatada a reclamação das entidades formadoras, sendo que Katerina Volkov, do FNPET, mencionou a possibilidade da área da educação na competência de avaliação e não dos CEDCA. Sugeriu então que se solicite o Conselho Nacional de Educação para fazer a interlocução entre o Conanda e o CMDCA no âmbito municipal. Foi esclarecido que, nos termos da legislação vigente, a aprovação do projeto pedagógico para fins de qualificação profissional é de atribuição do Departamento de Políticas de Trabalho para a Juventude da Secretaria de Qualificação e Comentários à geração de emprego e renda no âmbito do Ministério do Trabalho e Empresa. Ana Lúcia Alencastro afirmou que não é da educação a competência de fazer a avaliação das entidades formadoras e abordou como funciona o processo de validação dos cursos, reafirmando que a competência é do Ministério do Trabalho e Empregos por meio do DPJ. Tatiana afirmou que algumas entidades já procuraram Conanda para relatar dificuldades e demora no processo de inscrições junto aos CMDCA's, e ainda que é necessário zelar pela qualidade, inclusive realizar visita técnica, sendo importante a padronização nacional de parâmetros e da documentação a ser exigida. Raíssa, ao pedir a palavra, abordou sobre a permanência dos jovens nos cursos, indagando acerca do que se tem feito para que os adolescentes não desistam do curso e qual o

apoio prestado para que possam finalizar o curso com êxito. Além disso, questionou sobre como é feito o trabalho de divulgação dos cursos para que cheguem aos adolescentes, destacando a importância de tal divulgação chegar aos adolescentes em situação de maior vulnerabilidade. Foi lembrado por Dersilete que a aprendizagem é uma das formas de combate ao trabalho infantil. Foi destacado que o ECA prevê a atribuição dos CMDCA no registro de entidades. Reflete que os CMDCA precisam ser fortalecidos, pois na sua visão, a maioria tem sido inoperante, que são autônomos em avaliar a partir da realidade local de cada município, porém seria importante haver parâmetros nacionais para avaliação. Com a palavra, doutora Luísa Carvalho Rodrigues, da Coordenadoria Nacional de Combate ao Trabalho Infantil e de Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes, Cor de Infância, do Ministério Público do Trabalho, dentre outros aspectos relevantes, destacou o quê? A aprendizagem profissional é uma das áreas de atuação prioritária na Corte de Infância, pois se trata de uma das medidas possíveis de combate ao trabalho infantil. A aprendizagem concretiza o direito fundamental à profissionalização, que está previsto tanto na Constituição Federal quanto no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Consolidação das Leis do Trabalho, CLT. É importante também discutir o direito ao não trabalho. Enfim, todos os direitos fundamentais da criança e do adolescente, que cada um de nós, seja nos órgãos do Estado, seja como sociedade, dentro das respectivas esferas de atribuição, tem por missão garantir e ativar. A aprendizagem profissional tem sofrido muitas tentativas de desvirtuamento e ataque nos últimos anos que é importante tentar preservar a aprendizagem profissional no Congresso Nacional, como ela é um instrumento real de acesso do adolescente ao mundo do trabalho, de forma protegida. Em seguida, abordou brevemente questões relativas à normatização vigente e a nova portaria, MTE nº 3544 de 2023, que entrará em vigor em 90 dias a partir da data de sua publicação. E ainda o salário do aprendiz, ocupações objeto da aprendizagem, dados sobre o trabalho infantil e a importância da aprendizagem profissional que assegura direitos e formação técnico profissional. Importância das alterações promovidas pela portaria número 3544 de 2023 em relação aos cursos EAD, ferramenta Smart Lab do Ministério Público do Trabalho e dados divulgados pela Secretaria de Inspeção do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Empregos, no Portal de Serviços do Governo Federal, sobre potencial e contratação de aprendiz. Adentrando a temática da atualização da Resolução 164 de 2014 do Conanda, ressaltou a atribuição legal dos CMDCA, contemplada no Estatuto da Criança e do Adolescente ECA. Decreto 9579 de 2018 e Portarias do Ministério do Trabalho e Emprego. Asseverou que o Brasil é um país continental com muitas diferenças, tendo importante a padronização quanto aos requisitos e a documentação, devendo também ser levadas em consideração as desigualdades regionais nesse processo. Além disso, reiterou que o enfoque para qualquer atualização da Resolução do Conanda na visão do Ministério Público do Trabalho, tem que ser o fortalecimento dos CMDCA, enquanto órgãos deliberativos, articuladores de políticas públicas e protagonistas, a proteção do adolescente e da adolescente aprendiz. Nós partimos do melhor interesse, enfim, do adolescente, uma prioridade absoluta na promoção e defesa de direitos", afirmou. Elane Bancala do CIE, representando o Rodrigo Digo, falou da necessidade da padronização de um instrumento de avaliação, da falta de conhecimento por parte de quem assume a frente de um CMDCA e da descontinuidade de suas ações quando seus membros são renovados foi destacado que o colegiado de fóruns de aprendizagem profissional do Brasil, o FAP-BR, formou um grupo de trabalho para elaborar documentos com as contribuições relativas à atualização da Resolução Conanda nº 164 de 2014 e que, assim que as propostas forem validadas pela plenária, será encaminhado à Comissão de Políticas Públicas do Conanda. Por fim, a Conselheira Rosângela destacou que o desafio é encontrar o equilíbrio para que os CMDCA consigam assegurar a qualidade na avaliação a partir de seu fortalecimento enquanto órgãos de controle da execução e da defesa dos direitos das crianças e adolescentes. Além disso, reiterou a necessidade de reflexão para a atualização da Resolução Conanda número 164 de 2014, sobre o que prevê o ECA em relação à atribuição dos CMDCA. Salientou que, tanto na Portaria MTP número 671 de 2021, quanto na Portaria MTE número 3.544 de 2023, foram definidos como programas aqueles modelos previstos no Catálogo Nacional de Programas de Aprendizagem Profissional, CONAP, e que os cursos devem ser inscritos nos respectivos CMDCA. Todavia, o ECA menciona expressamente o registro de entidades e a inscrição de programas. Dada a complexidade e relevância do tema, solicita que outras reuniões sejam realizadas para a continuidade da discussão sobre aprendizagem profissional, o que é catado. E tem dois da pauta, plano nacional da primeira infância RNPI. A segunda parte da reunião foi dedicada à discussão sobre o plano nacional pela primeira infância, que será tema de discussão no primeiro dia da Assembleia de novembro. Na ocasião, a pesquisadora Simone Dabello convidada para participar da reunião, apresentou resultados de sua análise sobre o plano pelo grupo de pesquisa do qual faz parte e a partir de resultados de sua tese. Entre os resultados trouxe como destaque o cuidado que se deve ter ao dissertar sobre o conceito de família que, embora apresente uma ideia conceitual ampla, ainda apresenta um discurso faltado no conceito de família nuclear destaca ainda os seguintes pontos. Ressalta que o documento poderia destacar também as situações de trabalho informal das famílias empobrecidas, principalmente das mães, e que o mesmo traz sugestões focadas no trabalho formal aumento da licença parental. Indica que, às vezes, o documento apresenta uma visão romantizada da família que pode não retratar a realidade, pois não considera suas contradições. Destaque é que seria importante maior menção das condições adversas de renda, de organização familiar, para não passar a impressão de que todas as famílias sejam iguais e estejam no mesmo patamar social e econômico. Também se sente falta de um contexto de redação que falte mais a responsabilidade do Estado nesse processo. A família pode contar com as bases de apoio existentes na comunidade na qual está inserida, página 71. Cabe questionar do que falamos quando abordamos o termo comunidade, pois subentende-se que são outras mulheres desempenhando a função de cuidar. Após apresentação da convidada e considerações sobre suas pontuações. A coordenadora faz um resumo dos principais pontos indicados pelos órgãos que encaminharam ao Conanda a análise sobre o Plano Nacional da Primeira Infância. A análise geral do documento foi positiva, destacando que o conteúdo é consistente, que traz temáticas extremamente relevantes para a garantia de direitos e para a construção de ambientes e estruturas sociais adequadas ao desenvolvimento infantil. Ressaltou-se ainda que o documento mantém parte do conteúdo do PNPI original de 2010, já aprovado pelo Conanda. Por outro lado, além de alguns apontamentos pontuais de melhoria do texto, a atualização de dados, entre outros aspectos, apontados pelos órgãos que encaminharam análises setoriais, avalia-se que o documento poderia ser aprimorado nos seguintes aspectos. Coesão na estrutura do plano em termos de padronização dos subitens que compõem cada capítulo. Inclusão na estrutura do Plano Nacional da Primeira Infância, de uma segunda parte, contendo um plano de ação com objetivos, ações, metas e responsáveis, de forma a dar concretude ao plano e a gerar maior comprometimento das políticas públicas na sua efetivação, para tanto a necessidade de maior participação dos órgãos afetos, das políticas públicas, com ações propostas no PNPI, CD's e especialistas, para possibilitar uma participação de objetivos, ações e métodos. Encaminhamento, revisão da resolução Conanda no 64 de 2014. Solicitaram aos convidados DPJ e CIT, barra MPE, cor de infância, MPT e Fóruns de Aprendizagem do Brasil, FATBR, o envio de nota técnica com as contribuições para a atualização da Resolução Conanda nº 164 de 2014. Manter a temática na pauta das próximas reuniões da CPP para a continuidade das discussões. Na próxima reunião da CPP,

discutir as questões estruturantes que devem constar da resolução. Plano Nacional da Primeira Infância. Convidar formalmente para participar da Assembleia do Conanda, que irá discutir o Plano Nacional da Primeira Infância, o grupo de trabalho GT voltado para a primeira infância do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável. Vou fazer a releitura, convidar formalmente para participar da Assembleia do Conanda, que irá discutir o PNPI, o grupo de trabalho, o GP, voltado para a primeira infância, do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável, CEDESS, indicar a possibilidade de aprovação do conteúdo inicial do Plano Nacional da Primeira Infância, com encaminhamento à Rede Nacional de Primeira Infância, dos apontamentos de ajustes textuais, de melhora na coesão e de atualização dos dados identificados. Proposição de elaboração de uma parte complementar ao Plano Nacional da Primeira Infância, contendo plano de ação com objetivos, ações, metas e responsáveis, de forma a dar concretude ao plano e a gerar maior comprometimento das políticas públicas na sua efetivação, para tanto a necessidade de maior participação dos órgãos afetos das políticas públicas, com ações propostas no Plano Nacional da Primeira Infância, no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável, no Plano Nacional da Primeira Infância e Especialistas, acredito que seria a Rede Nacional da Primeira Infância e Especialistas, para possibilitar uma pactuação de objetivos, ações e metas, indicar a necessidade de criação de GT com participação dos órgãos afetos das políticas públicas com ações propostas no Plano Nacional da Primeira Infância, Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável, Rede Nacional da Primeira Infância e Especialistas para Proposição, Discussão e Pactuação de Objetivos, Ações e Metas. E tem três da pauta, data da reunião da CPP em dezembro proposta de alteração da data da reunião da CPP em dezembro, tendo em vista que coincide com o período da Conferência Nacional de Assistência Social, com a qual alguns dos conselheiros da CPP estarão envolvidos. Só comentar uma coisa, é que a gente não sabia do encaminhamento, a gente fez isso que vocês pediram pra próxima e a gente fez antes. Então, esses últimos encaminhamentos talvez nem pensasse que você voltava, mas a gente já encaminha para a mesa diretora como foi proposto. É, a gente vai, na próxima a gente faz uma discussão mais profunda, mas como ia ter essa reunião. Achemos importante já pautar na última reunião. O que a gente precisa votar são os encaminhamentos com relação à primeira pauta e a mudança da data da reunião da comissão em dezembro. Faz uma atualização do que vocês já estão propondo. Até porque foi solicitado agora que todas as comissões mandem essas sugestões. Desculpa, mas o que a gente fez, a gente fez bem na metade de uma reunião, pensando, mas agora com mais tempo a gente gostaria de aprofundar. Mais alguém da comissão que quer fazer alguma fala, alguma indicação? Débora: Eu só queria ver com todos os integrantes da CPP, a Ana, que é a nossa coordenadora, ficou de avaliar, de eventualmente ser no dia 11 da reunião. É, porque a conferência é a semana inteira anterior, mas a Ana ainda precisa analisar isso. A gente está com certa dificuldade, realmente, mas não tem outra data. Só que, assim, eu não vou poder, provavelmente, vou ver se consigo, porque eu vou ter delegada da Conferência Nacional de Saúde Mental. Talvez a gente conseguisse algum horário que eu pudesse participar, se não a gente tenta com a suplência e tudo mais. Eu também gostaria de colocar que estarei como delegada nacional na Conferência Nacional de Assistência Social. Então na data proposta eu não poderia participar, na data prevista no calendário. A gente só tem esse complicador que é isso, vai precisar ser tudo muito rápido porque a mesa diretora já não é no dia seguinte. Vamos desenhar. Enfim, se é alternativa que a gente tem. Mais alguma dúvida, alguma pergunta, pessoal? Edmundo: É a mesma que eu disse ontem durante o debate, que é propor ao GT que um Conanda seja convidado para participar do GT. Ele está propondo que ele venha aqui. E a proposta que eu estou fazendo é a gente entrar lá. Uma coisa não anula a outra. Isso está falando do Plano Nacional da Primeira Infância, não é? É que, Edmundo, acho que a gente ainda não sabia que eles viriam aqui, entendeu? Então essa articulação inicial, ela já aconteceu ontem. Mais alguma dúvida? Eu gostaria só de ressaltar nas discussões sobre aprendizagem profissional, essas discussões foram riquíssimas e nós temos, assim... Agradecer a muitos convidados que participaram ativamente, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério do Trabalho e Empregos, nós temos esse desafio de revisão, atualização da resolução Conanda 164 de 2014, mas sempre com um enfoque na qualidade. Na qualidade desse processo de registro das entidades, de inscrição de seus programas, que é o que a gente ressaltou bastante na memória da reunião foi bastante minuciosa e até peço desculpas, mas dada a relevância e a complexidade da minha tela. Inclusive, a gente precisa encaminhar, porque apareceu duas vezes nos relatos hoje, que o Ministério do Trabalho seja novamente oficiado para participar das Assembleias do Coronada e uma solicitação também para o Cláudio fazer uma conversa lá porque tem feito muita falta a participação do Ministério do Trabalho, então só para ficar consignado também na ata como um encaminhamento importante. A gente pode então entrar em regime de votação pela aprovação da Relatoria dos Encaminhamentos. Por favor, os conselheiros se manifestem. Ok, aprovado. Agora então, antes do término da nossa Assembleia, eu gostaria então de passar a palavra para o CTA. Boa tarde, pessoal. O adolescente William Eleotério, nós iríamos apresentar uma devolutiva sobre a participação de CPA na RAADH, porém achamos melhor discutir com todo o CPA sobre essa devolutiva e os próprios representantes da Red Surca virá apresentar essa devolutiva aqui no conselho, na Assembleia de fevereiro. É isso. Fui vergonhoso. É só agradecer aqui, mais uma assembleia concluída com sucesso, em nome do William, do Inácio, da Camila. Agradecer a todos os conselheiros e conselheiras. Até o próximo ano na Conferência Nacional. Forte abraço. A presidente em exercício Marina de Pol Poniwas prosseguiu: Gente, então a gente tem que entregar aqui ao auditório daqui a um pouquinho, daqui a 15 minutos, mas concluímos nosso trabalho, foi uma assembleia bastante importante para nós, muito rica, com muito debate, temos algumas tarefas pela frente. Gostaria também de fazer uma solicitação para que as comissões, além de pensarem sobre o plano nacional da primeira infância, possam também pensar sobre o seu planejamento estratégico, considerando que nós já vamos entrar no próximo ano e precisamos já no próximo ano já ter uma organização melhor dos nossos trabalhos. Agradeço mais uma vez a todos, todas e todas, e declaro encerrado a Assembleia do Conanda. Laurenice: Conselheiros (as) um peço só mais um tempinho para fala da prestação de contas. Vai ser um pouquinho de diferença esse mês. Então vocês vão precisar justificar resumidamente o que vocês fizeram aqui. E essas prestações de contas agora deverão ser assinadas por vocês, por mim, e pelo Presidente Cláudio. Então assim que chegar o e-mail façam isso com carinho. Porque se vocês não conseguirem prestar contas, a diária do próximo mês fica em atraso. Aproveitando para lembrar que sexta-feira, dia 1º, tem uma roda de conversas com o pessoal da Sociedade Civil às 16 horas, com o MDS.

Nos termos do inciso III, do Artigo 50 da Resolução nº 217/2018 do Conanda, bem como inciso III do artigo 154 da Portaria MMFDH nº 3.136/2019, lavrei esta Ata

LAURENICE ALVES DE CASTRO
Secretária Executiva do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente



Documento assinado eletronicamente por **Laurenice Alves de Castro, Secretario(a)-Executivo(a) do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Substituto**, em 27/12/2023, às 12:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **4037477** e o código CRC **24D8C105**.